



Homenagem à Professora
Dra. Rosa Ester Rossini

1
Volume
RESUMOS

Anais do Seminário

REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco | 2024

Realização



Parceria



Apoio



Financiamento





REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco



Profa. Maria José de Sena

Reitora

Profa. Maria do Socorro de Lima Oliveira

Vice-reitora

Edson Cordeiro do Nascimento

Diretor do Sistema de Bibliotecas da UFRPE



Cátedra
**Manuel Correia
de Andrade**

Universidade Federal
Rural de Pernambuco

Profa. Maria Rita Ivo de Melo Machado

Coordenadora

Profa. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Vice-coordenadora



Antão Marcelo Freitas Athayde Cavalcanti

Diretor

José Abmael de Araújo

Coordenador Administrativo

Josuel Pereira de Souza

Chefe de Produção Gráfica

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

Cátedra Manuel Correia de Andrade

Rua Dom Manoel de Medeiros, s/n, Sala 30 do CEGOE, 2º andar,

Dois Irmãos, Recife – PE, CEP: 52171-900.

E-mail: catedra.manuelcorreia@ufrpe.br

**REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS**

Universidade Federal Rural de Pernambuco

FICHA TÉCNICA**Publicado por**

Editora Universitária da UFRPE

Cátedra Manuel Correia de Andrade - UFRPE

Rede de Pesquisadores - Itinerários das Ciências Humanas (RePECH)

Diagramação

Jaime de Lima Guimarães Junior

Arte da Capa

Alex Mendes de Andrade

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Seminário Redescobrimdo o Brasil (1. : 2024 : Recife, PE)

Anais do seminário redescobrimdo o Brasil [livro eletrônico] : diálogos socioterritoriais : resumos : volume 1 / [coordenação Maria Rita Ivo de Melo Machado , Mariana Zerbone Alves de Albuquerque. -- Recife, PE : Universidade Federal Rural de Pernambuco : Cátedra Manuel Correia de Andrade (UFRPE), 2025.

PDF

Vários autores.

Vários colaboradores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7946-470-6

1. Brasil - Aspectos sociais 2. Desigualdades sociais 3. Desenvolvimento socioespacial 4. Movimentos sociais - Brasil 5. Políticas públicas I. Machado, Maria Rita Ivo de Melo. II. Albuquerque, Mariana Zerbone Alves de. III. Título.

25-269581

CDD-301.0981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Sociologia 301.0981

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



2025

O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

REALIZAÇÃO

Universidade Federal Rural de Pernambuco
Departamento de História
Cátedra Manuel Correia de Andrade
Rede de Pesquisadores – Itinerários das Ciências Humanas

PARCERIA

Universidade de Pernambuco
Universidade Federal do Vale do São Francisco
Universidade de São Paulo

APOIO

Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial
Instituto de Estudos Brasileiros
Associação dos Geógrafos Brasileiros – Recife
Grupo de Pesquisa e Estudo Ecologia Política e Direito à Cidade
Laboratório de Planejamento Urbano e Regional
Grupo de Pesquisa Produção do Espaço, Metropolização e Relação Rural-Urbano
Laboratório de Estudos e Ensino sobre o Recife
Programa de Pós-graduação em História Social da Cultura Regional
Editora Universitária da UFRPE



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

COORDENAÇÃO GERAL

Prof^a.Dr^a. Maria Rita Ivo de Melo Machado (Coordenadora)
Prof^a. Dr^a. Mariana Zerbone Alves de Albuquerque (Vice-coordenadora)

COMISSÃO ORGANIZADORA

Prof^a. Gerlane Gomes da Rocha (PPGeo-UFPE)
Prof. Ms. Rhuann Rodrigo (PPGPLAN-UDESC)
Prof. Dr. Gevson Andrade (UPE)
Prof. Ms. Jaime de Lima Guimarães Júnior (UFRPE)
Prof^a. Ms. Ingrid Klebyane (PPGSOCIO-UFPE)
Gecilainy Gomes da Silva (UFRPE)
Sarah Siqueira (UFRPE)
Gleycielle Silva de Pontes (UFRPE)
Maria Clara Alexandre de Araújo (UFPE)
Ivson Marques Barbosa (UPE)

**REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS**

Universidade Federal Rural de Pernambuco

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alexandre Bittencourt Leite Marques
 Alexsandra Maria de Siqueira
 Allef de Lima Laurindo Fraemann Matos
 Ana Regina Marinho Dantas Barboza da Rocha Serafim
 Anderson Camargo Rodrigues Brito
 Andre Souza Martinello
 Breno Augusto Souto Maior Fontes
 Camilla Aryana da Silva Monte
 Cicero Luciano Ferreira de Castro
 Elisa Pinheiro de Freitas
 Fabiano Bernardes da Silveira
 Flamarion Dutra Alves
 Gerlane Gomes da Rocha
 Gevson Silva Andrade
 Ingrid Klebyane Farias de Luna Barbosa
 Jaime de Lima Guimarães Junior
 Joalysson Severo Batista
 José Plácido da Silva Junior
 Luana Elis Oliveira Pinto
 Lucas Matias da Silveira
 Maria Rita Ivo de Melo Machado
 Mariana Zerbone Alves de Albuquerque
 Mateus de Almeida Prado Sampaio
 Maurício Sardá de Faria
 Nivaldo Lemos de Souza
 Otávio Augusto Alves dos Santos
 Paulo Teixeira Iumatti
 Raissa Gomes de Sales
 Renata Érica de Figueredo Ataíde
 Renata Rogowski Pozzo
 Rennisy Rodrigues Cruz
 Rhuann Rodrigo Oliveira de Freitas



APRESENTAÇÃO

É com grande satisfação que apresentamos o “Volume 2” dos Anais do Seminário Redescobrimdo o Brasil: Diálogos Socioterritoriais. O evento aconteceu entre os dias 22 e 25 de outubro de 2024, na Universidade Federal Rural de Pernambuco, e foi organizado pelos estudantes de graduação, pós-graduação e professoras de diferentes instituições que fazem parte da Cátedra Manuel Correia de Andrade (CMCA).

O título e a origem do “Redescobrimdo o Brasil” foi inspirado nos eventos que o professor Manuel Correia de Andrade organizava à frente da Cátedra Gilberto Freyre na Universidade Federal de Pernambuco, cujo título era “Seminário Nacional Redescobrimdo o Brasil”, entre os anos de 2003 e 2007. Esses seminários tinham como objetivo reunir pesquisadores, estudantes, movimentos sociais, gestores públicos e demais profissionais dedicados a compreender o Brasil por meio dos seus intérpretes e produzir novas interpretações.

Nesta nova versão, organizada pela CMCA, os debates seguiram o mesmo escopo e foram fomentados a partir da temática “diálogos socioterritoriais”. Para proporcionar diferentes prismas de argumentações, foram convidados atores das cinco regiões do país e realizada uma homenagem à Prof.^a Dr.^a Rosa Ester Rossini. Reiteramos que seus estudos de gênero e relações de trabalho no campo a colocam no patamar de intérprete do Brasil. Além disso, ela vem inspirando gerações de pesquisadores e pesquisadoras com sua produção acadêmica, compromisso ético e intelectual, sendo reconhecida nacionalmente pela dedicação à iniciação científica, como poderá ser lido no texto de homenagem feito pela professora Elisa Pinheiro de Freitas da Universidade Federal do Triângulo Mineiro.

O Seminário Redescobrimdo o Brasil: Diálogos Socioterritoriais, assim como seus Anais, foi fruto de um esforço coletivo e de parceiras interinstitucionais ambicionando fomentar o debate crítico, interdisciplinar e intersetorial sobre os desafios e as potencialidades das questões socioterritoriais brasileiras. Entre as instituições parceiras estão: Universidade de Pernambuco (UPE), Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), através do PET Geografia e do Laboratório de Estudos



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesinato (LEPEC), da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), por meio do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LABPLAN), Associação de Geógrafos Brasileiros (AGB – Seção Pernambuco), além da Universidade de São Paulo (USP), mediante os diálogos estabelecidos entre o Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), Grupo de Pesquisa Geografia e Gênero: família e trabalho e o Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (Laboplan) e a Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia de Pernambuco (FACEPE), que contribuiu com o apoio financeiro.

Na esfera da própria UFRPE contamos com os seguintes apoios e parcerias: Grupo de pesquisa Rede de Pesquisadores – Itinerários das Ciências Humanas (RePECH), Laboratório de Estudos e Ensino sobre o Recife (RecLab), Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT), Grupo de Pesquisas em Ecologia Política e Direito à Cidade, Produção do espaço, metropolização e relação rural-urbano (GpRU), Coordenação do Curso de Licenciatura em História, Departamento de História e a Editora universitária da UFRPE, responsável pela publicação digital deste documento.

Informamos que este Volume reúne apenas alguns dos artigos enviados para o Seminário Redescobrimo o Brasil, pois, devido a parceria estabelecida com a **Revista Mutirão**, da UFPE, alguns deles constarão e ganharão visibilidade num Dossiê especial do mencionado veículo científico que, apesar de recente, já mostra sua relevância acadêmica.

A seleção artigos indicados para a Mutirão foi feita a partir da análise da comissão científica do evento e, assim como os que aqui constam, refletem a pluralidade de olhares e abordagens discutidas durante o evento.

Almejamos que esta publicação sirva como instrumento de disseminação e promoção sobre os diferentes estudos e realidades aqui transcritas e que foram apresentadas e debatidas de forma presencial e remota.

Na tentativa de abarcar as múltiplas dimensões sobre os estudos socioterritoriais, o Seminário elencou quatro eixos temáticos, são eles:

1. Ensino e aprendizagem em espaços de disputa.
2. Movimentos sociais: lutas urbanas e rurais.
3. Risco e vulnerabilidade socioambiental nos múltiplos territórios.
4. Patrimônio e territórios: diálogos e conflitos.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

9

Encerramos esta apresentação agradecendo as colaborações e parcerias estabelecidas ao longo do caminho e que deixaram a expectativa de realização da segunda edição do “Seminário Redescobrimdo o Brasil”, em 2026, no âmbito da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), e que será coordenado pela professora Elisa Pinheiro de Freitas.

Que estes resumos e resumos expandidos inspirem novos diálogos e contribuam para redescobertas do Brasil.

Agradecemos a todas, todos e todes que contribuíram com o evento e a produção deste Anais.

Até breve!

Comissão Organizadora do Seminário
Redescobrimdo o Brasil: Diálogos Socioterritoriais

e membros da
Cátedra Manuel Correia de Andrade – UFRPE

Link da Revista Mutirão:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/mutiro/about>



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

ponto mais alto das sociedades. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, promulgada em dezembro de 1948, significou um passo importante para a paz mundial, ao menos por um lapso de tempo, o que permitiu uma melhor distribuição, por diferentes partes do globo, das inovações técnicas que se tornaram viáveis com o desenvolvimento das forças produtivas alavancadas pelo modo de produção capitalista.

Neste contexto, o Brasil transitava de uma sociedade eminentemente agrário-exportadora para uma sociedade urbano-industrial. De todo modo, o interior do estado de São Paulo, mas especificamente a região polarizada por Ribeirão Preto, se consolidava como sendo a principal arena de produção da lavoura canavieira que, pouco a pouco, ia ocupando as áreas antes destinadas à cafeicultura. Essas metamorfoses socioespaciais se refletiam nas paisagens e se refletiam nas dinâmicas cotidianas de municípios como São Simão e Serra Azul. Por um lado, a demanda por trabalhadores mais escolarizados para as atividades de serviços ensejou a instalação de grupos escolares; por outro, a chegada de trabalhadores em busca de trabalho nas lavouras fez emergir o fenômeno da migração pendular.

A realidade acima descrita não passou despercebida da arguta sensibilidade de Rosa Ester. Aos 12 anos de idade decidiu-se preparar para a admissão com o objetivo de seguir seus estudos. Nem mesmo se intimidou com os beliscões dados de sua mãe: continuou a afirmar que se tornaria professora, assim como as filhas da Dona Antonietta, a então diretora do principal grupo escolar de Serra Azul. Rosa, portanto, se revelou à frente de sua geração e não se curvou diante das desigualdades sociais, pois acreditava que a filha de um simples servente escolar também poderia alçar voos.

Tendo formada como normalista – o que hoje denominamos de Magistério – Rosa Ester encantou-se com as aulas de Geografia ministradas por um professor egresso da Universidade de São Paulo. Em seu íntimo já não tinha dúvidas de que seria professora e professora de geografia. Uma ciência cujo mérito é de nos habilitar para desenvolvermos uma visão de conjunto, a Geografia é a (con)ciência do mundo; é o saber desvelar as contradições que mesclam ações humanas e a base material; a condição espacial é inerente aos processos sociais; sociedade e natureza se fundem no processo de produção de espacialidades e identidades.

A sede em aprofundar o conhecimento sobre essa ciência tão desafiadora que é a geografia, estimulou a jovem serrazulense a mudar-se para a capital paulista e a preparar-se para o vestibular da Universidade de São Paulo. Em conversas



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

informais conosco chegou a nos confessar que os custos para se manter em São Paulo nos anos de 1960 eram altos e que, por essa razão, pediu ao seu pai que, ao invés de lhe dar o anel de ouro em decorrência da sua formatura, lhe desse o dinheiro, pois assim teria recursos para bancar as despesas com moradia e alimentação por certo período.

Tendo ingressado no curso de Geografia da USP, Rosa Ester tornou-se uma estudante aplicada e como ela mesmo recorda-se, não perdia um trabalho de campo se quer. Tornou-se auxiliar do Professor José Ribeiro de Araújo Filho que confiou a ela a tarefa de lecionar para os seus próprios filhos. Certamente, esse acolhimento possibilitou a Rosa Ester a concluir seus estudos no âmbito universitário realizando o seu desejo em se tornar professora de Geografia. Ao prestar o concurso para ser professora da rede oficial de Ensino do Estado de São Paulo, Rosa Ester classificou-se em primeiro lugar.

Ainda, Rosa Ester foi professora e coordenadora do/no Sedes Sapientiae – PUC/São Paulo, do prestigioso Colégio Dante Alighieri; tornou-se estagiária de Maria Aline dos Reis Araújo, José Bueno Conti, Aroldo de Azevedo e Pasquale Petroni. Conviveu e estudou com os grandes clássicos da Geografia: Pierre George, Pierre Monbeing, Philippe Pinchemel, Carlos Augusto de Figueiredo Monteiro, André Libault, Michel Rochefort, Aziz Ab'Saber, Milton Santos, Alain Lipietz, Jacqueline Beaujeu-Garnier, ressaltando que esta geógrafa francesa era a principal expoente da Geografia da População, subárea que mais tarde a própria Rosa Ester também consolidou-se como pioneira no Brasil. Também não podemos deixar de destacar que no âmbito do Departamento de Geografia da USP, Rosa Ester sagrou-se precursora ao introduzir a categoria trabalhador(a)s volantes e migrantes nos estudos de Geografia. E ainda:

- Criou a Associação Brasileira de Estudos Populacionais (ABEP);
- Foi diretora da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB), seção São Paulo entre 1980-1982;
- Tornou-se pesquisadora 1A do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) cuja linha de pesquisa se definiu em compreender a relação entre a Modernização conservadora do campo e o êxodo rural;
- Foi membra efetiva entre 1984-88 da Comissão da Geografia da População da União Geográfica Internacional (UGI);
- Foi pioneira ao introduzir os estudos de Geografia e Gênero no âmbito da União Geográfica Internacional;



22 out a
25 out
2024

REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

13

- Foi co-fundadora do Núcleo de Estudos da Mulher e Relações de Gênero (NEMGE);
- Coordenou o Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana (PPGH);
- Foi condecorada pelo Ministério da Ciência e Tecnologia do Governo Federal, com a Ordem Nacional do Mérito Científico como Comendadora.
- Tornou-se sinônimo de democratização do fazer científico no Brasil por ter lutado pela expansão e consolidação do PIBIC;
- Foi homenageada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico como sendo uma das principais Pioneiras da ciência Brasileira;
- Recebeu o título de Doutora Honoris Causa pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR); pela Universidade Estadual do Ceará (UECE); pela Universidade Federal de Manaus; pela Universidade Federal do Piauí (UFPI);

No auge dos seus 83 anos de vida é uma mulher incansável viajando pelo Brasil e pelo mundo atendendo os inúmeros pedidos para ser banca examinadora de dissertações de mestrado, teses de doutorado e de livre docência. E continua a orientar mestrados, doutorados e supervisionar pós-doutorados. O que vem à minha memória e os momentos significativos de convivência com a Professora Rosa Ester Rossini no DG-USP?

A entrevista para ser bolsista de IC e o ingresso no Grupo de Pesquisa Geografia e Gênero:

No ano de 2000, concomitantemente a graduação, integrei-me, por meio de uma bolsa de Iniciação Científica (IC) – ofertada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – ao projeto e ao grupo de pesquisa denominado “As Geografias da Modernidade: Trabalho, Família e Gênero”, coordenado pela Professora Rosa Ester.

Assim, iniciei as pesquisas relacionadas à macrorregião de Ribeirão Preto, área esta marcada pela contínua expansão do meio-técnico-científico-informacional provocado pelo cultivo da cana-de-açúcar e pelos respectivos circuitos espaciais produtivos vinculados a essa cultura. Especificamente, busquei compreender os conflitos pela terra e investiguei os processos que resultaram na instalação, entre os municípios de Serrana e Serra Azul, de um acampamento organizado pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Me recordo que a própria Professora Rosa acompanhou seus bolsistas em nosso primeiro trabalho de campo nos municípios de Ribeirão Preto, Serrana e Serra Azul. Então, tivemos o privilégio de termos, para além das disciplinas da



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

graduação, a Escola de Iniciação Científica amparada pela Fundação Rosa Ester Rossini.

Na condição de bolsista, frequentei o Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental (Laboplan). Conjuntamente, visitei, amiúde, o Núcleo de Estudo da Mulher e Relações Sociais de Gênero (NEMGE). Neste, tive a oportunidade de receber a coorientação da Professora Lia Fukui, do Departamento de Sociologia Rural da USP, que contribuiu tanto com a estruturação do meu Trabalho de Graduação Individual (TGI) quanto com o desenvolvimento das minhas pesquisas.

Em meados do ano de 2003, defendi, sob a orientação da Professora Rosa Ester, o trabalho “A espacialização e a territorialização do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra na região de Ribeirão Preto e o processo de formação do acampamento Sepé Tiaraju na divisa dos municípios de Serrana e Serra Azul (SP)”. A referida monografia recebeu a nota máxima e, diante de muitos incentivos vindos da Professora Rosa bem como da banca examinadora, prossegui os estudos no nível da Pós-Graduação.

Destaco, nesse processo, o rigor imprimido pela Professora Rosa para que eu desenvolvesse um trabalho primoroso. E a seriedade na correção dos relatórios que sempre vinham com questionamentos de modo que pudéssemos refletir e responder a altura do que era nos exigido.

Outro episódio que gostaria de compartilhar com o público foi o fato de que após o término do meu TGI, a Professora Rosa Ester como forma de prestar contas as pessoas que colaboraram com o desenvolvimento da nossa pesquisa, acompanhou-nos até Serra Azul onde apresentamos os resultados da pesquisa para os estudantes da Escola Estadual Francisco Ferreira de Freitas. Era uma forma também de motivar os estudantes de que era possível ir para uma universidade pública, estudar e se graduar.

Após ingressar no Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Geografia Humana do Departamento de Geografia da USP, obtive uma bolsa de estudos da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo e, com este auxílio financeiro, pude realizar as pesquisas de campo, cursar as disciplinas referentes ao mestrado e aprofundar as leituras relativas ao tema da questão agrária brasileira. Nesse período, acompanhei nos trabalhos de campo na região de Ribeirão Preto com alguns bolsistas de Iniciação Científica da Professora Rosa Ester. Foi nesse momento que também fui levantar informações biográficas sobre a Rosa. Em 2008, defendi a dissertação “Agricultura camponesa no território do agronegócio: um estudo



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

sobre os sem-terra de Ribeirão Preto e Serra Azul (SP)". Este trabalho consistiu no aprofundamento dos aspectos relativos à formação do assentamento Sepé Tiaraju entre os municípios de Serrana e Serra Azul e dos desdobramentos do conflito pela terra na região de Ribeirão Preto. O objetivo foi demonstrar a recriação da agricultura familiar numa área na qual a expansão da agricultura capitalista tornou-se dominante.

Já no doutorado, aconselhada pela Professora Rosa Ester, decidi realizar parte do meu doutorado no exterior. Deste modo, fiz o estágio doutoral no âmbito do Centro de Estudos Geográficos (CEG) e no Instituto de Geografia e Ordenamento do Território (IGOT) da Universidade de Lisboa (UL). Tornei-me bolsista do Programa Institucional de Doutorado Sanduíche no Exterior (PDSE), da CAPES, e, entre setembro de 2011 e abril de 2012, cumpri o doutoramento sanduíche na Universidade de Lisboa.

Em 2013, sob orientação da Professora Rosa Ester defendi a tese "Território, Poder e Biocombustíveis: as ações do Estado brasileiro no processo de regulação territorial para a produção dos recursos energéticos alternativos". A pesquisa buscou demonstrar que o Brasil se destaca, dentre o conjunto de países, como aquele que engendrou e consolidou o uso de recursos energéticos alternativos aos combustíveis fósseis, como, por exemplo, os biocombustíveis, e que a condição de player mundial de etanol – biocombustível produzido a partir da cana-de-açúcar – foi alcançada pelo país em decorrência dos significativos aportes financeiros concedidos pelo Estado ao circuito sucroenergético desde o final do século XIX e, sobretudo, durante a década de 1970, por meio do Programa Nacional do Alcool (PNA), cujo objetivo era diminuir a dependência do país em relação ao petróleo importado.

O objetivo geral da pesquisa, portanto, foi compreender as ações políticas do Estado brasileiro no processo de regulação do território para a produção dos recursos energéticos alternativos. Essas ações estiveram e estão condicionadas às forças externas (as corporações transnacionais, outros Estados territoriais e Instituições supra estatais) e às forças internas (os diferentes interesses dos segmentos sociais que compõem a nação). Ainda, elas têm imprimido no território brasileiro diferentes dinâmicas socioespaciais cujos resultados têm sido a expansão dos canaviais sobre a região do Cerrado e o deslocamento da pecuária para o bioma da Amazônia.

A seguir ao término do doutorado, elaborei o projeto de pós-doutorado, e em setembro de 2013, tornei-me bolsista do Programa de Pós-Doutorado Júnior (PDJ), do CNPq, sob a supervisão da Professora Rosa Ester Rossini. Como bolsista



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

16

PDJ desenvolvi o projeto “Ordenamento Territorial e as Políticas do Estado Brasileiro para adoção de Recursos Energéticos Alternativos: o caso do circuito espacial produtivo do biodiesel”.

A bolsa do programa PDJ permitiu-me não apenas ampliar as investigações sobre a temática da produção do biodiesel no Brasil, mas também o aprimoramento das atividades vinculadas ao ensino; a co-orientação de pesquisas científicas (desde a Iniciação Científica ao Doutorado); a participação em bancas de qualificação, de mestrado e de doutorado; a publicação dos resultados em periódicos; a participação em eventos de caráter científico em âmbito nacional e internacional, entre outras atividades.

Encerro esse depoimento com um vídeo chamado: Nossas histórias, nossas vidas. Agradeço a todos meus amigos e amigas que há pelo menos um ano nos reunimos para organizar esse momento. Todos(as) compartilharam seus arquivos fotográficos de modo que pudéssemos contemplar a todos/as que seguiram suas vidas acadêmicas com o apoio generoso e solidário da Professora Rosa Ester Rossini. A música escolhida é uma composição da artista Marisa Monte e Seu Jorge. E a música traz uma letra que reflete os movimentos da vida. E concluo afirmando que a Professora Rosa Ester Rossini é sol que nos inspira, nos motiva e nos enche de orgulho! Gratidão!

Por **Elisa Pinheiro de Freitas**¹

¹ Docente do Instituto de Educação, Letras, Artes, Ciências Humanas e Sociais (IELACHS) da Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e Docente do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS).



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

SOBRE O EVENTO

Esta primeira edição do Seminário Redescobrimdo o Brasil: diálogos socioterritoriais foi realizada na Universidade Rural Federal de Pernambuco, Campus Recife, entre os dias 22 e 25 de outubro de 2024 e contou com transmissão simultânea das suas mesas redondas principais no Canal do YouTube da Cátedra Manuel Correia de Andrade. O evento, originado das inquietações e debates da Cátedra Manuel Correia de Andrade (UFRPE), propõe um espaço de reflexão e intercâmbio a respeito de temáticas sociais e territoriais.

O termo “socioterritorial” é aqui compreendido como um diálogo envolvendo diversos atores sociais inseridos em contextos históricos e territoriais específicos. Em tal sentido, mediante uma análise crítica dos dilemas brasileiros representados por processos estruturais de exploração, espoliação, segregação e expropriação, bem como dos movimentos sociais, conflitos e resistências a esses fatores, busca-se estabelecer um espaço contínuo para o compartilhamento e divulgação de pesquisas, experiências e vivências relacionadas a essas temáticas e questões.

Esta edição prestou uma homenagem à Professora Rosa Ester Rossini, cujas contribuições relevantes ao longo das últimas décadas foram fundamentais para o avanço e consolidação da Iniciação Científica no Brasil, além de ser pioneira nos estudos de gênero na Geografia brasileira. O evento mantém o propósito da Cátedra Manuel Correia de Andrade (UFRPE) de ser um ambiente multidisciplinar, promovendo a interação entre diferentes campos do conhecimento.

O I Seminário Redescobrimdo o Brasil: diálogos socioterritoriais visou promover ambientes que, pela sua essência, fossem abertos, plurais e críticos no processo de divulgação científica e troca de saberes com as comunidades, coletivos, organizações e movimentos sociais. Este evento se caracterizou por sua capacidade interativa, acolhendo uma variedade de perspectivas, com uma programação organizada em mesas, painéis temáticos, Grupos de Trabalhos (GTs) e Sessões de Banner.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

SOBRE A IMAGEM DO EVENTO





REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Em certos casos, as ideias que tenho para algumas artes, na estruturação geral, já surgem de forma completa e imediata. Foi o caso deste trabalho. A inspiração inicial foi suscitada pelo subtítulo do evento: “Diálogos socioterritoriais”. Imaginei, então, pessoas dialogando. Mas como a arte é aberta à ficção e à fantasia, essas pessoas vieram em minha mente no formato que estão representadas no desenho, com cabeças que são mundos, com semblantes que trazem literalmente imagens de territórios.

A arte é influenciada, também, pela linguagem das Histórias em quadrinhos, tanto pela linguagem corporal das personagens expressando gestos de comunicação, quanto de forma mais nítida no balão de fala, que nesse caso, devido à ausência de linguagem verbal, atribui ao desenho um caráter experimental.

O que vemos no balão, ao invés de texto, são imagens que representam espacialidades, imagens que, reforçando, evocam territórios. Além da composição geral da arte, é fundamental comentar as especificidades dos elementos que ela apresenta. Representei o maior número possível dos elementos visuais elencados pela Cátedra Manuel Correia de Andrade e que, a partir de alguns diálogos, foram repassados a mim pela geógrafa Gerlane Gomes (Mestranda, PPGeo -UFPE).

Nesse sentido, a arte apresenta diversas imagens que nos permitem pensar sobre temáticas pertinentes ao seminário: do Rio Amazonas à verticalização do espaço urbano. Da cana-de-açúcar e da soja, que reproduzem sob a lógica moderna a violência arcaica dos latifúndios, aos “parques” eólicos que, amparados nos discursos da energia limpa, não trazem ao debate público seus impactos negativos, como os que dizem respeito aos danos provocados à saúde mental das comunidades tradicionais nas quais as torres são instaladas.



Texto: **Alex Mendes de Andrade**
Professor de Geografia e Artista Visual



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

EIXOS TEMÁTICOS

1 - Ensino e aprendizagem em espaços de disputa

Teve o objetivo de promover um debate sobre práticas pedagógicas integrativas e metodologias ativas no Ensino das Ciências Humanas, contemplando o compartilhamento de intervenções didáticas, discussões sobre formação continuada de professores, espaços não formais de ensino e diálogos interdisciplinares, bem como temáticas relacionadas com: Educação Étnico-Racial, Educação no/do Campo, Educação Escolar Indígena Diferenciada, interculturalidade, gênero, sexualidade, educação ambiental e sustentabilidade nas escolas, etc.

2 - Movimentos sociais: lutas urbanas e rurais

O foco do debate foi sobre a democratização da posse e permanência na terra, as estratégias para melhoria das condições de vida e trabalho promovidas pelas comunidades e movimentos sociais, assim como a análise das transformações socioespaciais e territoriais. A análise das injustiças manifestadas em desigualdades socioespaciais com recortes raciais, de orientação e identidade sexual e de gênero, evidenciadas nos padrões de moradia, locomoção, acesso à alimentação, saúde e lazer. Essas análises das resistências e lutas da sociedade civil e dos movimentos urbanos e rurais ressaltam a necessidade de reflexão sobre a mercantilização dos territórios.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

3 - Risco e vulnerabilidade socioambiental nos múltiplos territórios

O debate sobre risco e vulnerabilidade socioambiental pode ser abordado a partir de múltiplas perspectivas. As análises conduzidas pelas ciências da natureza, sociais e exatas — que podem ou não dialogar com as questões do racismo ambiental e da injustiça social — servem como fundamento para essa discussão. Este eixo temático propõe explorar diferentes prismas do tema, promovendo diálogos sobre os processos socioeconômicos e as dinâmicas das populações periféricas; Os povos e comunidades tradicionais atingidos pelo racismo ambiental, suas lutas e estratégias de resistência; As ações preventivas e mitigadoras empreendidas pelo Estado e pela sociedade; A consolidação de projetos desenvolvimentistas e a criação de zonas de "sacrifício"; A influência físico-ambiental nessas dinâmicas e sua interação com o fator humano em um contexto de mudanças climáticas. O objetivo foi ampliar o debate entre as diversas perspectivas nos estudos de risco e vulnerabilidade socioambiental, fomentando uma abordagem interdisciplinar e crítica.

4 - Patrimônios e territórios: diálogos e conflitos

Num contexto de diversidade social, cultural e religiosa, é necessário discutir a relação existente entre território, modo de vida e patrimônio cultural no contexto brasileiro. O eixo centrará suas discussões nos conceitos de patrimônio cultural e de território, promovendo um debate amplo sobre as relações dinâmicas de poder, sobre o exercício do direito ao território e ao patrimônio cultural, como também, a possibilidade de desnudar as intervenções das políticas públicas de garantia de direitos, a atuação dos sujeitos de interesse e de suas comunidades.

**REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS**

Universidade Federal Rural de Pernambuco

SUMÁRIO**EIXO 1**

O ENSINO DE GEOGRAFIA EM MEIO AOS MARES DE MORROS DE CANA-DE-AÇÚCAR: EXPERIÊNCIAS EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ARAÇOIABA-PE

Alex Mendes de Andrade | Ivony Nunes Soares 20

EXPEDIÇÃO PEDAGÓGICA: VALORIZANDO O PATRIMÔNIO E A IDENTIDADE LOCAL NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Jéssica de Medeiros Gondim 22

TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DO RECIFE

Isnaldo Fernandes da Silva Júnior | Otávio Augusto Alves dos Santos 24

CONTRIBUIÇÕES DA EXPLORAÇÃO TÁTIL DO LUGAR/ESCOLA PARA A TESSITURA DE MAPAS MENTAIS NA PERSPECTIVA DE ESTUDANTES CEGOS

Adriana Leão Machado Almeida 26

DOS ENCONTROS FELIZES: BREVE HOMENAGEM A PROFESSORA ROSA ESTER ROSSINI (GEOGRAFIA – USP)

André Souza Martinello 29

A PERDA DE ESPAÇO LABORAL DOS PROFESSORES E PROFESSORAS CONTRATADOS DE MATO GROSSO

Maurício dos Santos de Oliveira | Nylza Batista da Silva | Ana Maria S. de Oliveira 36

DO ESTEREÓTIPO À INVISIBILIDADE: A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Robertinho Júnior Cipriano da Silva 41

EDUCAÇÃO AMBIENTAL E METODOLOGIAS AUDIOVISUAIS: COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL NA PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA

Raquel Albuquerque da Silva | Mariana Zerbone Alves de Albuquerque 45

EIXO 2

AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA E ATIVIDADE ECONÔMICA DIVERSIFICADA: A RELEVÂNCIA DOS ASSENTAMENTOS EM TERRAS DE CANA-DE-AÇÚCAR NO LESTE DE ALAGOAS

Paul Clívilan Santos Firmino 51

INVESTIGANDO CONQUISTAS DE AUTONOMIA EM HORTAS URBANAS: EXPERIÊNCIAS EM PELOTAS (RS)

Theo Soares de Lima 56

COMUNIDADE BRASILEIRA, NO AMAZONAS: UM PASSEIO PELA FORMAÇÃO SOCIAL E A LUTA POLÍTICA DE SEUS MORADORES

Iraildes Caldas Torres 60



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

23

A RELAÇÃO CONTRADITÓRIA CAPITAL – ESTADO - TRABALHO E A PRODUÇÃO TERRITORIAL URBANA DISSIDENTE NA SUBVERSÃO DA CIDADE - ARMÁRIO

Caroline Cherubini Rodrigues 65

PARA LER O BRASIL: TENDÊNCIAS DA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA SOB O OLHAR DA GEOGRAFIA

Renan Henrique Messias de Paulo 70

VOZES DA SECA OU OS ENUNCIADOS DAS MULHERES REFUGIADAS CLIMÁTICAS NO BRASIL DO PERÍODO VARGAS: UMA LEITURA DE “ASMA”, O ÉPICO ESCALAFOBÉTICO DE ADELAIDE IVÁNOVA (2024)

Rozélia Bezerra 75

OS VENTOS DA MUDANÇA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS EM LAGOA NOVA/RN

Gennefyr Mabel da Cunha da Silva | Mirrayla Campos Feitosa Lacerda
Jonathan Cauã Cabral Batista | Edla Monielly Nunes Lopes 80

GEOGRAFIA E GÊNERO: MULHER E TRABALHO NO CAMPO A PARTIR DA OBRA DE ROSA ESTER ROSSINI DE 1988

Clariana Gonçalves Belém Mascarenhas | Maria das Graças Silva Nascimento Silva 85

AS TRANSFORMAÇÕES NA REPRESENTATIVIDADE GEOGRÁFICA: AS MEMÓRIAS DE DRA ROSA ESTER ROSSINI

Marina Loureiro Medeiros | Milka Lopes Beserra 90

NOVA FRONTEIRA DO TRABALHO: MIGRAÇÃO E ENERGIAS “RENOVÁVEIS”, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Gizelly Barbara Nascimento Costa | Edla Monielly Nunes Lopes
Jonathan Cauã Cabral Batista | Zenis Bezerra Freire 94

O OUTRO LADO DO DISCURSO HIGIENISTA: O COTIDIANO DOS MOCAMBEIROS DA CIDADE DO RECIFE (1935-1947)

Evelyn Guedes de Lima | Mariana Zerbone Alves de Albuquerque 99

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS INDUSTRIAIS E SUA INFLUÊNCIA NO DESENCADEAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIODEMOGRÁFICAS NO NORDESTE BRASILEIRO

Victor Ramon Soares | Iapony Rodrigues Galvão 103

OS MOVIMENTOS DE BAIRRO COMO UMA FORMA DE FORTALECIMENTO DO LUGAR: O BAIRRO DA VÁRZEA EM RECIFE

Camilla Aryana da Silva Monte | Julio César Felix da Silva
Mariana Zerbone Alves de Albuquerque | Edvania Torres Aguiar Gomes 107

A AGRICULTURA FAMILIAR E COMÉRCIO LOCAL: O PAPEL DAS FEIRAS LIVRES EM SANTANA DO MATOS/RN

Maria Loiza Alves Felipe | Gennefyr Mabel da Cunha da Silva |
Lucas Victorio Albuquerque | Maria Nicolly Fernandes de Assis 112

**REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS**

Universidade Federal Rural de Pernambuco

25

EIXO 4**CONSTRUINDO UMA TAPERA: URBANIZAÇÃO, MEMÓRIA E COTIDIANO EM FLORIANÓPOLIS (SC)**

Fabiano Bernardes-Silveira | Milton Luz da Conceição

153

UMA CORRIDA CONTRA O TEMPO: INICIATIVAS EMERGÊNCIAS PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO PARQUE METROPOLITANO ARMANDO DE HOLANDA CAVALCANTI E ARREDORES - CABO DE SANTO AGOSTINHO – PELucas Alves da Rocha | Izabela Pereira de Lima
Henry Sócrates Lavalle Sullas | Clara Diana Figuerôa Santos

156

PATRIMÔNIO RURAL E MEMÓRIA DO SERTÃO: CONSTRUINDO UM INVENTÁRIO DAS CASAS DE FARINHA DO ALTO OESTE POTIGUAR (1980-2023)

Emanuele de Freitas Freire

160

A MORTE DE AFRICANOS NOVOS: LUGARES DE MEMÓRIA NA FREGUESIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DE SANTO ANTÔNIO (1820-1831)Nicoly Maria Caetano Lima | Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira
Suely Creusa Cordeiro de Almeida

165

PRODUÇÃO DE SAL: O USO DAS INDÚSTRIAS SALINEIRAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE MACAU/RNMaria Clara dos Santos Gonzaga | Francivan Miguel da Silva
Luiz Felipe Dantas da Silva da Cruz | Zenis Bezerra Freire

170

AS CARTOGRAFIAS DO “NORDESTE”: FORMAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

Mateus de Almeida Prado Sampaio

174



EIXO 1

Ensino e aprendizagem em espaços de disputa

RESUMOS SIMPLES



O ENSINO DE GEOGRAFIA EM MEIO AOS MARES DE MORROS DE CANA-DE-AÇÚCAR: EXPERIÊNCIAS EM ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ARAÇOIABA -PE

Alex Mendes de Andrade

Graduado do curso de Licenciatura em Geografia pela UFPE e membro do laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Espaço Agrário e Campesino – LEPEC da UFPE.
alexmendes12@gmail.com

Ivony Nunes Soares

Graduada do curso de Licenciatura em Geografia pela UFPE, especialista em Metodologia do Ensino de História e Geografia pelo Centro Universitário Internacional – UNINTER
ivonyns@gmail.com

Resumo: Ensinar Geografia no município de Araçoiaba/PE (Região Metropolitana do Recife) é exercer a docência no território da monocultura da cana-de-açúcar, uma vez que seu Plano Diretor afirma que 88,33% do seu espaço estão cobertos pelo cultivo da cana-de-açúcar, fato que salienta o poder hegemônico do agronegócio que em parceria com o Estado, e com o auxílio dos meios de comunicação, fortalecem os valores dessa economia expressando a colonialidade de modo evidente. Diante desses fatos, neste trabalho relatamos nossas experiências como professores de Geografia em duas escolas em Araçoiaba onde foi perceptível a influência das usinas na comunidade. Objetivamos contextualizar o município na formação do território brasileiro trazendo questões referentes à dinâmica atual do agronegócio, discutir como a influência do agronegócio afeta a educação escolar e refletir sobre o ensino de Geografia como uma possibilidade de divergir das imposições da mentalidade do agronegócio no município. Para metodologia, além da pesquisa bibliográfica, contamos com a participação em eventos de Geografia como o XXVI ENGA 2024 e o VIII Congresso Brasileiro de Geógrafas e Geógrafos (CBG) 2024, além de nossas experiências como professores de Geografia, que além do trabalho em sala de aula, nos permitiu diálogos recorrentes e entrevistas com a comunidade. Como referencial teórico utilizado para contextualizar Araçoiaba na dinâmica do território nacional na questão do monocultivo da cana foram consultados os trabalhos de Andrade (1973, 1989, 1994) e Moreira (2020) alinhados às perspectivas de Lander (2005) e Porto-Gonçalves (2012) no que diz respeito a abordagem feita por eles em relação à permanência dos processos da colonialidade na modernidade, aos valores e à mentalidade do agronegócio difundidos com o auxílio dos meios de comunicação, baseamos nossa análise com os estudos feitos por Maciel, Santos, e Silva (2019). E sobre o ensino de Geografia, trataremos uma leitura da prática pedagógica a partir de



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Freire (1968, 1996). Os resultados mostraram que a prática do ensino em Araçoiaba se dá dentro do contexto da colonialidade que é expressa no monocultivo da cana-de-açúcar e que preserva ainda hoje, a lógica colonial da produção da exploração da terra, da concentração fundiária e da priorização do mercado externo em detrimento de uma valorização da produção para atender aos interesses locais. Concluímos que a escola tende a alimentar uma ideia positiva do agronegócio ao participar de eventos, gincanas e festividades culturais promovidos pelas usinas corroborando com o que Shiva (2003) afirma ser a monocultura da mente, referente à influência do agronegócio na cultura local.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Latifúndio; Monocultura; Cana-de-açúcar



EXPEDIÇÃO PEDAGÓGICA: VALORIZANDO O PATRIMÔNIO E A IDENTIDADE LOCAL NA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL

Jéssica de Medeiros Gondim

Doutoranda do programa PPGEDUC, da UFRRJ

Resumo: A oficina de valorização do patrimônio material, imaterial e identidade: Expedição Pedagógica, visa explorar o entorno da escola como um recurso educacional para o ensino fundamental, conectando o passado, presente e futuro através da educação emancipatória (FREIRE, 1997) onde ideias de patrimônio e memória se unem. (AZEVEDO NETTO, 2004, 2005). Adotamos aqui a perspectiva de que é necessário que jovens conheçam sua história e que sintam através da relação que estabelecem com o patrimônio histórico que os rodeiam, parte importante da história local e sujeitos reflexivos sobre sua realidade e futuro. Reconhecendo o território também como parte integrante da identidade (HALL, 2006), a iniciativa promove uma abordagem intercultural (WALSH, 2013, 2009) e interdisciplinar ao incorporar conceitos de patrimônio, memória, espaço e identidade no currículo escolar. Por meio das atividades os alunos têm a oportunidade de conhecer, revisitar memórias, construir narrativas e se reconhecer em espaços de memória, promovendo uma compreensão mais ampla de coletividade e valorização do patrimônio local. Inicialmente, aulas expositivas conduzidas pela historiadora apresentarão aos alunos ao conceito de patrimônio material/imaterial e identidade, além de mapear locais de memória e interesse na comunidade. Em seguida, os alunos residentes do distrito serão envolvidos na criação de um mapa e roteiro relacionados ao patrimônio local, destacando a importância desses elementos na formação da identidade comunitária. O ponto culminante da atividade é a execução da aula de campo, onde os alunos guiarão uma turma de outra escola pela comunidade, compartilhando o conhecimento adquirido e colocando em prática o que aprenderam. Essa atividade não só promove o intercâmbio entre escolas, mas também fortalece a autoestima e identidade dos alunos residentes do distrito de Rialto, distrito do interior da cidade de Barra Mansa, no interior do estado do Rio de Janeiro, muitas vezes marginalizados no contexto educacional e nos espaços formais de educação. Aqui ressaltamos a importância de ferramentas pedagógicas para a educação do campo, pois partimos da compreensão de que são parte de uma realidade onde seus sujeitos, histórias e aprendizados são peculiares (CALDART, 2002, 2012). Assim, escolha desse público busca promover inclusão e representatividade, reconhecendo a importância de valorizar as identidades locais e a defesa da educação do campo. A metodologia proposta envolve três etapas principais: aulas expositivas de introdução as temáticas ligadas a oficina, a criação de roteiros e o desenvolvimento da aula de campo, todas com perspectivas multiculturais, inclusivas e alinhadas com a Base Nacional Comum Curricular (BRASIL, 2018), considerando a acessibilidade física da escola e garantindo a participação de diferentes alunos de diversos anos de ensino. Além disso, o projeto visa não apenas



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

beneficiar os alunos diretamente envolvidos, mas também servir como um modelo replicável em diferentes realidades. Após a implementação e avaliação dos resultados de forma qualitativa, esperasse que a oficina possa ser adaptada e oferecida a outros professores, possibilitando a expansão do impacto para outras comunidades, especialmente aquelas ligadas a áreas rurais ou sujeitas a exclusão social.

Palavras-chave: Educação multicultural; Educação patrimonial; Ensino de história; Escola do campo; Identidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular.** Brasília: MEC, 2018.

CALDART, R. S. **Por uma educação do campo:** Traços de uma identidade em construção. In: KOLLING, E. J.; CERIOLO, P. R.; CALDART, R.S. (Orgs.) Educação do Campo: Identidade e Políticas Públicas. Brasília, DF: Articulação Nacional Por uma Educação do Campo, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia:** Saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós – modernidade.** Tradução Tomaz. Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro-11. Ed.- Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

NETTO Azevedo. **Memória e identidade:** a representação através da cultura material. Cadernos de Estudos e Pesquisas, São Gonçalo, ano 8, n. 19, p. 13-24, 2004.

WALSH, Catherine (Ed.). **Pedagogias decoloniales: prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir.** Tomo I. Quito, Ecuador: Ediciones Abya-Yala, 2013.



TRAJETÓRIAS ESCOLARES DE PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA DO RECIFE

Isnaldo Fernandes da Silva Júnior

Graduando no curso de Licenciatura Plena em História na Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE): isnaldo.fernandes@ufrpe.br

Otávio Augusto Alves dos Santos

Professor do Departamento de História da Universidade Federal Rural de Pernambuco e tutor do grupo PET Conexões de Saberes/Comunidades Populares (Práticas de Letramento): otavio.augusto@ufrpe.br

Resumo: No contexto das transformações socioespaciais contemporâneas, a intensificação das desigualdades urbanas tem resultado em um cenário de múltiplas privações e violações de direitos humanos, sociais e educacionais. Tal movimento reforça estigmas sociais, especialmente aqueles historicamente relacionados às pessoas em situação de rua, ampliando a exclusão desses indivíduos, o que implica no não-acesso à participação e à permanência nos espaços escolares. Desse modo, o presente trabalho se propõe a analisar as trajetórias escolares de pessoas em situação de rua na cidade do Recife, observando as narrativas desses indivíduos e os percalços quanto ao acesso às unidades escolares e ao processo de escolarização. Pretende-se alcançar o referido objetivo analisando-se o discurso das pessoas em situação de rua, ressaltando o aspecto humano desses indivíduos e suas relações com o espaço escolar. Para isso, a metodologia utilizada será a História Oral, meio pelo qual será possível dialogicamente alcançar, por meio de relatos orais, as memórias escolares de pessoas em situação de rua na cidade do Recife, identificando fatores que impulsionam sua exclusão escolar e que também impedem seu retorno ao processo de escolarização. Com base nisso, as memórias narradas poderão ser utilizadas como arguição histórica, a fim de problematizar questões voltadas às vivências fragmentadas no que diz respeito ao mundo escolar, ao pertencimento sociocultural e ao pleno acesso à cidadania. Os principais dados e inferências serão tomados do Censo da População em Situação de Rua do Recife (Miranda *et al.*, 2023). Complementarmente, considerar-se-á reflexões sobre o direito à educação de crianças e adolescentes em situação de rua (Santos *et al.*, 2024), os efeitos da segmentação urbana nas relações sociais (Santos, 2018), as políticas educacionais frente às desigualdades sociais (Arroyo, 2010), aspectos pedagógicos da educação popular (Freire, 2005) e o método de História Oral e suas correlações com a memória (Alberti, 2018; Candau, 2011; Thompson, 2002; Pollack, 1992; Halbwach, 1990). Os dados do Censo apontam que a população em situação de rua apresenta níveis de escolaridade bastante baixos: 21,6% desse grupo são pessoas analfabetas; apenas 67% tiveram acesso ao ensino fundamental (não garantindo, no entanto, a conclusão deste) e apenas 8% conseguiram chegar ao ensino médio. Nesse contexto, as



CONTRIBUIÇÕES DA EXPLORAÇÃO TÁTIL DO LUGAR / ESCOLA PARA A TESSITURA DE MAPAS MENTAIS NA PERSPECTIVA DE ESTUDANTES CEGOS

Adriana Leão Machado Almeida

Doutoranda do Curso de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia – UFBA. Contato: analeaoana@gmail.com

Resumo: Esse resumo intenciona discutir os ganhos provenientes da exploração tátil do Lugar/escola na elaboração dos mapas mentais na perspectiva de estudantes cegos. No cumprimento dessa demanda, a pesquisa, de matriz fenomenológica, teve uma abordagem qualitativa e a metodologia adotada foi a pesquisa-ação. Tendo como suporte as ideias de Tuan (1983), Merleau-Ponty (1999), Delory-Momberger (2016) e Thiollent (1986). Os participantes da pesquisa foram três estudantes cegos da educação básica em Feira de Santana, Bahia. A investigação foi dividida em três etapas: na primeira, os estudantes cegos registraram o mapa mental da escola, na segunda, fizeram a exploração tátil do Lugar/escola, com intervenção da pesquisadora, e a terceira etapa consistiu na elaboração de um segundo mapa mental da escola. As ideias de Diniz (2005), Sasaki (2005), Tuan (1983), Richter (2011), Loch (2008) e Ribeiro (2016; 2021) fundamentam as discussões. Em princípio, é necessário que o estudante cego tenha assegurado oportunidades de exploração tátil do lugar pois é através da percepção cinéptica e da audição que os mapas mentais são elaborados e, assim, é facultado ao Lugar o sentimento de pertencimento e identidade. Diante dessa premissa, os achados da pesquisa mostraram os ganhos decorrentes da exploração tátil do Lugar para a compreensão deste na perspectiva de estudantes cegos. Durante o percurso, foi intrigante verificar o desconhecimento de um lugar frequentado diariamente, a escola. Tal constatação ficou registrada nos mapas mentais que evidenciavam as lacunas acerca do conhecimento do espaço escolar. A segunda etapa consistiu na exploração tátil do lugar e as narrativas evidenciavam a alegria da descoberta do Lugar. Nesse deslocamento, foi emocionante acompanhar a satisfação da descoberta da localização da janela e do armário da sala. A última etapa consistiu na elaboração do mapa mental. No segundo mapa, foram evidentes os ganhos decorrentes da exploração tátil, pois os estudantes cegos fizeram questão de registrar o conhecimento adquirido, como por exemplo, a quantidade de carteiras e de fileiras da sala de aula. Vale ressaltar que todas as produções foram feitas em folha ofício sobreposta a uma lixa de parede e com giz de cera para que assim adquirissem textura e pudessem ser compreendidas também pelo tato. Por fim, conclui-se que a exploração tátil favorece a elaboração dos mapas mentais. Em síntese, a experimentação tátil do lugar proporcionou um ganho



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

significativo na compreensão deste e na qualidade da tessitura de mapas mentais. A possibilidade de explorar com o tato cada porção do espaço favoreceu a compreensão deste. Assim, essa pesquisa trouxe contribuições tanto para os estudantes cegos, que redescobriram o Lugar/escola e tiveram a experiência inédita de fazer o registro do mapa mental, quanto para os professores de Geografia, que refletiram sobre a necessidade de proporcionar a exploração tátil do lugar para os estudantes cegos. Acrescenta-se, ainda, que o ineditismo das ações propostas facultou aos participantes uma oportunidade ímpar de expressar suas concepções e ligações com o Lugar. Mediante o exposto, como agenda de pesquisa, destaca-se a sugestão do esquadramento das discussões acerca do registro cartográfico tátil do mapa mental para os estudantes cegos.

Palavras-chave: Lugar; Cegos; Mapa Mental; Cartografia Tátil.

REFERÊNCIAS

DELORY-MOMBERGER, Christine. A pesquisa biográfica ou a construção compartilhada de um saber do singular. **Revista Brasileira de Pesquisa (Auto)biográfica**. Salvador, v. 1, n. 1, p. 133-147, jan./abr. 2016.

DINIZ, Débora. **O que é deficiência**. (Coleção Primeiros Passos; 323) São Paulo: Brasiliense, 2007.

LOCH, Ruth Emília Nogueira. Cartografia Tátil: mapas para deficientes visuais. **Portal da Cartografia**. Londrina, v.1, n.1, p. 35 – 58, maio/ago., 2008. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/portalcartografia>.

MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da percepção**. [tradução Carlos Alberto Ribeiro de Moura]. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RIBEIRO, Solange Lucas. **A violência simbólica no cotidiano do aluno cego na escola regular**. - 2. ed. - Salvador: EDUFBA, 2021.

RIBEIRO, Solange Lucas. **Violência simbólica: impactos à inclusão escolar**. Journal of Research in Special Educational Needs, v. 16, p. 1095-1098, 2016.

RICHTER, Denis. **O mapa mental no ensino de Geografia: concepções e propostas para o trabalho docente**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Inclusão: o paradigma do século 21. **Revista da Educação Especial**. Vol.1, nº 1. Brasília: Secretaria de Educação Especial, 2005.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da pesquisa-ação**. 2. ed. São Paulo: Cortez Autores Associados, 1986.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. Tradução de Livia de Oliveira. São Paulo: Difel, 1983.



DOS ENCONTROS FELIZES: BREVE HOMENAGEM A PROFESSORA ROSA ESTER ROSSINI (GEOGRAFIA – USP)

André Souza Martinello

Departamento de Geografia da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC). andre.martinello@udesc.br

RESUMO

A partir da partilha de algumas atividades com a Profa. Rosa Ester Rossini e de sua palestra na UDESC, fez-se um depoimento, relacionando a algumas menções da trajetória de vida da professora e ao seu memorial da USP.

Palavras-chave: Homenagem a Professora; Memória Geografia da USP; Rosa Ester Rossini

Esse texto é um pequeno relato de observação e convivência com a Profa. Rosa Ester Rossini em Florianópolis, entre 28 e 29 de agosto de 2024, na UDESC. É uma pretensão de texto muito circunscrito, de pouca relação bibliográfica e assumidamente de cunho pessoal.

Depois da tarde de trabalho em banca de dissertação mestrado, na noite do mesmo dia, a Profa. Rosa Ester Rossini iniciava uma conferência. Formava, junto com a Profa. Maria Rita Machado (UFRPE), uma mesa para explanação da situação do campo brasileiro no século XXI.

Num auditório acolhedor e atmosfera intimista, a presença da professora no alto de seus 82 anos chamava atenção do público presente. A pessoa de maior idade daquele lugar e momento era quem também iniciaria as reflexões – e trabalhos – do noturno, no debate compartilhado entre as duas geógrafas, professoras de gerações diferentes. Talvez, pode haver passado pela mente das pessoas ali presentes o questionamento: ‘o que levava àquela senhora, aparentemente frágil e idosa, estar voluntariamente, numa noite de inverno sulino, a falar para o público curioso em conhecê-la?’ A expectativa em ouvir as experiências acadêmica e relatos de vida de alguém daquela idade já era o suficiente para fazer o momento especial. Numa bela experiência de partilha da vida e dos seus tempos de vida.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Também devemos destacar como diferente de outros Países, no Brasil ainda parece predominar uma “legitimidade etarista”, na qual há baixa disposição a reconhecer as gerações precedentes. Pouca valorização de pessoas da terceira idade (um desprezo geral pela figura do idoso). Ao ouvirmos a Prof^a Rosa, podemos apontar como ainda temos muito por avançar como País, na cultura de valorização do acúmulo da experiência vivida, fazendo com que seja socialmente reconhecido, na universidade ou fora dela, os caminhos de vida das pessoas de idade avançada e capacidade de refletir a própria história das relações sociais de campos de saberes disciplinares. Nesse sentido, importante reconhecer que a comunidade geográfica parece ter se aberto aos contatos geracionais, tal como bem concretizado pelas professoras que compuseram a mencionada mesa de debate que teve sede na UDESC, professoras Rosa e Maria Rita.

Com seu casaco de lã colorido, esboço de anotações e corpo arqueado com marca de tempo e de sabedoria da vida: a própria presença da professora com nome de flor, chamava atenção pela disposição, sorriso e carisma. Resolveu falar sem microfone, pois a vivência da sala de aula há tanto tempo, lhe permitia a voz empostada: a entonação faria chegar ao ouvido de todos, e forçava também um silêncio absoluto, pela curiosidade em ouvi-la. Após agradecimentos pela organização da mesa, Rosa inicia falando da sua história de vida. Óculos suspenso na cabeça acima da testa (quase uma marca dela, tal como aparece em várias fotografias), ora óculos abaixados ao front, para serem usados na leitura do rascunho que ela havia redigido.

Nascida no começo da década de 1940 no interior paulista (Serra Azul/SP), em família de ascendência italiana como seu sobrenome pode indicar, professora Rosa de saída inicia sua conferência chamando atenção ao fato de também ser resultado do tratamento bastante diferenciado na própria família *camponesa*. Uma prática parece ter atravessado parte substancial da sua biografia, a característica recorrente entre àqueles migrantes vindos da Itália: a hiper-valorização do filho homem (‘o *maschio*’ como ela mesma pronunciou), sobretudo, na comparação com a filha-mulher, quase sempre secundarizada em relação aos homens da família. O início da vida dela teria sido marcado pela gritante diferenciação de gênero, devido a menor



importância social atribuída as filhas – para não falar, “tratamento marginal” – nas relações de laço familiar. Na comparação entre homens e mulheres, poderia se dizer como quase tudo na família italiana era para eles: “*elas eram criadas para servirem a eles.*” De forma que, segundo lembra a Prof^a Rosa, seu irmão mais velho recebeu comida na boca até os 06 anos de idade dele... Enquanto ela, por volta dos 02 anos, começou a cruzar limites e ultrapassar arames e cercas, ir até o galinheiro, mal sabendo andar, e lá mesmo alcançar algum ovo, quebra-lo e se alimentar de ovo cru. No seu relato oral e de memória, apresenta-se a desigualdade, a necessidade da mulher ter que ir em busca do mundo, enquanto o mundo familiar organizava-se ao redor “do umbigo” do filho-homem. Essa situação desde a tenra idade, talvez, ajude a iluminar as barreiras e necessidades de afirmação que a Professora Rosa teve de enfrentar, tanto no seu “berço de origem”, do plano da sua vida pessoal até na esfera profissional. No final das contas, a relação familiar marcou profundamente sua trajetória de vida.²

Ironicamente e contraditoriamente, o tratamento de *menor amparo familiar*, fora também o que teria *favorecido* Rosa “romper” com a delimitação dos projetos dos pais sob os filhos. Ela lembra que quando seu irmão tentou ir embora para São Paulo/SP, seu pai havia bloqueado tal possibilidade: o destino do irmão seria próximo aos pais e o mesmo teve dificuldades de enfrenta-los, o que não ocorria com ela, como figura preterida em casa. Quando chegara a hora da Rosa, ao ter concluído os estudos secundários (o que seria o ensino médio de então), ela enfrentou a posição paterna, que também fora resistente a sua ida para a capital. Como ela escreveu no seu Memorial (da USP):

Também não foi fácil convencer meus pais que eu queria fazer faculdade. Afinal eu já era professora. O sonho deles havia se concretizado. O anel de pedra verde seria o símbolo dessa realização. Meu pai fez empréstimo para a compra da jóia. Consegui que a mesma não fosse adquirida e o dinheiro do empréstimo me fosse dado para eu ‘passar dois meses’ em São Paulo. (ROSSINI, 2013, p.11-12).

² A Profa. Rosa Ester Rossini leu o presente texto e redigiu a seguinte mensagem como reação ao texto em homenagem a ela (que segue em aspas) “Tudo dentro dos conformes. Talvez, das memórias da infância, escrever que eu, com dois anos de idade, passava por baixo da cerca de arame farpado da casa vizinha e ia à frente do porão onde a galinha tinha seu ninho no qual botava o ovo, levantava seu rabo, pegava o ovo, o batia no chão, com delicadeza para, em seguida, chupá-lo.”



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

O projeto do pai era que a filha conquistasse um anel símbolo de professora, por ele sonhado. A filha Rosa, promete ao seu pai que faria tal feito, mas indo embora para a cidade de São Paulo, cursar faculdade.

O tratamento de menor importância familiar a filha mulher, parece ter contribuído a capacidade de Rosa sair das garras da “indiferença familiar” e, rompendo com os limites da época. Foi em busca de novas possibilidades que poderiam se abrir na capital paulista: a menina que na infância se alimentou de ovos direto da granja, buscou construir-se como uma mulher independente. Alargando as próprias possibilidades “permitidas” às mulheres de seu tempo: pode-se dizer que a professora Rosa foi feminista possível para àquela época, contornando o mundo masculinizado que se apresentava como predominante na família e na universidade. Também foi essa “condição inicial” que influenciou a constituição da sua sensibilidade, em relação aos direitos das mulheres em várias esferas da sociedade (e na redação de tese de doutoramento o trabalho feminino, um corte de análise).

Tendo sido membro da constituição de uma das primeiras – se não, a primeira – “república de mulheres” na cidade de São Paulo, em que morou por uma década. Rosa relata como na época em que ela se muda para capital paulista havia ainda muitas resistências a alugar imóvel para mulheres solteiras estudantes. Raros casos até então, uma outra mulher quem aceitou alugar um imóvel a elas: “A caminhada para encontrar um apartamento foi grande. Ninguém alugava apartamento para moças, estudantes e do interior. Depois de muitas negativas, encontramos um apartamento. A proprietária era a educadora Chiquinha Rodrigues. Foi a única que acreditou em nós.” (ROSSINI, 2013, p.15).

Tendo ingressado na graduação, concluiu o curso de Geografia na Universidade de São Paulo/USP no fatídico ano de 1964. Desde praticamente 4 anos antes, em 1960, já não recebia mais valor de ajuda monetária da família e fez grandes esforços para reduzir os custos de vida: “Fiquei mais de seis meses comendo batata temperada com sal e limão; era a alimentação mais barata.” (ROSSINI, 2013, p.16). Talvez, por alguma simpatia pela sua descendência italiana, – e compartilhamento de ‘espírito’ de *italianidade* – o professor Pasquale Petrone a indica em 1965, (após



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

formada na graduação que ocorrera no ano anterior), a vaga de professora de Geografia no curso Normal, na afamada escola Dante Alighieri. Ainda no ano de 1965, Rosa fora classificada em primeiro lugar no concurso para Geografia, na rede estadual do Estado de São Paulo, onde começou a lecionar no turno noturno em Moji das Cruzes/SP e conciliando muitas outras atividades.

No plano profissional, alguns desafios em relação primazia masculina também apareceu. Desde 1965 o professor José Ribeiro de Araújo Filho trabalhava para Rosa ingressar no departamento de Geografia da USP. “Esta oportunidade surgiu, mas o contrato só foi se realizar em julho de 1970.” (ROSSINI, 2013, p.26).

Inicialmente, foi vetada pela banca durante o que seria sua primeira oportunidade de ingressar como docente de Geografia da própria USP. Como recorda em sua memória, um dos membros da banca, Professor Aroldo de Azevedo teria dito: Mulher engravida, tem filhos e dedica-se a família. Mesmo com doutorado, a vaga na USP foi dada a um homem, cuja hierarquia de formação acadêmica era mais baixa, pois só tinha título de mestrado (e do qual, esse mesmo professor não buscou galgar o doutorado). Vetada por ser mulher, mesmo com título de doutora, Rosa só irá ingressar como professora no Ensino Superior na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, a PUC/SP. A situação da “condição de mulher” sem dúvida marcou sua trajetória, pois o acesso “mais facilitado” aos homens reforçava a desigualdade do acesso ao mercado de trabalho, e essas situações aparecem até hoje no seu discurso, porque também passou a constituir suas preocupações enquanto pesquisadora: a luta cotidiana em favor de um tratamento menos assimétrico entre mulheres e homens.

Com o exemplo da realização dos trabalhos de campo em Pirassununga/SP, a Professora Rosa tira risos da plateia ao informar que realizou muitas visitas na fábrica da “51, uma boa ideia”. A área canavieira como um dos seus temas de especialização, a Professora Rosa faz questão de apontar que durante suas visitas a fábrica de aguardente, sempre apontou criticamente a necessidade de equiparação de gênero entre os contratos de trabalho da empresa. Fazer atingir, pelo menos, a mesma proporção e a quantidade de trabalhadoras-mulheres em relação aos trabalhadores-homens... Rosa, durante a palestra: contabiliza nos dedos das mãos, aos longos das décadas, como ela mesmo foi testemunha e ajudou vislumbrar (e a pressionar), que



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

o mercado de trabalho passasse a recrutar mulheres em maior quantidade, inclusive em atividades mais pesadas, muitas vezes associadas apenas aos homens. Sorrindo, percebeu como ao longo das décadas, em algumas ocasiões como no caso de Pirassununga, a luta não tinha sido em vão: mulheres e homens formavam quase a mesma quantidade entre as equipes de empregados.

A quebra de paradigmas das desiguais relações de gênero marcou fortemente sua geração e, praticou na sua trajetória. Há muitos outros tantos pertinentes temas que poderiam ser ressaltados. Mas, vale destacar como um dos seus jargões: os encontros felizes que à vida oferta. Um desses bons encontros, como relata a Prof^a Rosa, foi o fato de o Prof. Milton Santos vir a habitar o mesmo prédio que ela. Situação que os fez vizinhos por mais de 10 anos, e que na memória da professora ficou registrado desde a primeira vez que Milton esteve no prédio. Ela comenta como ao chegar à entrada do prédio, o porteiro retinha Milton Santos e que somente ela, chama-lo por Professor Milton, que o porteiro ao ouvir que estava diante de um professor negro, teria dado passagem (numa alusão ao racismo cotidiano presente na sociedade brasileira). Ali nesse mesmo prédio que a Prof^aRosa habitava, passaria a viver Milton. Os encontros felizes que a vida pode proporcionar, levou até ao bom acaso dos colegas da Geografia da USP também coabitarem a espacialidade condominial na metrópole paulista.

A professora com mais de 8 décadas de vida, que continua a percorrer ao Brasil em palestras, bancas, eventos e a ensinar e expressar vivamente a memória viva da Geografia brasileira dos últimos 50, 60, 70 anos... e a través dela mesma, percebermos as transformações sociais pelo qual o campo geográfico mudou e a própria a sociedade brasileira foi se transformando ao longo do tempo. Sob sua própria presença e ao ouvir seu discurso estamos diante da própria Geografia do Brasil e da tradição humanista do pensamento geográfico. Ter oportunidade de conhecer a Professora Rosa Ester Rossini e ouvi-la é um excelente exemplo dos encontros felizes que a vida pode nos oferecer! Que a celebremos e brindemos aos encontros felizes que a Prof^a Rosa nos proporciona: Nosso muito obrigado pelo conjunto da sua contribuição, Professora.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

REFERÊNCIAS

ROSSINI, Rosa Ester. **Memorial** apresentado aos concursos para Professora Livre-Docente e Professora Titular junto ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo/USP. Atualizado até 2013. São Paulo: 2013.



A PERDA DE ESPAÇO LABORAL DOS PROFESSORES E PROFESSORAS CONTRATADOS DE MATO GROSSO

Maurício dos Santos de Oliveira

Professor da Educação Básica do estado de Mato Grosso.
disantos@gmail.com

Nylza Batista da Silva

Professora da Educação Básica do estado de Mato Grosso.
nylza.silva@edu.mt.gov.br

Ana Maria Silva de Oliveira

Bacharel em administração da Universidade de Cuiabá-UNIC.
adm.ana@hotmail.com

Introdução

O processo de ensino e aprendizagem, tornaram-se espaços de disputa, e podem ser analisados através do atual contexto vivenciado pelos profissionais educadores de Mato Grosso. Os professores sejam eles, concursados ou contratados como interinos, tem experienciado a perda de direitos trabalhistas. Pois, são expostos a intensificação, a precarização e vulnerabilidade na atuação profissional. Observam seus espaços de trabalho sendo influenciados por decisões administrativas e políticas governamentais com forte implementação de ações neoliberais na educação pública estadual que visam conter investimentos pedagógicos e somar lucros para empresas e instituições privadas que têm adentrado no ambiente educacional, disputando espaços de controle, modificando a estrutura e a função da escola, cobrando maior força de trabalho e diminuindo o número de funcionário.

Portanto, é necessário analisar quais são as perdas de direitos dos trabalhadores da educação em Mato Grosso nesses últimos dez anos; dentre as ações, enfatizar os motivos da redução de professores interinos, e aumento da carga horária para os efetivos, quais as consequências dessas práticas para a comunidade e educadores estaduais.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Metodologia

Neste presente artigo os procedimentos metodológicos a partir de uma abordagem qualitativa, Conforme Bogdan e Biklen (1994), pois as ações são experienciadas como parte do contexto. As informações primárias foram obtidas por meio da experiências vivenciadas no ambiente escolar, diálogos com professores, gestão e alunos e acompanhamento da atuação de empresas privadas nas escolas.

Os dados secundários que permite analisar os fatos a partir das fontes referenciadas, em livros, periódicos, artigos, sites e legislações. A análise qualitativa ilustra a observação participante pois permite a interpretação e descrição dos objetos em análise, por meio da prática no ambiente escolar, como os problemas no cotidiano pedagógico. De acordo com Freitas (2000, p. 6), “o pesquisador durante o processo de pesquisa é alguém que está em processo de aprendizagens e transformações. Ele se ressignifica no campo”. O desenvolvimento da pesquisa busca refletir metodologicamente sobre as práticas governamentais na atual conjuntura da educação, e seus reflexos no processo de ensino aprendizagem.

Para Tripp (2005), a pesquisa-ação busca compreender a ação que se decide tomar para melhorar a prática, a reflexão, baseada no cotidiano do grupo. Para tal experiência o estudo ocorre no contexto escolar, acompanhando os processos de transformação na função dos professores efetivos e contratados, e como essas ações afetam a aprendizagem. Segundo Nunes e Infante (1996) a metodologia da pesquisa-ação, possibilita a troca de saberes, de permanente formação de recursos humanos. Neste estudo abrange a realidade escolar, a precarização do trabalho dos professores, de modo que possamos refletir sobre seus efeitos no cotidiano da educação.

Referencial Teórico

Historicamente no estado de Mato Grosso a educação estadual sempre foi promovida com a participação de professores e professoras contratados ou interinos, atuando de modo coletivo em diálogo com a comunidade. De acordo com Oliveira, M. S. (2022, p. 31) dados da Secretaria de Estado de Educação, Esporte e Lazer de Mato Grosso, em “2018, atuaram o total de 22.454 professores na rede estadual, desse total 13.356 com contratos temporário e apenas 9.098 efetivos ou concursados”.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Conseqüentemente ao fato de exercerem suas funções trabalhistas na condição de contratados, os professores e professoras sofrem com a instabilidade laboral que retratam ações da precarização e a vulnerabilidade, que estão expostos estes profissionais. O estado alia-se cada vez mais a atuação capitalista no ambiente educacional na busca do lucro, como afirma Pasinato e Fávero (2020, p. 911) o neoliberalismo vê as ações ligadas a educação escolar “como empresa produtora de recursos humanos, que deve ser submetida, como qualquer outra empresa, à redução de custos para obtenção de retorno financeiro”. E com manobra política governo o estado conseguiu no ano de 2024, diminuir o número de docentes contratados e aumentar a jornada em sala de aula dos educadores efetivos, aqueles enquadrados por concurso público. No dia 26 de setembro de 2023, por meio da Instrução Normativa Nº 008/2023/SEDUC/MT a atribuição das aulas para o ano seguinte foi definida:

1º Considerando a alteração do tempo de aulas nas matrizes estabelecidas para o ano letivo de 2024, que passam a ser de 50 minutos cada aula, os professores com jornada de 30 horas deverão atribuir 24 aulas em sala (totalizando 20 horas) e 10 horas atividade. (Instrução Normativa Nº 008/2023/SEDUC/MT)

Consustanciado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96; as LC nº 49/98; LC nº 50/98, e alterações posteriores; LC nº 7.040/98, L.C. 04/90 e DEC. nº 823/2021; LC nº 600/17 e alterações posteriores; Decreto nº 331/19, o governo do estado estabelece que as aulas terão a duração de 50 minutos. O que significa que os professores e professoras terão mais turmas, mais alunos e menos tempo de aulas por turma.

Junto com o aumento de jornada de atribuição de aulas também para o ano 2024, os educadores efetivos puderam adicionar sua jornada de trabalho no DECRETO nº 700 de fevereiro de 2024 art. 3º o “professor da educação básica lotado em unidade escolar da rede pública estadual de Mato Grosso poderá requerer a alteração da sua jornada de trabalho para 40 (quarenta) ou 20 (vinte) horas semanais”. Desta maneira o professor poderia diminuir sua carga horária para 20 horas o que diminuiria seus subsídios salariais ou aumentar para 40 horas aumentando subsídios.



Ambas as situações merecem atenção, diminuir salários ou aumentar a carga de trabalho ocasiona a intensificação e a precarização do trabalho decente.

Com os decretos sancionados sem diálogo com educadores e comunidade escolar, o governo modifica as funções trabalhistas dos efetivos e dos profissionais contratados, assim como os estudantes, todos são afetados pela forma como têm sido conduzidas as políticas educacionais, com planos empresariais visando sucatear o ensino público. A cada ano os decretos, as normativas governamentais estadual aproximam as ações educacionais públicas da administração privada, diminuindo os investimentos em busca de lucro.

Resultados e Discussão

O governo desenvolve as ações educacionais negando direitos trabalhistas dos profissionais da educação, ocasionando a precarização, a vulnerabilidade e intensificando funções. A perda de espaços de trabalho dos profissionais interinos demonstra claramente as intenções neoliberais sendo impostas na educação pública. Não há ações para questionar essa manobra política, tanto o sindicato dos professores Sintep-MT ou representantes como Ministério Público Estadual, não há documentos públicos que contrapõe as ações governamentais, tornando a discussão mais profunda, pois os educadores se sentem mais desamparados.

Considerações Finais

Essa ação do governo causa impactos econômicos, políticos e sociais, na sustentação das atividades laborais dos professores, observam seus postos de trabalho diminuírem a cada dia, causando instabilidade financeira, insegurança profissional uma vez que não se sabe quais serão as próximas manobras na educação, conseqüentemente, perdem autonomia, desgosto com o trabalho exercido, instabilidades que afetam a saúde e o desenvolvimento da função de forma eficaz. Outros problemas na educação básica no estado como os baixos índices de qualidade sobre o processo de ensino e aprendizagem dos estudantes, o desinteresse pelos estudos, o crescimento de analfabetos funcionais, evasão escolar. Observa-se o desprestígio da profissão e a vulnerabilidade laboral de todos os trabalhadores da educação sejam, efetivos ou interinos.

Palavras-chave: Trabalho; Espaço; Interinos. educação, professores, decretos

**REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS**

Universidade Federal Rural de Pernambuco

REFERÊNCIAS

MATO GROSSO, **Instrução Normativa Nº 008/2023/SEDUC/MT**. Diário oficial 26 setembro 2023. Disponível em: file:///C:/Users/User/Downloads/diario_oficial_2023-09-26. Acesso em: 13 maio 2024.

MATO GROSSO, **Decreto nº 700 de fevereiro de 2024**. Regulamenta a possibilidade de alteração da jornada de trabalho do Professor Efetivo da Educação Básica lotado em unidade escolar da rede pública estadual de Mato Grosso, prevista no parágrafo único do art. 36 da Lei Complementar nº 50, de 1º de outubro de 1998.

BOGDAN Robert C.; BIKLEN Sari Knopp. **Investigação qualitativa em educação: uma introdução as teorias e aos métodos**. Coleção Ciências da Educação. Porto Editora LDA. 1994.

FREITAS, Maria Teresa de Assunção. **Estudos qualitativos numa abordagem sócio-histórica**. Conferência proferida no II Fórum de Investigação Qualitativa, na Faculdade de Educação da UFJF em 09 de junho de 2000.

TRIPP, David. **Pesquisa-ação: uma introdução metodológica**. Tradução de Lólio Lourenço de Oliveira. Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

OLIVEIRA, Maurício Dos Santos De. **O ensino da Geografia, a formação do educador e educadora e as dificuldades enfrentadas nos primeiros anos de magistério**. Maurício Dos Santos De Oliveira. 2022. 117 f.; 30 cm.

PASINATO, Darciel. FÁVERO Altair Alberto. **As políticas neoliberais no Brasil: sua influência na educação básica e superior**. Revista Atos de Pesquisa em Educação / Blumenau, v.15, n.3, p.903-928, jul./set., 2020.

SILVA, Ailton Souza da. **Bem-estar na docência: estratégias de enfrentamento dos docentes de uma escola pública no combate ao mal-estar docente**. Dissertação (Mestrado em Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social) Cruz Alta. RS, 2017. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br> / Acesso em: 15 março 2021.



DO ESTEREÓTIPO À INVISIBILIDADE: A REPRESENTAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NOS LIVROS DIDÁTICOS DE GEOGRAFIA

Robertinho Júnior Cipriano da Silva

INTRODUÇÃO

A educação é um conjunto de processos formativos que tem sua somatória e evidência na sala de aula (Freire, 1996). O professor tem como objetivo direcionar o conteúdo e propiciar mecanismos que permitam o ensino e aprendizagem dos alunos, partindo do material didático que lhe é instituído para trabalhar os assuntos ao longo do ano.

Nos últimos anos o ensino de geografia vem procurando diversificar sua abordagem, principalmente em conteúdos que historicamente não eram trabalhados, como o exemplo da cultura indígena. Isso parte a priori devido a implementação e fiscalização da Lei nº 11.645 do ano de 2008 que torna obrigatório o ensino da cultura indígena e afro-brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio do Brasil.

Atualmente o ensino de geografia, bem como as demais matérias, seguem a base nacional comum curricular (BNCC) do ano de 2017, a qual orienta e norteia os conteúdos que devem ser aplicados em cada ano, bem como as ferramentas e metodologias que devem ser aplicadas nas temáticas. No entanto, quando o assunto é a comunidade indígena brasileira ainda existem lacunas sobre essa temática na geografia.

O Trabalho de Russo e Paladino (2016) caracteriza que existe uma fragmentação por parte dos conteúdos quando abordam essa temática, o que pode ser evidenciado em boa parte no ensino da geografia, uma vez que a maioria dos referenciais usados nos livros didáticos pouco abordam a importância e a verdadeira realidade que as comunidades indígenas detêm no território nacional.

A presente pesquisa se justifica diante da importância de estudar novas temáticas no ensino de geografia, além disso, servirá como uma ferramenta para



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

analisar as formas que o ensino da cultura indígena vem sendo implementada nos livros didáticos, principalmente devido a recente obrigatoriedade da Lei nº 11.645. Ele também prestará como um acervo bibliográfico para futuras pesquisas diante do conteúdo trabalhado.

Dessa forma, o presente estudo tem como objetivo geral compreender como os povos indígenas estão representados nos livros didáticos de geografia. Para isso, buscou-se investigar a forma que eles estão inseridos nos livros didáticos e analisar como acontece e se acontece essa representação.

METODOLOGIA

A elaboração da pesquisa foi embasada numa revisão bibliográfica, a qual serviu como um alicerce teórico para o entendimento da temática estudada, bem como para entender as recentes discussões a respeito do tema. A pesquisa foi subsidiada numa abordagem qualitativa, já que levou em conta a observação prática do pesquisador mediante a leitura e o uso do livro didático no contexto escolar.

Os livros analisados foram os trabalhados no ensino de geografia para o nível médio nas turmas do 1º, 2º e 3º ano, numa escola da rede estadual no município de Encanto-RN. Os três livros didáticos são da editora Moderna, que tem como título da coleção “Diálogo, Ciências Humanas e Sociais Aplicadas” do ano de 2020, 1ª edição, São Paulo-SP, dos autores: Julieta Romeiro, Maria Raquel Apolinário, Ricardo Melani e Silas Martins Junqueira.

REFERENCIAL TEÓRICO

Procurou-se autores clássicos e recentes para fortalecer o embasamento teórico da pesquisa, bem como também materiais auxiliares que nortearam o seguimento do estudo. Freire (1996) foi utilizado para fazer um breve panorama geral sobre as bases da educação, já os autores Russo e Paladino (2016) para contextualizar a ausência e a fragilidade que os livros didáticos detêm quando os assuntos trabalhados têm relação com os povos indígenas no território brasileiro.

A autora Bittencourt (2009) para entender os objetivos que os livros didáticos trazem nos aspectos do ensino e o autor Azevedo *et al.* (2011) para analisar a importância que eles têm em repassar fontes históricas sobre a realidade do país. Além disso, foi utilizado também os trabalhos de Printes (2013) e Cavalcante (2018)



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

para entender como estão inseridas as temáticas indígenas dentro dos livros didáticos de geografia.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O autor Azevedo *et al.* (2011) traz a perspectiva que os livros didáticos servem como uma fonte para entender os dilemas e as transformações vivenciadas na sociedade, denunciando e contextualizando os problemas que foram repassados ao longo da história e do espaço geográfico.

Diante disso, ao analisar os três livros trabalhados no ensino médio, foi possível perceber que em ambos abordam questões do território nacional, porém somente um deles dialoga com as temáticas indígenas, contextualizando principalmente com a relação dos movimentos sociais e a configuração da identidade que esse povo possui. No livro que trouxe a presença do conteúdo, não existe um capítulo para o assunto, ele está alocado dentro de temáticas gerais, como: “Independência das colônias...” e “Pensamento político...”, o que mostra a ausência de uma preocupação mais específica com o assunto.

Assim, como nas discussões da autora Printes (2013), o livro analisado trouxe referenciais científicos e textos de apoio para explicar as temáticas estudadas, porém não trazem imagens dos povos indígenas nacionais, o qual implica diretamente numa falta de material visual que seria fundamental na representação do processo de ensino e aprendizagem, tanto para o auxílio na explicação do professor, bem como também no entendimento do aluno.

Também como nas análises de Printes (2013), o livro didático analisado introduziu diferentes leituras complementares, mas às mesmas se encontram de forma limitada, ademais, não foi identificado a presença de indicação de filmes, vídeos ou qualquer outro material áudio visual que seria fundamental como estudos complementares.

O ensino da cultura indígena, mesmo que obrigatório é altamente importante, principalmente por estar ligado diretamente com a história e geografia do nosso país, ainda lida com uma grande ausência e negligência, possuindo apenas o básico da representação, o que acaba se tornando uma invisibilidade de forma indireta, uma vez que não repassa o verdadeiro valor que a população indígena detém na construção do Brasil.

**REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS**

Universidade Federal Rural de Pernambuco

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A cultura indígena no Brasil passa por diversas dificuldades, principalmente por parte de um preconceito histórico que perdura até os dias atuais e quase sempre continua respingando nos sistemas da sociedade, como é o caso do ensino. Existe ainda (mesmo que havendo leis que tentem mudar esse cenário) uma grande ausência dessas temáticas dentro do contexto escolar, o que negligencia a importância que a comunidade de indígena teve e tem no processo de formação do território brasileiro. A educação que deveria ser uma ferramenta de liberdade e pluralidade, acaba sendo apenas um instrumento que infelizmente é usado para apagar a cultura do povo indígena.

Palavras-chave: Cultura; Educação; Ensino, Inclusão.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Crislane Barbosa *et al.* Leitura e compreensão do mundo na educação básica: o ensino de História e a utilização de diferentes linguagens em sala de aula. **Roteiro**, Joaçaba, v. 36, n. 1, p. 55-80, jan./jun. 2011.

BITTENCOURT, Circe. Livros didáticos entre textos e imagens. *In:* BITTENCOURT, Circe (Org.). **O saber histórico na sala de aula**. 11. ed. São Paulo: Contexto, 2009, p.69-90.

Brasil. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: 1988. Lei n. 11.645/2008, de 10 de março de 2008. Altera a lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018.

CAVALCANTE, Érica Alves. **As representações dos povos indígenas nos Guias e Recursos Didáticos para o professor de Geografia e História da Coleção Projeto Buriti**: por uma abordagem multicultural. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

Diálogo : ciências humanas e sociais aplicadas : manual do professor / Julieta Romeiro...[et al.]. -- 1. ed. -- São Paulo : Moderna, 2020.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 27. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PRINTES, R. B. Identidades aprisionadas - os índios nos livros didáticos de geografia. *In:* TONINI, I.; KAERCHER, N. A.; HOLGADO, F. L. (Org.). **Ensino de Geografia e da História**: saberes e fazeres na contemporaneidade. 1ed.Porto Alegre: Evangraf, 2013, v. 1, p. 97-117.

RUSO, KELLY e PALADINO, MARIANA. A lei n. 11.645 e a visão dos professores do Rio de Janeiro sobre a temática indígena na escola. **Rev. Bras. Educ.** [online]. 2016, vol.21, n.67, pp.897-921.



EDUCAÇÃO AMBIENTAL E METODOLOGIAS AUDIOVISUAIS: COMO FERRAMENTA EDUCACIONAL NA PERCEPÇÃO DA RELAÇÃO SOCIEDADE-NATUREZA

Raquel Albuquerque da Silva

Graduanda em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco. raquel.silva.historia@gmail.com

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Doutora em Geografia, Universidade Federal Rural de Pernambuco. mariana.zerbone@ufrpe.br

INTRODUÇÃO

A relação entre sociedade e natureza tem sido alvo de amplas reflexões, especialmente em tempos de mudanças climáticas e urbanização acelerada. No contexto educacional, a educação ambiental desempenha um papel central na formação de cidadãos críticos e conscientes de seu papel nas dinâmicas socioambientais. A Escola de Referência em Ensino Médio (E.R.E.M.) Professor Cândido Duarte, localizada no Recife, foi selecionada para a implementação de uma metodologia que alia a história ambiental e o uso de audiovisuais como ferramentas educativas. Essas abordagens visam ampliar a percepção dos estudantes sobre a relação sociedade-natureza, promovendo uma conscientização mais profunda e reflexiva sobre seu entorno.

Este estudo faz parte de um projeto maior de cooperação entre Brasil e Suíça, denominado "Sustainable Cities - Overcoming Human-Nature Binaries in Narratives About Climate Change Through Education", que busca superar as dicotomias entre sociedade e natureza por meio da educação. Embora o foco inicial esteja voltado para o contexto brasileiro, a pesquisa conecta-se a esforços globais de integração de novas metodologias para abordar questões ambientais de forma interdisciplinar.



METODOLOGIA

A metodologia aplicada no projeto, realizado na E.R.E.M. Professor Cândido Duarte, seguiu uma abordagem participativa e interdisciplinar, envolvendo a utilização de ferramentas audiovisuais e a construção de mapas mentais para explorar a relação sociedade-natureza no contexto das mudanças climáticas.

As atividades foram conduzidas em três etapas principais. A primeira etapa envolveu uma apresentação inicial aos alunos sobre os objetivos do projeto, com foco nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e a relação entre sociedade e natureza em ambientes urbanos. Após a introdução, foi aplicado um questionário para captar as percepções dos alunos sobre temas como natureza, meio ambiente, mudanças climáticas e cidades sustentáveis.

Na segunda etapa, os alunos participaram da elaboração de mapas mentais em grupos, abordando temas como as ideias de René Descartes, o Princípio de Gaia, e as percepções culturais de povos indígenas, como os Mapuche. Esse exercício foi seguido pela produção de vídeos, onde os alunos tiveram três opções metodológicas: (1) "Entrevistando um objeto", onde os alunos deveriam personificar um objeto do ambiente escolar e analisar seu impacto na natureza; (2) "Entrevistando um lugar", em que o grupo escolhia um local na escola e discutia seu papel no ecossistema; e (3) o uso de "Vídeos 360°", que permitiam uma visão panorâmica dos espaços naturais da escola, sem narração, mas com foco na interação visual com o ambiente.

Esses vídeos foram criados utilizando dispositivos móveis, e as atividades incentivaram a aplicação prática dos conceitos trabalhados nas aulas, permitindo uma análise crítica dos elementos do ambiente escolar e sua conexão com o meio ambiente.

Para as próximas etapas, o foco será aprofundar a análise dos resultados coletados, com a introdução de roteiros estruturados para os vídeos, visando maior coesão entre as temáticas discutidas e as produções audiovisuais. Além disso, as percepções captadas nos questionários serão utilizadas para orientar discussões mais profundas sobre as complexas interações entre sociedade e natureza, promovendo maior engajamento dos estudantes.

REFERENCIAL TEÓRICO



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

utilizando recursos como vídeos 360° e entrevistas com objetos e lugares. Essa abordagem despertou o interesse dos alunos e contribuiu para a reflexão sobre sua relação com o meio ambiente.

Os vídeos criados refletiram diferentes perspectivas e um entusiasmo genuíno em conectar os conceitos de sustentabilidade e preservação ambiental ao cotidiano escolar. A construção de mapas mentais e a interação com temas como o Princípio de Gaia e a filosofia de René Descartes mostraram a capacidade dos alunos de interpretar criticamente a relação entre sociedade e natureza, promovendo uma visão mais integrada do ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metodologia audiovisual aplicada na E.R.E.M. Professor Cândido Duarte foi bem-sucedida em engajar os alunos e proporcionar um espaço para reflexão crítica sobre as interações entre sociedade e natureza. A produção de vídeos e a elaboração de mapas mentais foram ferramentas fundamentais para incentivar a criatividade dos estudantes e fortalecer seu entendimento sobre a importância da sustentabilidade.

A continuidade desse projeto buscará aprofundar ainda mais o uso de roteiros e atividades práticas, garantindo que os conceitos discutidos em sala de aula estejam cada vez mais integrados às produções audiovisuais. O potencial demonstrado pelos alunos neste ciclo inicial será a base para a construção de um conhecimento crítico e transformador, preparando-os para atuar de forma consciente em suas comunidades.

Palavras-chave: Educação ambiental; Metodologias audiovisuais; Sociedade-natureza; Sustentabilidade; Ensino escolar.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, E. B. de. **Ensino de História e Educação Ambiental**. São Paulo: Contexto, 2021.

KÜRSTEINER, B.; RINALDI, S. **Reconfiguration of Values: Posthumanist Approaches to Education for Sustainable Development in Higher Education**. VSH-Bulletin, v. 45, n. 2, p. 24-32, 2017.

LOUREIRO, C. F. B. Educação ambiental crítica: contribuições e desafios. *In: Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola*. Brasília: Ministério da Educação, Coordenação Geral de Educação Ambiental; Ministério do Meio Ambiente, Departamento de Educação Ambiental: UNESCO, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/publicacao3.pdf>. Acesso em: 26 jul. 2024.

OLIVEIRA, M. M. de; FARIAS, P. S. C.; SÁ, A. J. de. O meio ambiente na geografia crítica e na geografia humanística: desafios metodológicos para uma didática reflexiva do espaço na escola. **Revista de**



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco



Geografia, v. 25, n. 3, 2008. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistageografia/article/view/228738>. Acesso em: 26 jul. 2024.

UNESCO. **Education for Sustainable Development: Learning Objectives**. Paris: UNESCO, 2017.

Realização



Parceria



Apoio



Financiamento





EIXO 2

Movimentos sociais: lutas urbanas e rurais

RESUMOS EXPANDIDOS

Realização



Parceria



Apoio



Financiamento





AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA E ATIVIDADE ECONÔMICA DIVERSIFICADA:

A RELEVÂNCIA DOS ASSENTAMENTOS EM TERRAS DE CANA-DE-AÇÚCAR NO LESTE DE ALAGOAS

Paul Clívilan Santos Firmino

Professor Doutor da Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT, lotado no Câmpus Universitário de Juara no de Curso de Pedagogia (Licenciatura Plena) e Professor Formador I da Universidade Aberta do Brasil (UAB – UNEMAT), Curso de Licenciatura em Geografia. E-mail: paul_clivilan@hotmail.com

Resumo: O estado de Alagoas, localizando no Nordeste brasileiro, com destaque para a sub-região Zona da Mata (Andrade, [1963] 2011), possui uma economia que historicamente foi sustentada pela monocultura da cana-de-açúcar e que ainda continua sendo a base principal da sua indústria, reflexo da concentração de grande parte das terras do Leste Alagoano nas mãos dos latifundiários e do empresariado do setor sucroenergético, com o apoio incondicional do Estado brasileiro. Diante disto, é notório a concentração e centralização da produção por um punhado de agroindústrias alagoanas, as quais são administradas não mais pelos conhecidos usineiros, mas sim, por grupos criados para exercerem tal função – são os novos empresários do agronegócio globalizado –, como é o caso do Grupo Tércio Wanderley/GTW da agroindústria Coruripe, localizada no município de mesmo nome na região Leste Sul Alagoano. Logo, verifica-se que a concentração e centralização da produção fica a cargo de alguns poucos agentes hegemônicos, passando estes a decidir onde, quando, como, quanto e em que condições produzir, tendo uma progressão geométrica das técnicas aplicadas à produção agrícola (Rossini, 2016). Neste sentido, o que se verifica é uma nova “roupagem”, correspondendo as necessidades da agricultura moderna, científica, informatizada e altamente globalizada (Elias, 2018; Rossini, 2006; Santos, 2008), provocando, dentre outras problemáticas, a intensificação das masculinidades em diversos setores da agroindústria sucroenergética (Rossini, 2002). Trilhando por este caminho, nota-se que as



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

agroindústrias que se fazem mais modernas e com inovações em todas as etapas de produção tem como objetivo permanecer no mercado e competir em um mundo globalizado. Com isto, percebe-se que a agricultura está repleta de signos intencionais fixados por uma economia globalizada, mas que não é capaz de gerar empregos suficientes para fixar a população no mundo rural, ao contrário, sufocam os pequenos e médios produtores, usurpam suas terras e meios de sobrevivências, e os expulsam para as periferias do que se considera de desenvolvimento econômico, gerando um grande contingente de pessoas desempregadas nas áreas urbanas. Assim, as novas condições do período atual, aliadas às políticas neoliberais, veem alterando as relações tradicionais e se consolidando fortemente no campo, principalmente nos espaços economicamente viáveis, destruindo as características tradicionais do rural. Esta nova realidade mostra que os espaços rurais acabam sendo abandonados justamente porque as pessoas não encontram ali os meios básicos de sobrevivência, dificultando a permanência e fixação nestes espaços, que por sua vez está se deixando levar pelo “canto da sereia” do agronegócio globalizado, adaptando-se as exigências do mundo da chamada globalização perversa (Santos, 2008), cada vez mais competitivo e segregador. No entanto, é preciso apontar para as resistências nos espaços rurais frente ao avanço do sistema capitalista por entre as atividades agrícolas, que se dão de forma mais humana e horizontais, fortalecendo as relações de solidariedades. Para tanto, não se pode deixar de mencionar a importância da prática da agricultura familiar que dá suporte a economia de subsistência, contrária aos ideais do capital e seus atores hegemônicos. As pequenas e médias propriedades ganham relevâncias tanto para sobrevivência e empregabilidade de parte da população, como para fixação da mesma no espaço rural, tendo em vista que a população rural brasileira até meados de 1970 era superior a urbana. São essas propriedades que, através do sistema de policultura, contribuem para a produção de atividades agrícolas diversificadas e praticadas por contingente expressivo de pessoas (Melo, 1980), característica que ainda é muito forte na sub-região do Agreste alagoano. Assim, fica nítido que apesar do domínio das grandes propriedades e do cultivo canavieiro, Alagoas apresenta certa diversidade de lavouras, a exemplo do Agreste. É sabido que a diversidade de culturas praticadas no espaço agrário



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

alagoano encontra-se, justamente, nos estabelecimentos considerados médios e pequenos, naqueles que apresentam média de 6 hectares (Carvalho, 2012), com atividades ligadas à pequena propriedade e à agricultura familiar. Ainda é possível, conforme apresenta Carvalho, ver que “por sua característica policultora, é responsável por quase toda a produção de arroz, feijão, mandioca e milho do Estado; por mais da metade da produção pecuária; e por quase toda a horticultura e floricultura. Por isso, sua produção é a garantia da segurança alimentar, [...]” (2012, p. 22). Destarte, pode-se dizer que é essa agricultura que permite a sobrevivência, empregabilidade e ocupação de parte da população rural, não só em Alagoas, mas em todo o Nordeste. Então, ressaltar o papel desempenhado pelos(as) assentados(as) da reforma agrária, que produzem de forma mais diversificada e saudável (Firmino, 2022), é bastante revelador, apontando possíveis caminhos para que a economia do estado possa trilhar de maneira mais diversificada e atender o suplico dos que historicamente foram excluídos do banquete da partilha das terras. Diante do exposto e do eixo “Movimentos Sociais: lutas urbanas e rurais”, a reflexão acerca dos desafios políticos, econômicos, sociais e ambientais dos movimentos sociais é um norte na resolução das problemáticas do mundo presente, atentando-se para o debate em torno da mercantilização dos territórios, suas transformações e, conseqüentemente, as injustiças manifestadas nas desigualdades socioespaciais. Diante do exposto, objetiva-se neste trabalho analisar o papel desempenhado pela pequena e média propriedade no desenvolvimento da atividade econômica diversificada, fixação da população no rural e alternativa a atividade canavieira. Como forma de concretizar o objetivo ora proposto, o recorte espacial é o assentamento Fidel Castro em Joaquim Gomes, município alagoano, localizado em terras da reforma agrária que pertenciam aos latifundiários da cana-de-açúcar. Valer ressaltar também o marco temporal de investigação, que compreende o primeiro quarto do século XXI (2000-2024), trazendo para o debate a produção agrícola municipal de acordo com Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE. Na análise, conceitos como monocultura/latifúndio, pequenas/médias propriedades, agricultura, economia diversificada, população e espaço rural são indispensáveis, embasadas por um referencial teórico que contemple tal discussão. Atrelada a esta etapa, têm-se os



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

ROSSINI, R. E. (Org). **Dinâmicas contemporâneas do espaço agrário brasileiro** – Modernidade técnico-científica e diferentes usos do território. São Paulo: Annablume, 2016.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único a consciência universal**, Rio de Janeiro, Record, 2008.

Realização



Parceria



Apoio



Financiamento





INVESTIGANDO CONQUISTAS DE AUTONOMIA EM HORTAS URBANAS: EXPERIÊNCIAS EM PELOTAS (RS)

Theo Soares de Lima

Geógrafo, Estágio pós-doutoral Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). theolima@gmail.com

Este trabalho é resultado pesquisa realizada ao longo de um ano, entre os meses de Março de 2023 e Março de 2024. No período, foram acompanhadas as atividades do projeto Hortas Urbanas (HU), vinculado ao Laboratório de Estudos Urbanos e Regionais (LEUR), do Departamento de Geografia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

Baseia-se, teoricamente, em três categorias entendidas de maneira transversal: autonomia, território e cartografia. Eles são simultaneamente meio e produto da investigação. Assim, divide-se esse resumo em dois momentos, a de desenvolvimento teórico e a parte destinada ao desenvolvimento da investigação propriamente e seus resultados.

Sobre a autonomia. Etimologicamente o problema se resolve de maneira muito tranquila, haja vista que autonomia é a junção do prefixo *autos* como o sufixo *nomia*, respectivamente, a si próprio e lei (ou, mais amplamente, norma). Assim, autonomia é dar a si próprio a sua própria lei. Sim, é verdade. Contudo, podemos e devemos aprofundar a discussão, assim como fez Castoriadis (1982, 1983), e no caso em sua companhia.

O autor nos mostra que o termo deve implicar para além de seu aspecto etimológico, dois princípios fundamentais, que devem guiar uma sociedade que se pretenda autônoma. Ambos princípios possuem uma premissa implícita, lei não é tomada no sentido estritamente jurídico, mas, sim, em sentido amplo, podendo ser do ponto de vista legislativo, mas também do ponto de vista de norma, de normativa, de guia de ação, e, ainda, de um dado comportamento em sociedade, o que visto como normalidade. Pois bem, os dois princípios (ou conforme o autor, *leis* fundamentais),



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

são: *sem participação igualitária na tomada de decisões não haverá execução; sem participação igualitária no estabelecimento da lei, não haverá lei*” (grifos no original; Castoriadis, 1983, p. 22).

O que as leis fundamentais colocadas acima podem nos dizer e em que aspecto ramificam no pensamento do autor. Fica evidente que se está falando de autonomia em sentido coletivo, ou seja, que se manifesta a partir da associação entre indivíduos. O texto é redigido envolvendo necessariamente mais de um sujeito. Castoriadis jamais nega que haja uma autonomia individual, pelo contrário, ele a afirma textualmente. Seu ponto de vista apenas indica que ela não é suficiente, uma vez que recairia em um sentido ensimesmado, fechado sobre si mesmo, que limitaria a associação entre sujeito nos seus limites, a velha noção de que minha liberdade começa aonde a do outro termina. A associação entre pessoas livres deveria, ao contrário, ajudar a “aumentar” suas liberdades individuais em vez de se limitarem por exclusão. Assim, autonomia individual e coletiva são *complementares*.

Uma sociedade verdadeiramente autônoma é aquela que consegue propiciar que os indivíduos produzam a si mesmos (ou seja, decidam com liberdade sobre o que querem fazer de suas próprias vidas), bem como permite que esses mesmos indivíduos se associem para decidir o que é melhor para suas vidas em conjunto, enquanto seres em sociedade que são, que vivem junto a outros indivíduos, ou seja, enquanto sujeitos políticos.

Quanto ao conceito de território. Este é bastante familiar pelos corredores geográficos e sua participação em nossa história epistemológica é consolidada e de enorme importância. Todavia isso não tem abolido enorme polissemia, com diferentes autores dizendo diferentes coisas, muitas até contraditórias. A polissemia, ainda que muitas vezes enriqueça o debate, por muitas outras (e parece ser esse lado o predominante) causa enorme confusão e acarreta conclusões lógicas apressadas. É visando desfazer esse complicado emaranhado que Rogério Haesbaert escreve “O mito da desterritorialização” (2016). Resumidamente citemos sua investida. O conceito de território pode ser entendido a partir de quatro vertentes: política, econômica, cultural e natural (P-E-C-N). Cada vertente, por óbvio, diz respeito à ênfase que é dada à constituição do conceito, ou seja, qual aspecto da realidade se



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

está priorizando para realizar uma análise territorial. Além disso, as vertentes podem ser trabalhadas nas perspectivas (a) materialista, (b) idealista ou (c) relacional (*ibidem*). Simplificando, a primeira seria uma maneira de enxergar o território enquanto coisa, algo tangível, e se aproxima muito da noção de substrato, de palco e especialmente de recurso. Já a segunda, assim como a geografia teórica fez com a região, torna o conceito uma ferramenta à disposição da pesquisadora, que pode dispor dela para recortar o espaço conforme sua intencionalidade, aquilo que busca ou que deseja explicitar. Por fim, a terceira perspectiva, relacional, nos mostra que o território é fruto de uma relação, ele só existe enquanto os sujeitos em questão estão interagindo, uma vez desfeita a interação também ele se desfaz: o território de um povo exterminado deixa de existir conforme suas relações sociais desaparece. É com esta última perspectiva, relacional, que o presente trabalho alinha-se.

Por fim, a cartografia. O termo assume hoje diversos outros sentidos para além de técnica de representação do espaço geográfico, de maneira similar ao que acontece com o conceito de território. A diferença parece residir que aqui eles são menos contraditórios e há menor confusão. Conforme investigado por Soares de Lima (2022, p. 140-162), os sentidos majoritários são: crítica (exame dos fundamentos do campo de conhecimento), social (práticas que visam o automapeamento), dissidente (práticas que visam alterar os padrões e maneiras de representar cartograficamente), diagnóstica (análise de conjuntura) e filosófica (postura teórica e método investigativo). Nossa principal ferramenta, além de efetivamente realizar mapeamentos, foi a de diagnóstico, ou seja, de utilizar da reflexão para conceber o “estado da arte” daquilo que estávamos investigando: as diferentes ações do projeto HU e os múltiplos resultados de cada experiência.

Quanto ao trabalho de extensão, então. Foi realizado um mapeamento das ações do projeto, que inclui oficinas, mutirões e manejo das hortas, bem como das hortas implementadas e mantidas através do projeto. A partir da classificação feita por Richter *et al* (2022, p. 5-7), podemos agrupar as hortas em questão da seguinte maneira.

As hortas educativas, encontradas nas escolas públicas, são geralmente fruto do querer de professores e diretores, que se preocupam em propiciar uma educação



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

ambiental mais palpável para as crianças, que podem ver os grandes ciclos da natureza acontecendo nos pequenos espaços dos canteiros do pátio escolar. Além do aspecto lúdico também propiciam um primeiro contato com noções de sustentabilidade. As hortas terapêuticas deixam evidente, por sua nomenclatura, que é aquilo encontrado nas unidades básicas de saúde (UBS). Servem tanto para estimular a saúde mental, pelo trabalho com a terra, como para produzir as ervas medicinais que comporão xaropes e pomadas. As oficinas realizadas nas unidades compõem esse processo. Por fim, as hortas comunitárias, que se destinam tanto para alimentar as pessoas de determinado local como também propiciam criar laços com espaços do cotidiano e, ainda, estabelecer redes sociais. Nem sempre são legalizadas do ponto de vista formal, nem se restringem a espaços privados, visam fundamentalmente ajudar na conquista da soberania alimentar.

O que as diferentes horas revelam é como as funcionalidades distintas produzem ganhos de autonomia diferentes. Se na horta terapêutica o paciente da UBS encontrará os meios e o conhecimento para produzir seu próprio remédio, nas comunidades os sujeitos encontrarão possibilidades de alimentação, enquanto nas escolas os alunos encontrarão um espaço para exercício da reflexão. Assim também são distintos os territórios produzidos por cada agrupamento, contudo, todos eles revelam um traço comum, *a busca pela autoinstituição da sociedade*, de maneira que o indivíduo possa se engajar no processo de reprodução da vida cotidiana e, ao fazê-lo, enxergar-se como igual aos seu pares e com os quais partilha um futuro inequivocamente comum.

Palavras-chave: Autonomia; Território; Cartografia; Hortas Urbanas.

REFERÊNCIAS

CASTORIADIS, Cornelius.. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1982.

CASTORIADIS, Cornelius. **Socialismo ou Barbárie**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1983.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do 'fim dos territórios' à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2016.

RICHTER, Marc *et al.* Hortas urbanas – História, Classificação, Benefícios e Perspectivas. In. **Confinis**, nº 55. SOARES DE LIMA, Theo. **Um discurso metageográfico**. Entre autonomia, território e cartografia. Tese de doutorado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2022.



COMUNIDADE BRASILÉIA, NO AMAZONAS: UM PASSEIO PELA FORMAÇÃO SOCIAL E A LUTA POLÍTICA DE SEUS MORADORES

Iraildes Caldas Torres

Doutora em Antropologia Social pela Pontefícia Universidade Católica de São Paulo. Professora Titular da Universidade Federal do Amazonas

Introdução

Este trabalho se inscreve no contexto de uma pesquisa financiada pela FAPEAM – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas, realizada na área rural dos municípios de Parintins e Maués, num total de seis comunidades tradicionais. Neste texto situarei a Comunidade Brasiléia que está localizada na região do rio Urupadi, no município de Maués, Amazonas. A pesquisa assume o propósito de realizar um inventário sob os aspectos histórico-culturais e sociais da formação da população desta comunidade. Nesse processo verificamos também a forma como as mulheres se organizam em torno dos problemas de gênero, bem como de que maneira elas podem contribuir para com o processo de iluminação por meio da energia solar. Trata-se de verificar o nível de organização desses moradores, especialmente as mulheres sob os auspícios do associativismo e do controle social.

Esperamos que esse inventário – diagnóstico contribua para a construção de parcerias entre o Estado e a empresa de energia elétrica do Amazonas, a fim de que seja possível o acesso dos povos tradicionais a esse bem público. Do mesmo modo, espera-se que os moradores sejam empoderados no âmbito do associativismo e cooperativismo na produção do guaraná de qualidade procedente do rio Urupadi.

Metodologia

A metodologia é pautada nas abordagens qualitativas sem exclusão dos aspectos quantitativos, sob a inspiração da teoria crítica. O trabalho seguiu as orientações das abordagens qualitativas, sem exclusão dos aspectos quantitativos. A amostragem unitária consistiu na entrevista de 10 moradores de chão de comunidade, 02 lideranças sendo 01 masculina e 01 feminina; 01 morador antigo e 02



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

representantes de cooperativa sendo 01 homem e 01 mulher. Todos esses sujeitos foram ouvidos sob a técnica de entrevista semiestruturada. A inspiração metodológica concentrou-se na perspectiva das teorias críticas no que desrespeito à organização da comunidade e da cidadania das mulheres.

Referencial Teórico

Este estudo assume o aporte teórico metodológico das Ciências Sociais a partir de autores como Arend (1999), Braga (2012), Latour (2017), Torres (2005; 2009), Nascimento (2016), Krenak (2020) dentre outros.

Brasiléia é fundada por um grupo de seringueiros que fugiram dos seringais para não serem mortos pelos patrões, depois que pagaram suas dívidas ao sistema de aviamento. Este tipo de economia contribuiu para que para colocar o Brasil no *ranking* do mercado internacional. Não se pode dizer que o término dessa atividade econômica tenha deixado impotente a região” (Torres, 2005, p.112).

Para alguns autores precisamos ter “uma mente mítica que molda, esculpe, talha e ordena a realidade” (Latour, 2017, p.19), e não necessariamente os rigores de uma ciência ocidentalizada que estabelece o divórcio entre natureza e cultura. Krenak (2020, p.06).

Resultados e Discussão

O contexto de fundação da comunidade Brasiléia, narrado por Pedro de Oliveira Alves (72 anos), morador da comunidade, é esse da fuga de uma família de seringueiros para se libertar do aviamento. Vejamos:

Brasiléia começou como uma delegacia sindical. O nome tem influência da cidade de Brasiléia que existe no Acre. Nasceu como comunidade em 1987. A delegacia sindical rural foi fundada em 1982. Eu estava no início da fundação junto com a minha mulher Mércia de 66 anos. Estava no início o Francisco Dionísio que doou as terras para fazer a comunidade; estavam o João Monteiro Côrrea, Benedito Batista; Libertina Alves da Cruz (parteira); Maria Iracema, Laura Pereira da Cruz; José Gomes Vasconcelos, José Aerodino Gomes, Amélia de Souza Gomes; Anibal Gomes Viana; José Alves Gomes (entrevista, 2023).

A vocação natural dos moradores de Brasiléia é a agricultura familiar de produtos orgânicos, embora nos últimos tempos a produção do guaraná tenha assumido proeminência na comunidade, como veremos mias à frente. Evidentemente que seus



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

moradores possuem na sua dieta alimentar a farinha de mandioca produzida por eles, leguminosas, hortaliças, tubérculos e frutas. Noda et al (2007, p. 32), considera que “no sistema agroflorestral de produção o principal alimento energético para a sustentação diária dos agricultores, são produtos oriundos das roças ou cultivos de roça.

A comunidade Brasiléia possui 02 parteiras, 01 agente de saúde, 01 professor; 01 coordenador da comunidade; 01 presidente da cooperativa; 01 presidente da AAFAU, 01 coordenador do projeto MUQU 01 motor de luz, 01 poço artesiano, 01 escola, 01 igreja, 01 grêmio de esporte e 01 voadeira.

José Cristo de Oliveira (47 anos) é uma outra grande liderança de Brasiléia e do Polo Urupadi. Nasceu na TI- Terra Indígena Andirá-Marau, na comunidade Niterói e veio para Brasiléia no início de sua juventude. De origem indígena começou a militância política no movimento indígena Sateré-Mawé, aos 18 anos de idade, protagonizando a luta junto com o Conselho Geral da Tribo Sateré-Mawé. Quando chegou a Brasiléia já era líder. Nesta nova moradia inicia a luta organizando as comunidades de Nossa Senhora de Nazaré e a de São Sebastião, além de contribuir nos rumos políticos de sua própria comunidade.

No processo da luta política José Cristo de Oliveira coordenou o movimento pela libertação de Adeilson Gomes de Souza, o Dedeco, conforme ele próprio narra, vejamos:

O Dedeco foi preso pelos madeireiros porque liderava o movimento de preservação da área da região do Urupadi. A prisão do companheiro movimentou todo o rio Urupadi e outros rios próximos. Levamos muita gente pra frente da Delegacia de Maués. (José Cristo de Oliveira, entrevista, 2023).

A luta política tem o seu preço e exige coragem e resistência. Para Arendt (1999), a condição humana consiste na ação contemplativa e ativa, mas tem na política sua forma mais definida. Desde a *Polis* consagrada pelos gregos o sentido da política está vinculada à liberdade. Os indivíduos agem de acordo com a sua liberdade, com as suas escolhas. José cristo de Oliveira escolheu a luta política como sua condição humana, o sentido dado à sua existência. O pensamento é ligado à ação e, conforme Arendt (1999, p. 133), “na prática, pensar significa que temos que tomar novas



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

decisões cada vez que somos confrontados com alguma dificuldade”.

Gleiciane de Souza Bastos (30 anos), casada, mãe de três filhos, é a secretária da Cooperativa de Comunidades Tradicionais de Produtos orgânicos. Nasceu na comunidade São Raimundo, no rio Apoquitaua, município de Maués, casou-se e veio morar em Brasília. Encontra-se cursando o primeiro ano do ensino médio e desponta como uma importante liderança feminina em Brasília. É ela própria que nos narra sobre como começou a sua militância, ouçamo-na:

Nós mulheres sempre ficamos na cozinha fazendo comida para os visitantes. E nós queríamos participar das palestras, das atividades. Nós gostamos de aprender. Então, fomos construindo o nosso espaço conversando com os homens e eles foram compreendendo aos poucos. (Gleiciane de Souza Bastos, entrevista, 2023).

A luta de construção da cidadania das mulheres se efetiva no interior de conflitos que se estabelecem entre a cultura dominante de supremacia do homem sobre o gênero feminino. Efetivamente, as mulheres encontram-se entre os grupos sociais que lutam pela conquista e ampliação de seus direitos sociais, dado que as relações de gênero são complexas e desiguais. Porto (1986, p.103), assinala dizendo que “quando falamos em cidadania feminina, hoje, pensamos numa coisa faltando um pedaço, pensamos numa cidadania pela metade, numa cidadania incompleta”.

Gleiciane lembra que elas sempre estiveram na luta junto com os homens. Sim, “na luta contra as máquinas, as mulheres estão presentes, e duplamente presentes [...] defendendo o nível de vida da família, a qual necessita de trabalho e pão” (Perrot, 1988, p.31). Vimos anteriormente na fala de José Cristo de Oliveira que elas estão na cooperativa, mas precisam de cursos de capacitação para gerirem seus próprios negócios. Sim, isto é compreensível. Mas, os homens têm que colaborar com elas indo para a cozinha preparar o alimento para os visitantes, a fim de que as mulheres participem das atividades socioeducativas realizadas na comunidade.

Considerações Finais

Esta pesquisa revela que os moradores da comunidade Brasília possuem uma relação de afetividade e reciprocidade com os elementos da natureza, atuando com práticas com agrofloresta sob o auspício da preservação da riqueza natural. As mulheres são sujeitas centrais na organização da economia do grupo doméstico,



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

preocupadas em organizar a comunidade também no âmbito da produção de artesanato e das réplicas de peças arqueológicas.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, Hannah. **A condição Humana**. Traduzido por Roberto Raposo. 9ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1999.

BRAGA, Sérgio Ivan Gil. **Culturas populares em meio urbano**. Manaus: Edua, 2012.

LATOUR, Bruno. **A esperança de pandora**: ensaio sobre a realidade dos estudos científicos. Traduzido por Gilson Cesar Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora, UNESP, 2017.

KRENAK, Ailton. **Caminhos para a cultura do bem viver**. Organizado por Bruno Maia. Rio de Janeiro: Escola Parque do Rio de Janeiro, 2020.

NASCIMENTO, Celso Augusto Torres do. **Economia solidária e cooperativismo no contexto rural**: o trabalho autogestionário da Associação Comunitária dos Produtores Rurais da Comunidade Nossa Senhora Aparecida. Manaus. Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação Sociedade e Cultura na Amazônia/ UFAM, 2016.

NODA, Sandra. **Agricultura familiar na Amazônia das águas**. Manaus: Edua, 2007.

PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: Operários, mulheres e prisioneiros. Traduzido por Denise Bottmann, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SINGER, Paul. A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: Santos, Boaventura de Sousa (Org). **Produzir para viver**: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2002.

PORTO, Camba Marques. A construção da cidadania feminina. In: TEIXEIRA, João Gabriel Lima Cruz (org). **A construção da Cidadania**. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1986.

TORRES, Iraíldes Caldas. **As novas amazônidas**. Manaus: Edua, 2005.

TORRES, Iraíldes Caldas. **Gênero e meio ambiente na Amazônia**. In: TORNQUIST, Carmen Susaana *et al* (org). Florianópolis: Editora Mulheres, 2009.



A RELAÇÃO CONTRADITÓRIA CAPITAL – ESTADO - TRABALHO E A PRODUÇÃO TERRITORIAL URBANA DISSIDENTE NA SUBVERSÃO DA CIDADE - ARMÁRIO

Caroline Cherubini Rodrigues

Bacharela em Arquitetura e Urbanismo, Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (PPGEO-UESB), Vitória da Conquista, Bahia, Brasil. Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). arqurbrodrigues@gmail.com

Este trabalho resulta de questão aberta em dissertação de mestrado em Geografia, cuja pesquisa em andamento acerca do movimento LGBTI+ visa compreender as relações entre a produção urbana e a violência contra as minorias sexuais e de gênero, por meio da análise da contraditória capital-Estado-trabalho e suas expressões territoriais. Reconhece-se que as vivências LGBTI+ são marginalizadas no processo histórico-social por uma ideologia dominante, que impõe a heterocisgeneridade binária compulsória como norma: a heterocisnormatividade (Butler, 2019a, 2019b). Não-conformes às práticas reguladoras e matrizes normativas da inteligibilidade sexual e de gênero, essas minorias são sujeitadas à múltiplas formas de violência e violações de direitos e garantias fundamentais.

Dentre estas, a negação dos direitos invioláveis à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança, à integridade e à liberdade de consciência e expressão, assegurados no Art. 5 da Constituição, e das punições estabelecidas por lei de qualquer forma de discriminação atentatória aos direitos e liberdades fundamentais, como direito à cidade, à infraestrutura, à terra e à moradia urbana, conforme o estabelecido pelo Estatuto da Cidade, na Lei nº 10.257/2001. Inadequado à ideologia dominante, esse grupo minoritário é subjugado por diferentes formas de exclusão e estigmatização social e à negação de suas subjetividades, à medida que constitui dissonância subversiva ao controle social pelos ideais regulatórios da inteligibilidade sexual e de



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

gênero. Destarte, a LGBTIfobia consiste no preconceito, ódio, repúdio e(ou) aversão irracional à esses sujeitos não-normativos e é um instrumento de legitimação da marginalização e desigualdade socioespacial, visto como relações de poder submetem essas experiências racializadas, generificadas e sexualizadas à estruturas compartilhadas de opressão (Butler, 2019).

A pesquisa propôs instrumentos de interpretação alicerçados na problematização da categoria analítica matricial (território) com o elemento articulador variável (violência contra minorias sexuais e de gênero), tendo o trabalho como base fundante da existência humana (Lukács, 1978) e definindo-se como método o materialismo histórico-dialético e o levantamento bibliográfico como principal procedimento metodológico na composição de referencial teórico. Foi utilizada a concepção de Oliveira (1999) do território como a unidade dialética contraditória e a totalidade concreta indissociável da transformação do espaço pela sociedade, assim transformando a si própria (Oliveira, 1999); compreendendo a violência, com base nas proposições de Souza (2000), como um fator de manutenção do poder e controle sobre o espaço territorializado; e das diferenças sexuais e de gênero por Silva (2009), que as reitera como ferramentas de inteligência através das expressões materiais da ocupação contra-hegemônica dos espaços urbanos, por fissuras nas relações de poder imbricadas na heterocisnormatividade.

Ao analisar-se a produção territorial à luz do pensamento crítico, as cidades se conjecturam como manifestações do sistema de exploração fundamentalmente desigual e contraditório o qual estrutura a produção capitalista do espaço. Conforme perscruta-se como os movimentos sociais minoritários (interseccionados por diferentes recortes e marcadores sociais) resistem e (re)apropriam de espaços ideologicamente hegemônicos, confrontando a lógica inexorável da (re)produção de uma cidade que determina e é determinada de acordo com os interesses do capital. Ao reivindicar esses espaços, as minorias contestam excludentes tessituras urbanas e revelam as fissuras inerentes à urbe, lócus de conflito eivado de disputas e contradições dialéticas, e, pela amalgamação do trabalho como base fundante da existência humana, em sua dimensão ontológica, concreto (produtor de valores de uso) e abstrato (circunscrito à esfera da mercadoria, portanto, produtor de valores de



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

troca) (Lukács, 1978), subvertem sua matriz alienante através da produção territorial urbana dissidente, de modo a desconstruir interesses inconciliáveis em confrontação antagônica e os rígidos instrumentos mantenedores da violência contra LGBTI+, entre os quais a dominação da própria memória.

O poder não é apenas uma permuta ou relação de inversão constante entre um sujeito e um outro, os *insiders* e *outsiders*: ele se configura e opera na produção de uma estrutura binária de hierarquização do gênero e repressão da sexualidade. Esse regime epistemológico é, ao mesmo tempo, produtor-reificador da inteligibilidade sexual e de gênero que condiciona corpos-território em uma estrutura reguladora, que suprime a multiplicidade subversiva das experiências dissonantes à ideologia dominante das relações de reprodução social e da força de trabalho, por estas ousarem romper com as hegemonias performativamente construídas na (re)produção urbana e por representarem transgressões dissonantes aos mecanismos consubstancialmente conflitivos de interdição e de controle social, intrínsecos à acumulação capitalista.

O conceito de cidade-armário consiste na percepção do espaço como estrutura de apagamento das configurações do gênero e da sexualidade desviantes à norma instituída, em que a produção territorial urbana reproduz o apagamento, ocultação, interdição e destruição desses corpos-território não-normativos para perpetuação do poder. Tratando-se de territórios ocupados por grupos minoritários, suas espacialidades e vivências na cidade se relacionam com a produção do espaço interdito (o normativo, *insider*, visível e o rejeitado, *outsider*, invisível); relações corporidade não se fazem dissociadas desse calidoscópico contraditório: pautadas pela interdição, vinculadas à reiteração da norma e, conseqüentemente, sua transgressão. O grupo minoritário, subordinado por hegemonias que negam a legitimidade de suas existências (produzindo seus silêncios e ausências), como parte do proletariado exercem um contrapoder às ordens sociais impostas, visto que o poder apresenta fissuras, tensões e implica em múltiplos feixes de relações (Souza, 2000; Silva, 2009; Floyd, 2009; Butler, 2019)

Entendeu-se que as imposições da heterocisnorma alcançam a esfera produtiva e então se configuram, no processo geral de produção e reprodução do



22 out a
25 out
2024

75

capital, de acordo os interesses exploratórios da divisão sexual do trabalho, em uma sociedade dividida em classes. O regime de abjeção dos sujeitos ininteligíveis se materializa nas violências contra minorias sexuais e de gênero, mas estas subvertem a lógica constitutiva da cidade-armário ao se (re)apropriarem dos espaços sociais a elas negados e produzem territórios dissidentes, que refletem disputas pelo espaço e a relevância de considerar a LGBTIfobia na produção urbana. Compreende-se a violência como a expressão territorial de processos de exclusão de minorias sexuais e de gênero, em uma cidade moldada e constituída nas relações contraditória entre capital, trabalho e Estado (como mediador e personificação do capital, atuando para atender à classe hegemônica) pela desigualdade iminente.

A violência LGBTIfóbica se configura no processo de (re)produção do capital, à medida que se reconhece o caráter profundamente material da produção das diferenças, de modo contraditório, produzindo os próprios corpos dissidentes que segrega e violenta no espaço urbano, por relações de poder e de dominação heterocisnormativas que também os constituem, no domínio de uma inteligibilidade que se impõe e realiza pela reiteração forçada da matriz excludente pela qual esses sujeitos são formados no processo histórico. Essa matriz requer a produção simultânea de áreas não-vivíveis, inabitáveis, designando assim a não-cidade e constituindo uma *urbe-armário* no regime de abjeção desses sujeitos ininteligíveis, materializado na violência contra as minorias sexuais e de gênero, as quais subvertem a cidade-armário ao se (re)apropriarem dos espaços construídos no âmago das contradições capital-Estado-trabalho, e revolucionando, através da práxis da dissonância, suas articulações. Violações de direitos e garantias fundamentais, como o direito à cidade, à moradia e à infraestrutura urbana, impedem a vivência de minorias sexuais e de gênero, corpos e subculturas *queer* fora da cidade marginal, ocultos pela heterocisnormatividade urbana, e que resistem por meio da produção dissidente de territórios de subversão.

Palavras-chave: LGBTIfobia; movimentos socioterritoriais; produção urbana.

REFERÊNCIAS

BUTLER, J. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. 17 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019a.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

FLOYD, K. **The reification of desire: toward a queer marxism.** Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.

LUKÁCS, George. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: **Temas de Ciências Humanas** São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, n. 4, p. 1-18, 1978. Tradução: Carlos Nelson Coutinho.

OLIVEIRA, A. U. de. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, A. F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia.** São Paulo: Contexto, 1999, p. 63-110.

SILVA, J. M. **Geografias subversivas: discursos sobre espaço, gênero e sexualidade.** Ponta Grossa: Todapalavra, 2009.

SOUZA, M. L. de. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. da C.; CORRÊA, R. L. (Org.) **Geografia: conceitos e temas.** 2 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000, p. 77-116.



PARA LER O BRASIL: TENDÊNCIAS DA LITERATURA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA SOB O OLHAR DA GEOGRAFIA

Renan Henrique Messias de Paulo

Doutorando em Estudos de Literatura da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Mestre em Estudos de Literatura (UFSCar), Licenciado em Letras – Português (Claretiano), Licenciado em História (Claretiano), Bacharel e Licenciado em Geografia (USP). E-mail: renan.messias@estudante.ufscar.br

Introdução

Em 1922, a discussão sobre a arte no Brasil centrou-se na necessidade de criar uma identidade nacional que rompesse com a tradição e o discurso dominante, fortemente influenciados pela estética europeia. A proposta de conceber um Brasil independente emergiu da urgência de reinterpretar o país, libertando-o das amarras culturais importadas. Autores como Oswald de Andrade, Mário de Andrade e Manuel Bandeira, entre outros, foram protagonistas desse movimento, propondo uma nova leitura do Brasil. Mais de um século após a Semana de Arte Moderna, a literatura brasileira contemporânea continua a refletir sobre a construção de uma identidade nacional, agora abordando questões contemporâneas e as urgências do presente, atualizando assim o debate sobre o que significa ser brasileiro em um mundo globalizado.

Diante de um mercado que tem crescido nas últimas décadas, a literatura produzida no Brasil tem se esforçado para suprir a demanda por temas que abordam as mazelas da realidade nacional. Este trabalho tem como objetivo realizar uma análise de três obras brasileiras contemporâneas, estabelecendo uma intersecção entre geografia e literatura. Busca-se, assim, compreender como essas narrativas refletem e dialogam com as tendências e desafios do Brasil contemporâneo.

A importância deste trabalho reside na necessidade de compreender como a literatura brasileira contemporânea reflete e interpreta as profundas transformações socioespaciais e dinâmicas sociais ocorridas no Brasil ao longo dos séculos XX e XXI. Durante esse período, o país passou por intensos processos de urbanização,



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

migração, industrialização e globalização, que resultaram em mudanças significativas na organização do espaço e nas relações sociais. Essas transformações geraram novas configurações de desigualdade, exclusão e identidade, que são frequentemente exploradas nas narrativas literárias.

Ao estabelecer uma ponte entre geografia e literatura, este trabalho oferece uma análise crítica sobre como as obras literárias não apenas retratam a realidade brasileira, mas também questionam e propõem novas formas de compreender e interagir com o espaço social. Dessa forma, o estudo não só contribui para a compreensão das tendências atuais na literatura brasileira, mas também para o entendimento das complexidades socioespaciais que moldam o Brasil contemporâneo. Em um momento em que o país enfrenta desafios crescentes em termos de desigualdade, identidade e pertencimento, a literatura surge como um meio crucial para explorar, refletir e, potencialmente, transformar essas realidades.

Para tal efeito, serão utilizadas as seguintes obras literárias: *Torto arado*, de Itamar Vieira Júnior, publicado pela Editora Todavia em 2019; *As ilusões domésticas*, de Antônio Rubens Prado, publicado pela Editora Patuá em 2021; e *Água turva*, de Morgana Kretzmann, publicado pela Companhia das Letras em 2024. Essas obras foram escolhidas por sua capacidade de capturar e retratar as complexas relações socioespaciais no Brasil contemporâneo, abordando temas como desigualdade social, relações de poder, e a busca por identidade em meio às transformações socioeconômicas e culturais do país. A análise dessas narrativas permitirá uma compreensão mais profunda das tendências literárias atuais e de como elas dialogam com as realidades geográficas e sociais brasileiras.

Metodologia e referencial teórico

No romance *Torto arado*, de Itamar Vieira Júnior, temos a história de Bibiana e Belonísia, duas irmãs que vivem em uma comunidade rural no sertão da Bahia, marcada por profundas desigualdades sociais e pela resistência das comunidades quilombolas e camponesas. A narrativa explora temas como a luta pela terra, as relações de trabalho herdadas da escravidão, e a força das tradições e espiritualidade dessas comunidades. A análise do romance basear-se-á na articulação entre geografia agrária e literatura, com especial ênfase nas contribuições de Ariovaldo



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Umbelino de Oliveira (1996) em seu livro *A Geografia das lutas no campo*. Oliveira oferece uma perspectiva crítica sobre as disputas agrárias no Brasil, discutindo a formação e consolidação do latifúndio e as resistências camponesas, que serão fundamentais para compreender os conflitos e as dinâmicas espaciais retratadas na obra literária.

Em *As ilusões domésticas*, de Antônio Rubens Prado, a narrativa explora a reprodução do cotidiano no âmbito privado, oferecendo uma coletânea de contos que abordam temas profundamente enraizados nas problemáticas contemporâneas, como questões de gênero, violência e espaço geográfico. A obra dialoga com as complexidades e contradições da vida privada, revelando como as dinâmicas de poder e opressão se manifestam nos espaços íntimos. Para uma leitura crítica da obra de Prado, serão utilizadas as contribuições de Rosa Ester Rossini (1993) em *Geografia e Gênero: a mulher como força de trabalho no campo*, que oferece uma análise das relações de gênero no contexto agrário, Judith Butler em *Vida Precária* (2020), que discute a vulnerabilidade e as formas de violência que moldam as experiências de grupos marginalizados, e Flora Sussekind (2005) em *Desterritorialização e a forma literária: Literatura brasileira contemporânea e a experiência urbana*, que examina as transformações espaciais e suas implicações na narrativa literária. Essas abordagens teóricas permitirão uma compreensão mais profunda dos contos de Prado, explorando como a literatura pode revelar e questionar as estruturas sociais que permeiam a vida cotidiana.

Por fim, em *Água turva*, de Morgana Kretzmann, a urgência do debate ambiental ganha destaque no enredo que retrata a luta de comunidades ribeirinhas e indígenas contra a devastação de seus territórios, provocada pela exploração desenfreada de recursos naturais. O romance aborda a resistência dessas populações diante das pressões econômicas e políticas, destacando os conflitos entre preservação ambiental e desenvolvimento, além de explorar as consequências das mudanças climáticas e da degradação ambiental para a vida dessas comunidades. Para a análise de *Água turva*, serão utilizadas as contribuições de Ailton Krenak em *Futuro Ancestral* (2022) e *Ideias para adiar o fim do mundo* (2020), onde a voz dos povos indígenas é central para entender a resistência e a luta dos povos originários



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

pelo uso sustentável da terra. Além disso, a obra de Milton Santos, *Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional*, será fundamental para discutir as transformações socioambientais resultantes do confronto entre economia, meio ambiente e sociedade, oferecendo uma perspectiva crítica sobre as implicações globais das questões ambientais abordadas no romance.

Considerações finais

Em suma, a literatura brasileira contemporânea tem se empenhado em reconstruir a identidade de uma nação em constante construção, publicando obras que exploram profundamente as crises ambientais, as discussões sobre gênero e violência, bem como a luta pela terra e o reconhecimento dos trabalhadores que permanecem à margem do capital. Essas narrativas não apenas refletem as complexidades e desafios do Brasil atual, mas também contribuem para a formação de uma consciência crítica sobre as questões que moldam a sociedade contemporânea, reafirmando a importância da literatura como um espaço de resistência e reflexão.

Essas tendências só podem ser plenamente compreendidas com o aporte da geografia, pois essa ciência oferece ferramentas essenciais para analisar as relações entre espaço, sociedade e poder. Ela permite uma leitura aprofundada das dinâmicas socioespaciais que influenciam e são influenciadas pelos fenômenos descritos na literatura, como a crise ambiental, as desigualdades de gênero e a luta pelo campo. Ao considerar a organização espacial, a territorialidade e as transformações no uso da terra, a geografia proporciona uma compreensão mais completa dos contextos em que essas narrativas se desenvolvem, revelando as interconexões entre o local e o global, entre o espaço físico e as estruturas sociais. Assim, o diálogo entre literatura e geografia enriquece a análise das obras, permitindo uma leitura crítica que abarca as complexidades do Brasil contemporâneo.

Num século em que olhar para as desigualdades construídas à luz do desenvolvimento conflituoso do capitalismo está sendo inserido nas pautas das produções das ciências, buscar refletir sobre o campo brasileiro e os impactos que o capital inserem no mesmo é promover um debate que a literatura pode e deve contribuir. A ficção dota da capacidade de propor uma interpretação de mundo em que



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

o contexto social, econômico e político em que vivemos pode ser lido à luz da literatura.

Palavras-chave: Geografia; Literatura Brasileira Contemporânea; Geografia Agrária; Geografia e Gênero; Crise Socioambiental.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo?** e outros ensaios. Trad.: Vinicius Nicastro Honesko. Chapecó: Argos, 2010.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Agrotóxicos e colonialismo químico**. São Paulo: Elefante, 2023.

BOMBARDI, Larissa Mies. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia**. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.

CALVINO, Italo. **Seis propostas para o próximo milênio**. 3ªed. Tradução: Ivo Barroso. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

JÚNIOR, Itamar Vieira. **Torto Arado**. São Paulo: Todavia, 2019.

KRENAK, Ailton. **Futuro Ancestral**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2ªed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

KRETMANN, Morgana. **Água turva**. São Paulo: Companhia das Letras, 2024.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **A geografia das lutas no campo**. 7ªed. São Paulo: Contexto, 1996.

PRADO, Antônio Rubens. **As ilusões domésticas**. São Paulo: Patuá, 2021.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e Gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, SP, v.23, 1993.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e Meio Técnico-Científico-Informacional**. 5ªed. São Paulo: Edusp, 2013.



VOZES DA SECA OU OS ENUNCIADOS DAS MULHERES REFUGIADAS CLIMÁTICAS NO BRASIL DO PERÍODO VARGAS: UMA LEITURA DE “ASMA”, O ÉPICO ESCALAFOBÉTICO DE ADELAIDE IVÁNOVA (2024)

Rozélia Bezerra

Professora Adjunta Aposentada – Departamento de História - UFRPE

Introdução

O livro mais novo de Adelaide Ivánova, poeta recifense, radicada em Berlim, foi lançado em 2024. Sobre a escrita do livro, Luiz Antônio Simas disse: ‘É da tessitura de contrapelos e miudezas que Adelaide Ivánova tece esse ASMA – um livro que parece ter sido escrito com um punhal lustrado com óleo de carnaúba, temperado no sereno das noites solitárias do Brasil.’ (SIMAS, 2024, primeira orelha do livro). O título escolhido – ASMA - “seria a alegoria central por ser uma síndrome respiratória com forte poder metafórico” (IVÁNOVA, 2024, p.7). Quando o li, causou-me grande impressão, não só a linguagem “iconoclasta, esculhambatória e, às vezes, grosseira” da autora (IVÁNOVA, 2024, p.8). Mas, e acima de tudo, o livro revela a riqueza e diversidade de fontes de pesquisa e de informações, não só históricas, mas do campo da Geografia, mostrando lugares e paisagens que compõem o tempo e os cenários do, longo, poema, o qual, “Por causa da vida foi se tornando um épico escalafobético” (idem, p.7). Sua protagonista, Vashti Setebestas, usa a voz para revelar inúmeras coisas. Pois, foi partindo desses enunciados, desses “ mitos, emblemas e sinais”, como disse Carlo Ginzburg (1986, 2009) no seu livro de título homônimo, que me propus a mostrar o que dizem as “Vozes da seca ou as múltiplas vozes e os enunciados das mulheres refugiadas climáticas no Brasil do período Vargas”. Essas vozes que, segundo Luiz Antônio Simas (ibidem), são “múltiplas vozes de mulheres



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

brasileiras, ora sibilinas como muxoxos, ora gritadas como berro saído das matas pernambucanas do Catucá”. Metodologicamente falando, é preciso que eu dê uma resposta às inúmeras perguntas elaboradas: não é só como dizem, mas o que dizem essas vozes? De que modo elas foram articuladas? Quais são seus enunciados? Denúncias? Queixas? Constatações? Anunciações? Com quem elas dialogam? Com quem elas debatem? Qual o teor desses diálogos e debates? Como as vozes desses interlocutores foram articuladas? Quais as Metáforas presentes nessas vozes da seca? a literatura é fonte para se estudar a Geografia? Ela seria capaz de redescobrir o Brasil e mostrar diálogos socioterritoriais? Para respondê-las, devo dizer que trago experiências pessoais (autoria 2, 3, 4) ao usar fontes literárias para análise de territorialidade e questões socioterritoriais. Mas, fora isto tem as outras pesquisas, no campo, que mostram a viabilidade do uso dessa fonte para a Geografia, além de darem a metodologia de análise do texto literário. Como exemplo, usei Vernaide Wanderley e Eugênia Meneses (1997). Além disso, as autoras apontaram uma outra dezena de pesquisadores e pesquisadoras que usaram a literatura em suas pesquisas. Outra autora brasileira que me serviu de referencial teórico Solange Terezinha de Lima (1999). Na literatura estrangeira, busquei o aporte de Raymond Williams (1973, 2011), e Yi-Fu Tuan (2005) e de Edward W. Said (2013). Para a vertente analítica, centrada na doença como metáfora para o racismo, xenofobia e preconceitos, sobre os medos sociais da doença, justifico que o fiz pela minha vivência com as pesquisas no campo de História das Doenças, da Medicina Higiênica e da Eugenia. Ela foi o fio de Aracne que me guiou pela linha de raciocínio dos pensadores dessas ciências médicas. Afinal, Michel Foucault (1976, 2013, p. 245) dizia que “para fazer uma história que tenha um sentido, uma eficácia, uma utilização, só pode fazê-la, corretamente, sob a condição de que se esteja ligado aos combates desse domínio”. Assim e para organizar as vozes da medicina e as vozes da seca ou as múltiplas vozes e os enunciados das mulheres e refugiados climáticos no Brasil do Período Vargas, usei o aporte teórico de Moacyr Scliar (1996). Para análise do discurso eugenista, usei o trabalho de José Leopoldo Ferreira Antunes (1998); Maria Luiza Tucci Carneiro. A análise sobre medo das doenças foi sob a égide de Jean Delumeau (2009) e de Yi-Fu Tuan (2005). Por sua vez, a análise da loucura teve



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

aporte teórico de Michel Foucault (2010; 2022) e de Cláudia Freitas de Oliveira (2010), estudiosa da loucura no Ceará, durante a seca de 1877-79. Porém e pelo fato de ASMA (IVÁNOVA, 2024) ser um épico, portanto, é um poema longo, o que inviabilizaria uma escrita deste dentro dos cânones do Seminário, fui obrigada a fazer uma escolha, intencional, entre os seis livros que compõem o texto. Assim, foram selecionado dois livros: o Livro 4, cujo título é “Epitáfio Pessoa” (p.116-144) e o Livro 6, intitulado “Asma” (p.166-192).

Ao final da minha pesquisa, tive a percepção de que a linguagem usada pela protagonista, Vashti Setebestas, representa as vozes de mulheres refugiadas climáticas, isto é “o jogo paradoxal entre migração e repressão estatal contra a liberdade de movimento” (IVÁNOVA, 2024, p.7). Elas são as metáforas que refletem as violências de gênero, do racismo, da locomoção geográfica limitada ou impedida, impondo limites e fronteiras geográficas. Vozes que falam de doenças, de variadas naturezas e causas. Metáforas das vozes, poderosas, dos profissionais de saúde e eugenistas que determinam o bem nascido e, assim, impõem barreiras para o ir e vir e podem determinar quem é louco e internar em asilos. Ao final desta pesquisa, pude perceber que, no seu épico escalafobético, Adelaide Ivánova (2004, p.7) apresentou uma doença, considerada uma síndrome, que pode ser vista como metáfora das lutas na cidade e no campo. E, como se não bastasse, questões referentes à moradia permeiam as vozes da seca, e as vozes dos refugiados climáticos, como se viu nos poemas de ambos os livros analisados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A leitura de ASMA, revelou que as vozes da seca são as mesmas que gritam, bradam, lutam, quer na cidade, quer no campo no campo pela “democratização da posse e permanência na terra”. (SEMINÁRIO REDESCOBRINDO O BRASIL, 2024).

A leitura e análise também mostrou, que o discurso de xenofobia contra os nordestinos, usado, largamente, desde o golpe de 2016, tem raízes profundas e antigas. De fato, constitui um projeto de governos que, juntamente com outras camadas da sociedade detentoras de poder econômico, intelectual, político, da mídia corporativa e das redes digitais, difundem, fustigam e alimentam o discurso.

PALAVRAS CHAVE: Literatura; Geografia; Socioterritorialidades; Brasil.



REFERÊNCIAS

- ANTUNES, José Leopoldo Ferreira. **Medicina, Leis e Moral**. Pensamento médico e comportamento no Brasil (1870-1930). São Paulo: UNESP, 1999.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Metáforas Roubadas à doença. Particularidades do Discurso Racista. In: **As doenças e os medos sociais**. (Orgs). MONTEIRO, Yara Nogueira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. São Paulo: Fap/UNIFESP, 2012, p.251-267.
- DÁVILA, Jerry. **Diploma de Branco**. Política social e racial no Brasil – 1917-1945. São Paulo: UNESP, 2006.
- FERLA, Luís. **Feios, sujos e malvados sob medida**. A utopia médica do biodeterminismo. São Paulo: Alameda, 2009.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 14ª Ed. Rio de Janeiro (2022).
- FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**. São Paulo: Martins Fontes. 2001.
- GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. Morfologia e história. 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- IVÁNOVA, Adelaide. **Asma**. São Paulo: Nós, 2024.
- LIMA, Solange Terezinha de. Percepção Ambiental e Literatura Espaço e Lugar no *Grande Sertão: Veredas*. In: **Percepção ambiental**. A experiência brasileira. (Orgs). DEL RIO, Vicente; OLIVEIRA, Livia 2ª Ed. São Carlos/SP: UFSCAR, 1999.
- LE GOFF, Jacques. **As doenças têm história**. 2ª Ed. Lisboa: Terramar, 1997.
- MOTA, André. **Quem é bom já nasce feito**. Sanitarismo e eugenia no Brasil. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.
- MOTA, André. Quem tem medo da Eugenia? Permanências discursivas de uma prática inacabada. In: **As doenças e os medos sociais**. (Orgs). MONTEIRO, Yara Nogueira; CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. São Paulo: FAP/UNIFESP, 2012, p. 219-249.
- OLIVEIRA, Cláudia Freitas de. A loucura no Ceará: O projeto de construção do asilo de alienados e a seca de 1877-1879. In: **Uma história brasileira das doenças**, volume 3. (Orgs) NASCIMENTO, Dilene Raimundo do; CARVALHO, Diana Maul de; LACERDA, Aline Lopes de *et al*. Belo Horizonte/MG: Argmentvm, 2010, p.39-62.
- SAID, Edward W. Historia, Literatura y Geografía. In: **Reflexiones sobre el exilio y otros ensayos literarios y culturales**. (Org). SAID, Edward W. Barcelona: Delbosillo, 2013, p. 413-436.
- SCLIAR, Moacyr. **A Paixão transformada**. História da Medicina na Literatura. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- SONTAG, Susan. **Doença como metáfora**, AIDS e suas metáforas. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- TUAN, Yi-Fu. **Paisagens do medo**. São Paulo: UNESP, (2005).
- WANDERLEY, Vernaide; MENEZES. **Viagem ao Sertão Brasileiro**. Leitura geo-sócio antropológica de Ariano Suassuna, Euclides da Cunha e Guimarães Rosa. Recife: CEPE, 1997.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco



WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na história e na literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

Realização



Parceria



Apoio



Financiamento





OS VENTOS DA MUDANÇA: UMA ANÁLISE PRELIMINAR DOS IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS CAUSADOS PELA IMPLEMENTAÇÃO DE PARQUES EÓLICOS EM LAGOA NOVA/RN

Gennefyr Mabel da Cunha da Silva

Graduanda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, gennefymabel@alu.uern.br

Mirrayla Campos Feitosa Lacerda

Docente pela rede pública do Estado do Rio Grande do Norte. mirrayla@yahoo.com

Jonathan Cauã Cabral Batista

Graduando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, jonathancaua@alu.uern.br

Edla Monielly Nunes Lopes

Graduanda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, edlamonielly@gmail.com

INTRODUÇÃO

O município de Lagoa Nova se localiza no interior do estado do Rio Grande do Norte, integra a Região Imediata de Currais Novos. Encontra-se inserido no Semiárido, situado no planalto da Serra de Santana/RN. A Serra de Santana faz parte da Formação Serra de Martins que se caracteriza por uma cobertura sedimentar que foi erodida a tempos pretéritos (BARROS, 1998).

Por possuir altitudes elevadas, esse local atrai o olhar das empresas produtoras de energia eólica que manifestam o interesse pela ocupação dessa área, com a implementação de extensas áreas de captação dessa energia. Desse modo, observando as potencialidades da Serra de Santana, a esfera governamental propaga o discurso de desenvolvimento por meio da implementação desses parques. Contudo, a população que reside na área não é conscientizada dos diversos impactos socioambientais que acompanham esse progresso.

Com base no cenário apresentado, percebe-se que a implementação de áreas



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

geradoras de energias renováveis gera impactos para o meio ambiente e para a população. Neste sentido, as questões da qual emerge essa pesquisa são: quais os problemas que a produção de energia eólica traz para a população local e para o meio ambiente? Como os territórios nordestinos irão enfrentar o alto risco de impactos socioeconômicos causados pelo adentramento dessas fontes energéticas?

Partindo disso, os objetivos deste trabalho são: compreender os impactos socioambientais causados pela implementação de parques eólicos em Lagoa Nova/RN e analisar como o uso inadequado do território provoca inúmeras mudanças para a população que depende da agricultura para se manter. Assim, buscamos discutir a possibilidade de processos de desterritorialização e reterritorialização das populações impactadas.

METODOLOGIA

A metodologia do estudo é exploratória, focada na análise da implementação de parques eólicos na Serra de Santana, em Lagoa Nova/RN. Foram realizadas pesquisas bibliográficas, consultas aos documentos de licenciamento ambiental e EIA/RIMA, além de análise de reportagens e documentários sobre a experiência da população local. Uma visita de campo foi feita para observar diretamente os impactos, registrando imagens e comparando com os dados do EIA/RIMA. A escolha do tema reflete a falta de estudos na área e a necessidade de discutir os impactos socioambientais e os movimentos sociais que surgem em resposta.

REFERENCIAL TEÓRICO

Ao longo da história, a humanidade desenvolveu diversas tecnologias para garantir sua sobrevivência social e econômica, explorando matérias-primas valiosas para gerar capital. No entanto, a intensa extração de recursos naturais tem acarretado diversas consequências tanto para o meio ambiente quanto para as populações que dele dependem.

Conforme Oliveira (2007):

“[...] o processo contraditório de desenvolvimento do capitalismo se faz na direção da sujeição da renda da terra ao capital, pois assim ele (o capital) pode subordinar a produção de tipo camponês, pode especular com a terra, comprando-a e vendendo-a, e pode, por isso, sujeitar o trabalho que se dá na terra [...]” (Oliveira, 2007, p. 11).



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

As energias renováveis, como a solar e a eólica, são tecnologias recentes que têm ganhado destaque no Brasil, especialmente na região Nordeste do semiárido. Essas fontes de energia, administradas pelo homem em harmonia com a natureza, utilizam recursos inesgotáveis e são consideradas menos prejudiciais ao meio ambiente.

Segundo o Ministério de Minas e Energia (2022), o Brasil ocupa a sexta posição no ranking mundial de energia eólica onshore (em terra), com 21,5 gigawatts (GW) de capacidade instalada, de acordo com o Global Wind Report 2022. As usinas eólicas já respondem por 11% da matriz energética brasileira, sendo a segunda maior fonte de geração de energia do país, atrás apenas da hidráulica.

Partindo disso, percebe-se que o semiárido nordestino, com suas vastas áreas serranas, desempenha um papel crucial nessa produção de energia. No entanto, apesar de serem vistas como “renováveis”, essas formas de energia têm gerado significativos impactos sociais e ambientais nas comunidades rurais, onde as torres eólicas são firmadas.

A desterritorialização é um conceito-chave para entender os impactos sociais da energia eólica no semiárido nordestino. Santos (2004) define desterritorialização como o processo pelo qual as populações são deslocadas ou têm seu modo de vida profundamente alterado devido à inserção de novas lógicas econômicas e tecnológicas no território. Em Lagoa Nova, a chegada dos parques eólicos trouxe consigo a reconfiguração do espaço, onde áreas antes destinadas à agricultura passaram a ser ocupadas por torres eólicas

Pereira (2021) observa que essa transformação muitas vezes ocorre sem a devida consulta ou participação das comunidades locais, gerando conflitos e resistência, às populações rurais, que tradicionalmente viviam da agricultura e da pecuária, encontram-se desestruturadas, enfrentando dificuldades para se adaptar às novas condições impostas pelo uso intensivo de suas terras para a produção de energia.

OS VENTOS DA MUDANÇA

A implementação dos parques eólicos em Lagoa Nova/RN, localizada no semiárido nordestino, revela uma série de impactos socioambientais significativos que



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

merecem análise detalhada. Um dos impactos ocasionados nesse território por causa da instalação dos aerogeradores é a desterritorialização das populações locais, pois boa parte dos moradores que residem em áreas rurais dependem da agricultura e da pecuária para sua subsistência. As evidências coletadas durante as visitas de campo, incluindo registros de imagens e observações das condições das áreas afetadas, indicam que as torres eólicas substituíram extensas áreas agrícolas, reconfigurando o espaço e afetando diretamente a forma de vida dessas comunidades.

A desterritorialização, conforme discutido por Santos (2004), é um processo crucial para entender as mudanças sociais ocorridas na região. Com a instalação dos parques eólicos, as áreas rurais, antes destinadas à agricultura familiar, foram transformadas em zonas de produção energética, resultando em um deslocamento simbólico e material das populações locais. Esse deslocamento não é apenas físico, mas também cultural, afetando o modo de vida e as relações sociais estabelecidas ao longo do tempo.

A falta de conscientização e de diálogo prévio com as comunidades têm contribuído para uma percepção negativa em relação aos projetos eólicos. Muitos residentes relatam a perda de terras produtivas, a diminuição da qualidade de vida e a ausência de compensações adequadas. Além disso, a transformação do território e a mudança na paisagem local também afetam o bem estar psicológico e cultural das comunidades, que se veem alienadas em seu próprio espaço.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados da pesquisa indicam que a expansão das energias renováveis no semiárido nordestino precisa ser acompanhada de políticas públicas que levem em consideração os direitos e as necessidades das populações locais. A implementação de parques eólicos, embora contribua

para a matriz energética do país, não pode ser realizada à custa do desrespeito aos modos de vida tradicionais e da degradação socioambiental.

Dessa forma, é essencial que as futuras iniciativas de expansão energética incluam processos participativos que garantam a voz das comunidades afetadas. Além disso, a criação de mecanismos de compensação justa e a promoção de alternativas econômicas para as populações impactadas são fundamentais para



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

mitigar os efeitos negativos da desterritorialização e promover um desenvolvimento verdadeiramente sustentável na região.

Palavras-chave: Energias renováveis; Parques eólicos; Impactos socioambientais; Lagoa Nova/RN.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. A. **Geologia e Geomorfologia da Serra de Santana**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal, 1998.

BRASIL sobe para a sexta posição em ranking internacional de energia eólica. **Ministério de Minas e Energia, relatório global de energia eólica, 2022**. Brasília. Disponível em: <https://www.gov.br/mme/pt-br/assuntos/noticias/brasil-sobe-para-a-sexta-posicao-em-ranking-internacional-de-energia-eolica>. Acesso em: 15/07/2024.

OLIVEIRA, J. de S. **A produção capitalista e a questão da terra**. Editora Contexto. 2007.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. Edusp. São Paulo, 2007.

PEREIRA, C. E. **Energia Eólica e Sustentabilidade Ambiental no Semiárido Brasileiro**. UFPE. Recife, 2021.



GEOGRAFIA E GÊNERO: MULHER E TRABALHO NO CAMPO A PARTIR DA OBRA DE ROSA ESTER ROSSINI DE 1988

Clariana Gonçalves Belém Mascarenhas

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Rondônia (Unir), pesquisadora do Grupo de Estudo e Pesquisas em Geografia, Mulheres e Relações Sociais de Gênero. (Gepgênero).
clarianagbm@gmail.com

Maria das Graças Silva Nascimento Silva

Professora orientadora: Doutora, professora na Universidade Federal de Rondônia – UNIR, coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisas em Geografia, Mulheres e Relações Sociais de Gênero (Gepgênero). mgsnsilva@unir.br

A Professora Rosa Ester Rossini é conhecida pelo pioneirismo ao abordar a categoria gênero e trabalho no campo no âmbito da Geografia, por meio de sua tese de livre docência, aprovada com o título “Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista”, em 1988, pela Universidade de São Paulo (USP) (Memorial, 2013; CNPq, 2014; Alves, 2019).

Os objetivos específicos de seu trabalho foi demonstrar, entre outros aspectos, o desenvolvimento do capitalismo, a integração da mulher associada a categoria trabalho em uma condição remunerada e a nova fase de (re) produção do espaço (Rossini, 1988).

Foi preciso coragem à Rosa Ester para introduzir pela primeira vez o tema na Geografia, conforme afirmação registrada no item apresentação da sua tese de livre docência. De acordo com ela “Foram mais de 10 anos de trabalho para se ter coragem de escrever sobre o assunto [...]” (Rossini, 1988, p.6).

Rosa Ester assinala que inserir as análises feitas por mulheres e, sobretudo, sobre mulheres, no campo teórico da Geografia não foi uma tarefa fácil, pois a geografia é uma ciência com valores pautados em um saber hegemônico, heteronormativo e branco. Inserir a categoria mulher e, posteriormente, a categoria gênero, foi ainda mais difícil, pois esta envolve relações de poder. Rossini tencionou



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

a geografia tradicional evidenciando essas categorias em seus trabalhos, afirmando que as mulheres produzem e reproduzem o espaço geográfico (Rossini, 1993).

Paula Lindo (2021) afirma que a Geografia brasileira se apresenta consolidada, entretanto, embrionário nos estudos relacionadas à categoria gênero e das sexualidades. Foi registrado 1% de todas as dissertações e teses dos cursos de pós-graduação no campo da Geografia, analisados entre os anos 2010 e 2019, e reconhecidos pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

A partir de uma análise sobre a vida e obra de Rosa Ester Rossini, questiona-se o que a motivou a introduzir o estudo de gênero, em especial a condição da mulher na ciência geográfica? Quais foram as contribuições de Rosa Ester reveladas em sua tese de livre docência para a Geografia? Objetiva-se assim registrar os contextos da vida e a obra de Rosa Ester Rossini que marcaram o seu percurso nos estudos de gênero.

A pesquisa foi instruída sob as abordagens fenomenológica e exploratória, pautada por estudos biográficos que permitisse uma melhor compreensão do contexto histórico em que Rosa Ester enquanto ser humana esteve inserida, e bibliográfico para registrar a contribuição à ciência Geográfica através da sua obra “Geografia e Gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista” de 1988.

Complementarmente, foi realizado dois trabalhos de campo. Ambos com destino a São Paulo (SP) capital, onde Rosa Ester reside. O primeiro encontro, intitulado ‘Acaso feliz’, foi realizado nos meses de outubro e novembro de 2023. O segundo, foi realizado no mês de maio de 2024 e incluídas ao roteiro de campo as cidades de Ribeirão Preto/SP e Serra Azul/SP.

Foram oito dias ao todo em campo, que renderam 9 horas e 10 minutos de entrevista gravada com uso do aplicativo ‘Gravador Pro’, em aparelho celular, além de 79 páginas transcritas em arquivo word e relatos registrados no diário de campo. Foram analisados e catalogados 40 documentos de seu acervo pessoal; digitalizadas 119 páginas, por meio do aplicativo CamScanner. Contudo, o conteúdo reunido foi reduzido à alguns trechos para o presente estudo.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Em sua tese de livre docência, Rossini registrou de forma introdutória a referência de Simone de Beauvoir. Foi sob a ótica da fenomenologia feminista da filósofa que esta pesquisa se norteou. A filosofia de Beauvoir reforça a categorização do corpo como imprescindível para pensar a sujeita. Contudo ela afirma “Não se nasce mulher, torna-se”, propondo uma condição diferente do essencialismo a partir da possibilidade de tornar-se mulher. Para ela a experiência vivida não se apresenta neutra (Hilgert, 2022).

A fenomenologia feminista apresenta virtudes, mesmo que ainda pouco explorado. A conexão entre fenomenologia e feminismo permite analisar a vivência feminina, invisibilizada na filosofia, e passam a agregar o debate feminista à filosofia potencializando o entendimento relacionado a experiência da mulher enquanto indivíduo (Missagia, 2015).

Fundamentaram teórica e conceitualmente a pesquisa, as produções, principalmente das geógrafas como Maria das Graças Silva Nascimento Silva, Joseli Maria Silva, Susana Maria Veleda da Silva e a própria Rosa Ester Rossini. Contribuíram para o entendimento do pensamento feminista, especialmente por perceber as nuances dos silenciamentos, as hierarquias e submissões instauradas em todos os espaços, assim como no suporte para dialogar com as questões de gênero.

Entre as várias histórias e vivências narradas por Rosa Ester durante as entrevistas, como resultado registrado deste trabalho destacam-se o fato de ter nascido mulher em uma família de italianos. De acordo com Rosa, talvez tenha sido o real motivo que a fez lutar contra o patriarcado e direcionado a sua pesquisa as discussões sobre gênero, introduzindo-a à Geografia. Por ser uma mulher em uma família de italianos era considerada um zero à esquerda. Por vezes, provocava o enfretamento, mas passava despercebida (Entrevista concedida por Rossini, outubro de 2023).

Dentre os resultados de sua tese de livre docência registram-se com destaque: o aumento do número de trabalhadores por família; maior escolaridade entre as mulheres; migração precoce dos membros das famílias do rural para locais urbanizados; o uso de anticoncepcional (redução da taxa de fecundidade); maior



engajamento da mulher na força de trabalho e o pagamento individualizado; e a mecanização do campo: máquinas operadas por homens e redução de vagas para mulheres.

Sua tese demonstra as diferentes alterações do espaço rural a partir do reconhecimento da mulher como força de trabalho e as mudanças significativas do modo de vida, especialmente na agricultura canavieira.

Vale destacar que, o público-alvo passivo de ser entrevistado em sua tese deveria estar composto por membros que em coletivo constitui-se uma estrutura familiar, ou seja, composta pelo pai representado por uma figura masculina; uma mãe, representada por uma figura feminina; os filhos e filhas. Contudo, havia a especificidade de ao menos uma mulher trabalhando na agricultura da cana.

Assim, a mulher, ser humana e pesquisadora Rosa Ester criou estratégias para pesquisar a integração da mulher associada ao trabalho e superar o medo de transgredir a ciência, tornando-se a primeira pesquisadora na Geografia a pesquisar gênero.

Palavras-chave: Gênero; Rosa Ester Rossini; Trabalho no campo; Fenomenologia feminista.

Referências

ALVES, Camila Gomes. Trabalho e Gênero nas Obras de Rosa Ester Rossini. Em: **Anais eletrônicos** do XIII Encontro ENANPEGE. São Paulo, SP. 2019. Disponível em: <<http://www.enanpege.ggf.br/2019/site/anais2?AREA=25#C>>. Acesso em: 24 jul. 2022.

Portal Memória CNPq. **4ª Edição das Pioneiras da Ciência no Brasil, 2014**. Disponível em: <http://memoria.cnpq.br/web/guest/pioneiras-da-ciencia-do-brasil4>. Acesso em: 16 jun. 2022

ROSSINI, Rosa Ester. **MEMORIAL**. São Paulo, 2013.

ROSSINI, Rosa Ester. **Geografia e gênero: a mulher na lavoura canavieira paulista**. 1988. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.

ROSSINI, Rosa Ester. Geografia e Gênero: a mulher como força de trabalho no campo. **Informações Econômicas**, SP, v.23 (Supl.1), 1-58, 1993.

HILGERT, Luíza Helena. **Feminismo e Fenomenologia**. Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia, V. 7, N. 2, 2022, p. 1-17. Disponível em: <https://www.blogs.unicamp.br/mulheresnafilosofia/wp-content/uploads/sites/178/2022/03/Feminismo-e-Fenomenologia-Luiza-Hilgert.pdf>. Acesso em: 08 jun. 2024.

LINDO, Paula. O mapa da pesquisa de gênero na geografia brasileira (2010 a 2019): Sistematização e análise. **Revista da ANPEGE**. V.17. nº 32, p. 259, 2021.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

MISSAGGIA, Juliana. Fenomenologia e feminismo: introdução e defesa de um diálogo fecundo. **Mulher e filosofia: as relações de gênero no pensamento filosófico**. Juliana Pacheco (Org.) – Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2015.

SILVA, Joseli Maria; ORNAT, Marcio Jose. **Geografia Feminista no Brasil nos anos 80, sim senhor! Uma entrevista com Rosa Ester Rossini**. Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v. 7, n. 2, p. 212 - 219, ago. / dez. 2016.

Realização



Parceria



Apoio



Financiamento





AS TRANSFORMAÇÕES NA REPRESENTATIVIDADE GEOGRÁFICA:

AS MEMÓRIAS DE DRA ROSA ESTER ROSSINI

Marina Loureiro Medeiros

Milka Lopes Beserra

RESUMO: O trabalho em questão, objetiva dialogar com as memórias da Professora Rosa Maria Ester Rossini, mostrando como parte das transformações ocorridas na produção geográfica sobre movimento sociais acompanharam a sua vivência de luta para igualdade por dignidade ao trabalho acadêmico do gênero feminino. Para isso, fez-se o uso do método qualitativo de análise das pesquisas associada à metodologia de história oral atual, denominada escrevivências (ERTCKET,2021.Essa metodologia foi desenvolvida pela professora, escritora e ativista Conceição Evaristo (2010), como forma de entender a história de uma dada pessoa através do entendimento de suas vivências no contexto em que está inserida, possibilitando uma visão mais ampla do universo da entrevistada. A escolha da professora Rosa Ester, nesse caso, se fez fundamental para o alcance do nosso objetivo de pesquisa, já que observa-se que na entrevista feita em 2022 pela Profa. Marina Medeiros, parte de sua trajetória e vivência intelectual, se mistura ao desenrolar dos movimentos sociais não só do país como na cidade de São Paulo, se tornando mais do que geógrafa uma cidadã atuante.Ao tratar um pouco de sua trajetória, é importante falar que a mesma nasceu no interior de São Paulo,descendente de italianos, tendo uma vida simples e interiorana comum às crianças e jovens do início dos anos 1950 no país, cercada de familiares mais velhos, animais domésticos e colegas vindos da zona rural na escola primária.

AS MEMÓRIAS DA PROF. DR ROSA ESTER ROSSINI

ENTREVISTADORA Me. MARINA LOUREIRO: Porquê geografia como é que foi a sua origem até a escolha do curso de geografia e chegar na USP?



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

ENTREVISTADA Dr. ROSA ESTER ROSSINI: Eu costumo dizer que eu tenho duas maneiras de definir o porquê da escolha da Geografia: a primeira é que eu era muito companheira da Nona que é a minha avó italiana, minha mãe trabalhava meu pai trabalhava a Nona que ficava com a gente. Ela era uma senhora simples e humilde e ela abastecia a casa com lenha porque íamos buscar no campo ou no mato. É interessante que desde cedo ela me levava e junto levava uma meia dúzia de crianças na minha faixa etária meninos e meninas, Eles também buscavam lenha porque naquela época ter fogão a gás era uma coisa caríssima quase impossível.

A Nona explicava a importância de cada lenha para o fogo. Essa canafístula: que seria produzir o feixe. Para isso as crianças pegavam a lenha e ela fazia o feixe. A sua herança italiana fazia com o que ela fosse visitar os amigos que moravam na fazenda, essa fazenda se chamava fazenda a Paraíso que cultivava café. Então era os chamados que trabalhavam nessa atividade, Eu observava quando visitava junto com ela a fazenda eu observava a casa das pessoas e das amigas dela. Era muito diferente as casas eram muito diferentes o arranjo das Casas dos brasileiros, apesar de também existirem muitos migrantes nordestinos. Então na época de frutas eles faziam doces das frutas, colocavam em potes de vidros e colocavam em prateleiras para consumir durante o ano. Então era doce de figo, doce de laranja, doce de mamão, doce de manga e assim sucessivamente. As Mulheres na fazenda sempre estavam fazendo alguma coisa: tinha uma horta para ser cuidada, tinha um forno para para fazer pãozinho quente que eram trazidos para gente comer e eu comecei a querer saber o porquê da diferença entre a casa de um natural da terra e a casa do Imigrante.

A segunda coisa, que me fez escolher a Geografia, foi que ela me dariam algumas respostas e paralelo a isso eu tive um professor de Geografia que ele não adotava livros, ele fazia uma aula diferente e ele chegava com o mapa enrolado debaixo do braço estendia e a gente acompanhava e olhávamos o atlas ele era formado pela USP e isso encantou muito e uma outra coisa que balançou muito o meu coração foi quando eu conheci uma professora de francês que também era formada pela USP e que nos tornamos amigas até enquanto ela viveu. Gostei muito do Francês, mas a Geografia foi mais forte. Agora não foi fácil essa escolha, mas ao mesmo tempo eu tive uma resistência familiar bastante grande porque a gente era



pobre. Meu pai era um servente de escola e recebia salário mínimo. Eu brinco no meu Memorial que eu levei muitos beliscões, porque quando perguntava o que você vai ser quando crescer eu falava professora de Geografia. Porque minha mãe não admitia que eu tivesse essa inspiração, posto que as filhas da diretora da escola só era uma professora de ginásio. Então assim eu fui crescendo, mas eu quero dizer que foi muito interessante porque havia uma evidente diferenciação de tratamento entre o filho macho e a menina.

Foi um azar do meu irmão porque todos os olhares estavam voltados para ele e como ninguém se importava com mulher eu fazia o que eu queria e ao fazer o que eu queria eu entendia que eu ganharia mais se eu estudasse. Então eu viajava todos os dias para a cidade vizinha São Simão em um ônibus horroroso para poder estudar e era uma viagem de 25 Km, o ônibus quebrava quase todos os dias. Aos poucos procurei por pessoas que precisavam por aulas particulares, Uma amiga me convidou para jogar basquete com ela e com isso eu ganharia meio salário mínimo, fui jogar basquete foi a melhor coisa que me aconteceu, mas continuei na geografia e passei a dar aula de graça para os alunos da escola, mas e assim a mesma coisa terminei o curso Normal,

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto, as questões femininas ligadas ao mundo do trabalho vivenciadas pela Dra Rosa Ester no início de sua vida acadêmica, e sua constante dedicação aos seus principais estudos, sendo uma das pioneiras sobre o tematicas do gênero feminino apontando as dificuldades diárias das mulheres no fazer científico na produção geográfica e desenvolvendo trabalhos e co-orientações até os dias atuais. Dessa forma observa-se uma intrínseca relação das vivências de Profa. Rosa com as lutas em que ela até os dias atuais segue levantando a bandeira das mulheres e a permanência delas no mercado de trabalho e aqui muito mais no fazer científico geográfico. Sendo assim, ao resgatar a memória dessa mulher, tem-se a certeza de que caminhamos para o mundo, que mesmo com muitos desafios, será sobremaneira mais igualitário, e por fim mais justo.

PALAVRAS-CHAVES: Vivência, Profa.Rosa Ester, Produção geográfica, Gênero, Movimentos sociais;



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

BIBLIOGRAFIA

HERCKERT ET AL. **Escrevivência**: uma ferramenta metodológica de análise. *Mnemosine* Vol.17, nº1, p. 139-162 (2021) – Parte Especial - Artigos.

HERCKERT, Ana Lúcia C. PASSOS, Eduardo. Pesquisa-intervenção como método, a formação como intervenção. *In*: BARROS, M.E.B; CARVALHO, S.; FERIGATO, S. (Org.). **Conexões**: saúde coletiva e políticas de subjetividade. 198ed. São Paulo: HUCITEC, 2009, v. 1, p. 376-393.

EVARISTO, Conceição. **Becos da Memória**. Rio de Janeiro. Pallas: Fundação Biblioteca Nacional, 2018.

McNEILL, L. **The Woman Who Transformed How We Teach Geography**. Washington: Smithsonian Magazine, 2018.

MENEZES L. C. Mulheres e pesquisa em ciências exatas da universidade federal da bahia: uma análise preliminar. *In*: **Seminário Internacional Fazendo Gênero 10** (Anais Eletrônicos), p.1-11. Florianópolis: 2013.

PITTSER Sharan E. Early Women Geography Educators, 1783-1932, **Journal of Geography**, 98:6, 302-307, 1999.



NOVA FRONTEIRA DO TRABALHO: MIGRAÇÃO E ENERGIAS “RENOVÁVEIS”, DESAFIOS E OPORTUNIDADES

Gizelly Barbara Nascimento Costa

Graduanda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, gizellycosta@alu.uern.br

Edla Monielly Nunes Lopes

Graduanda em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, edlamonielly@gmail.com

Jonathan Cauã Cabral Batista

Graduando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, jonathancaua@alu.uern.br

Zenis Bezerra Freire

Docente pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. zenisbezerra@uern.br

INTRODUÇÃO

O crescimento atual do setor de energias renováveis no Brasil e no mundo é significativo. Em entrevista à Agência Nazionale Stampa Associata, Alexandre Silveira, ministro de Minas e Energias, diz que “o Brasil tem mais de 80% da matriz energética limpa e renovável” ANSA (2023), percebe-se inicialmente o número considerável no processo de expansão das ditas energias. Com isso, o aumento de trabalhadores, mão de obra para essa indústria tem crescido e se destacado no cenário contemporâneo. Por ser majoritariamente empresas que tem ocupado a região que destacamos neste estudo, a Região imediata do Vale do Açu, com destaque para o município de Assú – RN.

Desta forma, presente trabalho visa discorrer sobre o processo migratório de jovens que saem da Zona Rural de Açu/RN em busca de trabalho e melhores condições de vida.

A problemática aqui destacada nos leva a questionar, as condições de vida que tais jovens estão submetidos e quais elementos os fazem sair em busca de trabalho em outros estados. Tencionando o seguinte questionamento: Quais condições de



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

trabalho tais sujeitos se submetem? Como as empresas criam capacidade de atração para tais jovens? A partir de tais questões direcionamos a construção do trabalho em metodologia onde destacamos os procedimentos utilizados para coleta de dados. Os resultados e discussões da pesquisa e por fim alguns caminhos em aberto para ampliar as discussões sobre o tema.

METODOLOGIA

O presente trabalho foi dividido em duas etapas uma etapa que compreende o levantamento bibliográfico em artigos, livros e monografias que destacam o contexto regional a exemplo de França (2023). E a segunda etapa que se deu a partir de observações in loco e diálogos informais com moradores das comunidades rurais de Assú que destacaram o processo de migração da juventude para trabalho, bem como o relato de alguns destes migrantes para entender o processo sobre o qual nos debruçamos.

Partindo disso, para observarmos o deslocamento desses jovens migrantes, foram realizadas conversas informais visando analisar a dimensão do fluxo migratório dos sujeitos da Zona Rural de Assú- RN para os estados e suas respectivas cidades sedes de usinas solares, sendo distantes de seus estados de origem, como São Paulo e Minas Gerais. Os sujeitos retratados aqui trata-se de 26 jovens, com faixa etária entre 19 e 35 anos, majoritariamente ocupantes de cargos de campo, como montadores, com salário variando de 2.000,00 (dois mil reais) a 4.000,00 (quatro mil reais).

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste contexto, compreendemos por migração, o processo de mudança desses jovens para outras cidades e estados por tempo indeterminado, podendo ou não ter um tipo de folga, muitas vezes trimestral, dependendo da empresa pela qual foram contratados.

[...] migrante é toda pessoa que se desloca de seu lugar de origem em direção a outro, seja para outro país, lugar ou região em busca de melhores condições de vida ou por diversos motivos como o *desemprego*, desorganização de economias tradicionais, desigualdade econômica, perseguições, discriminação, xenofobia, violação de direitos humanos, violência, guerra, confrontos geopolíticos etc. (OLIVEIRA; BRUMES, 2015, p. 53).



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realidade vivenciada pelos moradores das comunidades da Zona Rural que enfrentam esses problemas, são as seguintes: Poré, Pano I, Panon II, Nova Esperança, Linda Flor e Santa Clara, a ponta que a maioria dessas oportunidades de emprego surgem em empresas de energia solar fotovoltaica não pertencentes à cidade de Assú-RN (município em que a zona rural pertence). Por esse motivo, os jovens de 19 a 35 anos, com ou sem experiência na área, saem de suas casas migrando de sua cidade de origem para lugares desconhecidos. Esse tipo de efeito migratório para trabalho, se decorre por falta de emprego na sua cidade natal.

Com isso, destacamos que o movimento de trabalho feito por esses jovens é incerto, incerto de oportunidades e trabalho, por mais que ao sair de suas localidades, já tenham emprego garantido. Essa incerteza parte do pressuposto de abandono de sua zona de comunidade, próximos de suas famílias e amigos, em busca de oportunidades aos quais os colocam em situação de dúvidas. O que esses jovens buscam afinal? Trabalho para suprir as necessidades que lhes cercam com intuito de mudar a condição social a que estão expostos, com isso, acabam se submetendo a condições de trabalho muitas vezes degradáveis, como já citado, o movimento feito por esses jovens, ao sair de suas cidades, comunidades, casas e indo para lugares distantes, de suas famílias de sua vida cotidiana.

Nesse contexto, podemos colocar aqui que a empresa tem controle sobre a vida desses jovens migrantes, ela não tem responsabilidade com esses trabalhadores, pois a empresa força a saída desses jovens a isso, a essa migração, a permanência por maior tempo em outros locais, os distanciando de suas realidades vividas e ainda colocamos que independente da empresa a necessidade de trabalho se torna algo elevado aos jovens. Esse é um processo desgastante, cabe-se aqui a implementação de políticas públicas efetivas que de certo modo, influencie novas oportunidades de trabalho em local próximo da realidade desses jovens da zona rural de Assú, até mesmo no estado do Rio Grande do Norte, fazendo com que esses e outros movimentos migratórios de trabalho e manipulação da realidade dos jovens, sejam moderados para um processo de trabalho digno e respeitoso próximo a suas condições de vida.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Palavras-Chave: Migração pendular; Precarização do Trabalho; Energias Renováveis; Juventude rural; Assú/RN.

REFERÊNCIAS

Brasil quebra recorde de ampliação da energia solar em 2023. **Redação ANSA**. São Paulo, 2023. Disponível em: https://ansabrasil.com.br/brasil/noticias/agenda_verde/2023/09/19/brasil-quebra-recorde-de-ampliacao-da-energia-solar-em-2023_827f2a4b-e91c-4f96-bea8-fea12b5f13b2.html. Acesso em 12 de agosto de 2024.

FRANÇA, Shellem Yohana de Lima. **Migrações pendulares para trabalho**: uma análise a partir da cidade de Fernando Pedroza-RN. Universidade do Estado do Rio Grande do Norte. Açu/RN, 2023.

PLANAS, Oriol. **Energia solar, a energia do Sol**. Energia solar. 2023. Disponível em: Energia solar (solar-energia.net). Acesso em 13 de agosto de 2024.

OLIVEIRA, T. S.; BRUMES, K. R. Migrações e movimentos pendulares em cidades pequenas: uma análise da atração populacional para o município de Jandaia do Sul (PR). **Revista Produção Acadêmica** – Núcleo de Estudos Urbanos Regionais e Agrários/ NURBA.n.2, p. 52-65, dez. 2015. Disponível em: <https://tinyurl.com/yy2ztyg2>. Acesso em: 20/01/2023.



O OUTRO LADO DO DISCURSO HIGIENISTA: O COTIDIANO DOS MOCAMBEIROS DA CIDADE DO RECIFE (1935-1947)

Evelyn Guedes de Lima

Graduanda em Licenciatura em História, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). evelyn.guedes@ufrpe.br

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Professora Associada III, Departamento de História, Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). mariana.zerbone@ufrpe.br

Em meados da década de 1920, o Recife vira centro de um debate acerca das necessidades de modernização, baseadas em ideais europeus, que visavam uma melhor organização da cidade e tinham como propostas a higienização das áreas centrais da cidade.

A cidade que agora se modernizava, não deveria conter os antigos elementos que por muitos anos a caracterizaram, a modernidade estava chegando e as ruas e construções do Recife não cabiam neste “novo” que estava surgindo, com os seus modernos edifícios e abertura de vias.

O moderno e o higienismo ganhava cada vez mais espaço na cidade, e um dos mais atingidos nesta nova configuração foram as residências da parte mais carente da população: os mocambos. Os mocambos eram residências construídas de forma simples pelos seus próprios moradores, utilizando materiais de fácil acesso e construídos nas áreas de planície central do centro da cidade.

[...]assim vai o Recife crescendo com uma grande população marginal que vegeta nos seus mangues em habitações miseráveis do tipo dos mocambos. É que o Recife – a cidade dos rios, das pontes e das antigas residências palacianas, é também a cidade dos mocambos – das choças, dos casebres de barro batido a sopapo com telhados de capim, de palha e de folha-de-flandres. (Castro, 1948, p.73-74)

Por serem residências populares e construídas pelos mais carentes, por muitas vezes o mocambo era sinônimo de insalubridade e sendo a sua área a



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

“culpada” pela disseminação de doenças na cidade, como na pandemia da gripe espanhola no início do século XX.

A modernidade chega na cidade do Recife no início do século XX, com a abertura de vias e a destruição daquilo que caracterizava a cidade, como seus arcos. No entanto, será somente no período do Estado Novo (1937-1945), com o governo do interventor Agamenon Magalhães, que o discurso higienista irá atingir fortemente os mocambos, com o surgimento da Liga Social Contra os Mocambos (1939), uma política pública, que tinha como intuito principal a erradicação dessas moradias irregulares.

A interventoria utilizava de diversos discursos pautados no sentimento patriota, onde o combate ao mocambo aparece como um dever social, e, nesse sentido, os recifenses deveriam se unir em busca da limpeza da cidade, o que caracterizou os mocambos “o mal” daquela época. Nessa busca incessante pelo moderno e higienização da cidade, surge o aspecto principal que mobiliza a atual pesquisa: a não preocupação com os moradores dos mocambos, sendo essa a população mais carente da cidade, e as condições socioeconômicas em que estavam inseridos.

Essa pesquisa tem como objetivo principal fazer uma análise acerca dos mocambos combatidos pela Liga dentro do período de 1935 a 1947, com a finalidade de compreender onde estavam localizados em sua maioria, quais eram o perfil dos seus moradores e as suas dinâmicas cotidianas, para que seja possível compreender os impactos que esses sofreram ao serem retirados de suas residências no centro do Recife.

Mediante a já familiarização com o tema, para o desenvolvimento do presente trabalho foi utilizado o método qualitativo, que conta com uma revisão bibliográfica acerca da temática, bem como a análise de fontes iconográficas e periódicas. A leitura de autores que já trabalharam estas questões na Cidade do Recife, como Gilberto Freyre, Josué de Castro e Daniel Bezerra, proporcionam um entendimento basilar acerca dos mocambos, mocambeiros e seu modo de vida, além de proporcionar um panorama a nível estadual, que possibilitam compreender de onde surge determinados problemas envolvendo a desigualdade social, que condiciona e existência e permanência dos mocambos em determinadas regiões do Recife. Já as



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

fontes iconográficas e periódicas ajudam no que diz respeito a descrições envolvendo as moradias, sua localização, e algumas profissões as quais eram desenvolvidas pelos mocambeiros. Além disso, esse tipo de fonte proporciona a visualização não só do sujeito aqui abordado, mas também uma certa proximidade com a época analisada no artigo.

Encontra-se um campo vasto de informações que permitem o conhecimento sobre o cenário da cidade na referida época, assim como questões pontuais que dizem respeito ao modo de vida dos mocambeiros, suas ocupações, localização de algumas concentrações de mocambos, aspectos das regiões alagadiças e até mesmo a descrição de algumas moradias. Fora também possível encontrar questões atreladas ao processo de retirada dessa população das áreas centrais, e sua realocação em áreas mais afastadas, intuito principal do governo interventor.

É de extrema importância refletir sobre o passado, para que possamos buscar compreender algumas questões facilmente ainda encontradas no presente. Apesar de tratar de uma época um pouco distante, o cotidiano no Recife atual proporciona o contato com diversas questões socioespaciais tão estudadas e denunciadas de certa forma anteriormente, e que permanecem latentes até hoje, como por exemplo a desigualdade social, além da ocupação e produção espacial.

Palavras-chave: Mocambos, Recife, Desigualdade Social, Espaço Urbano.

REFERÊNCIAS

BERNARDES, Denis. **Recife: O caranguejo e o viaduto/** Denis Bernardes. - Recife: Ed. Universitária da UFPE, 1996.

BEZERRA, Daniel U. C. **Alagados, mocambos e mocambeiros.** Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais MEC. Imprensa Universitária, 1965.

CASTRO, J. **Fatores de localização da cidade do Recife:** um ensaio de geografia urbana. Imprensa Nacional, Rio de Janeiro, 1948.

CASTRO, J. **Um ensaio de Geografia Urbana:** a cidade do Recife. 1954.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome:** o dilema brasileiro : pão ou aço. Josué de Castro. — Rio de Janeiro : Edições Antares, 1984.

CASTRO, Josué de. **Homens e caranguejos.** São Paulo, Brasiliense. 1967.

CAVALCANTI, Geane B. **Comunidade e identidade:** a liga social contra o mocambo e a construção de um sentido de comunidade e identidade na periferia da cidade do Recife nas décadas de 1930 e 1940. *Escritas*, Vol. 7 n.2 (2015) ISSN 2238-7188. p. 215-229



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

FARIAS, Bruna. MONTALVÃO, Camila. PEREIRA, Evelyne. **Questão social e serviço social em Pernambuco nos anos 1940: a política contra os mocambos.** Artigo para o 16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais. Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019.

FREYRE, G. **Sobrados e Mocambos.** 3a ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.

Realização



Parceria



Apoio



Financiamento





POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A CRIAÇÃO DE ESPAÇOS INDUSTRIAIS E SUA INFLUÊNCIA NO DESENCADEAMENTO DAS DESIGUALDADES SOCIODEMOGRÁFICAS NO NORDESTE BRASILEIRO

Victor Ramon Soares

Graduando em licenciatura em geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – CERES.
victor.soares.706@ufrn.edu.br

Iapony Rodrigues Galvão

Docente do departamento de geografia, Universidade Federal do Rio Grande do Norte – CERES.
iapony.galvao@ufrn.br

O início da industrialização no Nordeste brasileiro remonta ao período colonial, quando a região era conhecida por suas atividades agrícolas, do tipo extrativista, sendo a primeira grande prática a produção canavieira, que tinha como finalidade a exportação para a Europa, com intermédio da Coroa Portuguesa (Rocha, 2011). Séculos depois a monocultura de cana-de-açúcar cedeu espaço para a pecuária, principal responsável pela expansão do povoamento no interior nordestino e pela prática de subsistência. Dessa forma, outras atividades destacaram-se, principalmente a partir do Século 19, como a cotonicultura, produção algodoeira (Rocha, 2011). Em meados do Século XX, o Brasil crescia rapidamente, expandindo suas áreas urbanas e industriais, principalmente na região Centro-Sul. Porém, esse rápido crescimento não apreciava regiões como o Nordeste, em que apresentava altos índices de pobreza e escancaramento da migração para os grandes centros urbanos da época. Com este cenário, a então região problema, como era caracterizado o Nordeste brasileiro, o então presidente Juscelino Kubitschek articulou a criação de projetos no intuito de discutir perspectivas e investimentos que conduzissem o

**REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS**

Universidade Federal Rural de Pernambuco

almejado desenvolvimento do Nordeste (Cássia, 2015). Diante disso, em 1959 é criada a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) que tinha por meio de políticas públicas incentivar que grandes empresas criassem plantas industriais e empreendimentos na região, com o intuito de gerar empregos e renda para a população local. Porém, esses investimentos não aconteceram da maneira que se esperava, uma vez que, uma vez que acabaram privilegiando o desenvolvimento industrial e produtivo como um todo nas grandes regiões metropolitanas, principalmente Fortaleza, Recife e Salvador (Cássia, 2015). Diante do exposto, formulou-se a seguinte questão de pesquisa: como as políticas públicas responsáveis pela criação de espaços industriais influenciam no desencadeamento de desigualdades socioeconômica no Nordeste brasileiro segundo a literatura científica? Nesse sentido, o presente estudo tem como objetivo analisar as políticas públicas de criação de espaços industriais e sua influência no desencadeamento de desigualdades sociodemográficas no Nordeste brasileiro. Este estudo consiste em uma revisão bibliográfica que tem como base as perspectivas teórico-conceituais de Cássia (2015) e Rocha (2011), e com isso, busca-se compreender as estratégias implementadas pelo Estado na criação de enclaves industriais na região nordeste do Brasil, e examinar os impactos dessas estratégias na dinâmica social, econômica e espacial. As buscas foram realizadas, no período de 19 de abril a 12 de maio 2024, nas seguintes bases de dados: Google Acadêmico e SciELO. Como resultados do trabalho, foram obtidos que as políticas públicas desempenham um papel crucial no desenvolvimento dos espaços industriais no Nordeste brasileiro, especialmente a partir da criação da SUDENE na década de 1950. Segundo Bitoun (2012), essa iniciativa buscou melhorar a infraestrutura da região e estimular a atividade industrial, promovendo a interligação do Nordeste com o restante do país por meio de estradas, telecomunicações e redes bancárias. A implementação de incentivos fiscais e a ampliação do acesso a crédito, especialmente com através do Banco do Nordeste do Brasil, foram fundamentais para atrair investimentos privados e expandir a fronteira industrial na região. Para Cássia (2015), tais políticas contribuíram para a criação de distritos industriais, como os distritos de Camaçari, Suape e Maracanaú, gerando emprego e renda, diversificando a base econômica do Nordeste. Entretanto, apesar



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

dos avanços econômicos, as políticas públicas podem ter contribuído para a ampliação das desigualdades socioeconômicas. A concentração de investimentos e benefícios em áreas metropolitanas, como Fortaleza, Recife e Salvador, resultou em um desenvolvimento desigual, onde as regiões mais afastadas continuam a ser negligenciadas, ou seja, o desenvolvimento de espaços, segundo Santos (2001), muitos luminosos frente a espaços extremamente opacos. Essa disparidade é evidenciada pela concentração de produtos, serviços e indústrias nas grandes cidades, enquanto o interior do Nordeste sobrevive, segundo Santos (2008), a partir do desenvolvimento de atividades econômicas de subsistência, onde existe a predominância da agricultura e o comércio e serviços ligados ao circuito inferior da economia urbana. Além disso, Oliveira (1981) produziu duras críticas a algumas dessas políticas, pois segundo o mesmo, a implementação destas políticas favoreceram elites locais e grandes empresas, reforçando estruturas econômicas e sociais preexistentes. Programas como o POLONORDESTE, embora destinados a modernizar o campo, acabaram beneficiando principalmente grandes corporações agroindustriais, exacerbando a concentração fundiária e a marginalização dos pequenos produtores. Isso resultou no agravamento das desigualdades e na intensificação da migração para as áreas urbanas, o que contribuiu para o crescimento desordenado e para a precarização das condições de vida nas cidades maiores. Diante do exposto, fica evidente que as políticas públicas exercem um papel crucial na criação de espaços industriais e, ao mesmo tempo, podem desencadear desigualdades sociodemográficas no Nordeste brasileiro. A implantação de indústrias na região trouxe avanços significativos para a economia, como o aumento da geração de empregos, o crescimento da renda e a melhoria da infraestrutura. No entanto, é necessário reconhecer que essas mesmas políticas podem ter contribuído para a ampliação das disparidades regionais. A concentração de investimentos e benefícios em determinadas áreas, aliada à falta de acesso igualitário a oportunidades, pode perpetuar as desigualdades socioeconômicas na região.

Palavras-chave: Políticas públicas; Espaços industriais; Desenvolvimento regional; Desigualdades social;



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

REFERÊNCIAS

BITOUN, Jan. **Nordeste: dimensões locais e regionais nas estratégias de desenvolvimento**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2012.

CÁSSIA, Rita de (2015). **Políticas públicas no Nordeste do Brasil: a produção de enclaves e de desigualdades socioespaciais**. (GOT), n.º 8 (dezembro). Centro de Estudos de Geografia e Ordenamento do Território, p. 11-31.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste, Planejamento e Conflitos de Classes**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

ROCHA, Aristotelina Pereira Barreto. **Geografia do Nordeste**, 2. ed, Natal: EDUFRN, 2011, p.207-307.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do Século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 471p.

SANTOS, Milton. Dois Processos de Industrialização e os Dois Subistemas Urbanos. *In*: SANTOS, Milton. **O Espaço Dividido: Os Dois Circuitos da Economia Urbana dos Países Subdesenvolvidos / Milton Santos: tradução Myrna T. Rego Viana - 2. ed. - São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.**



OS MOVIMENTOS DE BAIRRO COMO UMA FORMA DE FORTALECIMENTO DO LUGAR: O BAIRRO DA VÁRZEA EM RECIFE

Camilla Aryana da Silva Monte

Doutoranda em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

Julio César Felix da Silva

Professor do IFAL e Doutorando em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE

Mariana Zerbone Alves de Albuquerque

Docente da UFRPE e Doutora em Geografia pela USP

Edvania Torres Aguiar Gomes

Docente da UFPE e Doutora em Geografia pela USP

O bairro da Várzea, localizado ao extremo oeste da cidade do Recife, tem o seu rico passado histórico canavieiro encravado em suas ruas e residências que nos remetem aos séculos passados, mantendo até os dias atuais no imaginário daquele que visita o bairro a sua paisagem e características singulares do período de outrora. Por ser um bairro histórico e com grande riqueza paisagística, observa-se a presença de diferentes temporalidades no espaço, com residências palacianas e protegidas pelo poder público municipal, além de prevalecer na região a presença de casas de pequeno e médio porte, destoando de outros bairros da cidade onde ocorre a predominância de edifícios. Essa singularidade do bairro realiza no visitante (a depender de qual local visita) uma espécie de visita ao passado, em um tempo que já não existe mais. Tal característica genuína do bairro é fortalecida pela presença do verde ao seu redor, a mata que leva o seu nome o circunda quase que por completo e torna-o do ponto de vista climático aprazível. Como resultado de ser um bairro com singularidades perante a comparação com outros bairros da cidade, observa-se um uso mais expressivo de suas ruas e praças, por meio da apropriação do espaço urbano pelos moradores e transeuntes que utilizam aquele espaço como via, trabalho

**REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS**

Universidade Federal Rural de Pernambuco

e lazer. Nesse híbrido de formas espaciais que caracterizam o bairro da Várzea, existem persistências/continuidades, o novo se justapõem ao velho, mas não o modifica totalmente, apenas parcialmente, todavia esses aspectos se encontram ameaçados frente à lógica capitalista de produção do espaço urbano, pois a cidade foi convertida em um setor econômico de muita importância para a reprodução capitalista, que na busca incessante pela acumulação procura reinventar os novos espaços por meio do processo de destruição/reconstrução dos espaços urbanos, mesmo que custe a descaracterização do bairro ou ainda a expulsão da comunidade. Em meio a esse contexto, existem diferentes movimentos que se encontram no bairro. Para este trabalho, busca-se elencar dois: Movimento Salve o Casarão da Várzea e o espaço da República Independente da Várzea, sendo o objetivo dessa pesquisa compreender como o movimento de bairro pode contribuir para o fortalecimento do aspecto do lugar dentre os seus moradores. Para tanto, sob o prisma metodológico, no primeiro momento o estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa bibliográfica, a partir da consulta de sites, artigos e livros que versam sobre o lugar, a cidade, o bairro da Várzea e sobre os movimentos Salve o Casarão da Várzea e República Independente da Várzea, com a finalidade de obter entendimentos do ponto de vista teórico-conceitual e realizar a análise da dimensão desses movimentos sociais, as suas principais causas e reivindicações para a melhoria da vida no bairro. No segundo momento, foi realizada uma pesquisa de campo, por meio de uma visita aos núcleos dos movimentos sociais supramencionados, pois o contato com essas organizações fortaleceu o entendimento acerca da ideia e significado de pertencimento ao bairro da Várzea. O bairro da Várzea tem grandes dimensões e características genuínas que são expressas nos objetos fixos e em seus territórios flexíveis, que consistem em territorialidades a partir de diferentes usos do mesmo espaço, denominadas por Souza (2012), de territórios cíclicos ou móveis, com base no entendimento de que o território é o resultado de relações sociais que se materializam no espaço concreto, nas formas espaciais, com alternâncias habituais de uso diurno e noturno, com maior ou menor mobilidade, com limites instáveis e com um tempo de apropriação indeterminado. Nesta perspectiva, podemos citar como exemplo o espaço da Praça da Várzea que, a depender do período do ano, tem diferentes usos e intencionalidades, a exemplo do



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

período do Carnaval, onde o espaço é utilizado para a montagem de palco e a realização de shows gratuitos. Além disto, observa-se no bairro a presença de diferentes tipos de comércio, serviços e equipamentos públicos de atendimento aos seus habitantes, como a presença de escolas, farmácias, restaurantes, supermercados, unidades de saúde, universidade, museus, fábricas, entre outros. Essa heterogeneidade presente no espaço do bairro é mais um diferencial, visto que não é possível encontrar essa configuração de serviços em outros bairros recifenses. Além do seu aspecto funcional, o bairro também tem o seu valor simbólico, pois é a partir dele que o habitante tem o contato mais próximo da cidade, convivendo com as potencialidades que o urbano carrega consigo, mas também com as problemáticas oriundas das transformações da cidade por meio da urbanização. Por fim, também é no bairro que o então apenas morador do bairro torna-se um agente social do seu espaço, pois, é na escala do bairro que ocorre a apropriação da cidade pelos moradores, no aspecto do lugar. A apropriação acontece e é estabelecida nas proximidades do habitante, nas ruas, nas praças, na sua área de convívio e passagem. Serão nesses espaços mais próximos ao morador que será criado o vínculo de pertencimento, mediante as práticas exercidas no cotidiano. “O lugar se refere de forma indissociável ao vivido, ao plano do imediato. E é o que pode ser apropriado pelo corpo” (Carlos, 2007, p. 19). Destarte, o conceito de lugar está relacionado à realidade de escala local, podendo ser entendido, como a parte do espaço geográfico, efetivamente apropriada para a vida, onde se desembocam as atividades cotidianas. Para Santos (2012), no estudo do lugar, cabe ao geógrafo considerar os seus limites territoriais, a proximidade física entre as pessoas e a sociabilidade entre elas em sua totalidade. Considerar o lugar em sua totalidade social, conforme Carlos (2007), é tê-lo como o lugar da base da reprodução da vida, é o mundo do vivido, onde se produz a existência social dos seres humanos, e analisá-lo enquanto a tríade: habitante – identidade – lugar. O lugar reúne um conteúdo material histórico e formas de viver e pensar dos grupos sociais que os constituem, isto é, os seus comportamentos, a identidade, as memórias, os ritmos, dentre outros aspectos que o tornam único. Nesta senda, buscando fortificar o apreço pelo lugar, surgem os movimentos de bairro. No bairro da Várzea existem diferentes movimentos



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

e com diferentes intencionalidades, como moradia, justiça ambiental, melhorias no bairro em geral e a sua exaltação mediante as suas singularidades, como ocorre com os dois movimentos abordados neste trabalho: Movimento Salve o Casarão da Várzea e a República Independente da Várzea. O Movimento Salve o Casarão da Várzea surgiu em 2016 e tem como objetivo a restauração do antigo Hospital Magitot, o primeiro hospital odontológico da América Latina, que existiu no bairro em 1944 até a década de 1980, quando encerrou suas funções. Atualmente o casarão é um Imóvel Especial de Preservação (IEP), no entanto, no presente, o casario encontra-se abandonado, em ruínas e sendo utilizado para o consumo de drogas e “banheiro público”. O Movimento busca a revitalização do casarão para que nele seja construído o Mercado Público Cultural Viva Várzea. Para tal, desde a constituição do movimento são realizados mutirões de limpeza no casarão e eventos nas proximidades, na busca por exaltá-lo, aumentar a dimensão do movimento e atrair maior número de simpatizantes da causa. O projeto de construção do mercado público é de participação popular, com reunião dos moradores do bairro e simpatizantes do movimento, na busca por conseguir construir o empreendimento que possa suprir a necessidade de um mercado para o bairro e também atender aos interesses da comunidade, com um espaço cultural de convívio entre os moradores. A República Independente da Várzea (RIV) é um espaço que tem como ponto de referência o bar de nome homônimo, vizinho ao casarão da Várzea. Por conta de sua proximidade com o casarão e com o intuito semelhante de exaltar a Várzea e as suas singularidades. A RIV organiza diversos eventos na rua da feira, onde ocorrem rodas de debate sobre temas da atualidade, shows gratuitos, atrações para crianças, viradas culturais e etc., na busca por cada vez mais elevar o bairro dentro da cidade do Recife. Em uma tentativa de dar uma maior dimensão para a Várzea, surge em 2023 a cerveja “CDU-Várzea” da Cervejaria Capunga, mesmo nome do ônibus que tinha terminal no bairro e como destino final o centro, transitando por diversas localidades do bairro. O surgimento da cerveja traz à tona mais uma exaltação do bairro, agora não mais dentro do bairro, mas se expandindo para outras localidades da cidade, levando a Várzea para fora do seu perímetro urbano recifense. No entanto, é importante evidenciar que ocorre uma concentração desses movimentos na região da gênese do bairro e que, por estarem



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

localizados em sua área central, podem não se expandir para todo o espaço do bairro, se concentrando nas proximidades da praça da Várzea. Por conta de suas dimensões, o bairro não tem apenas uma configuração única, mas vários aspectos que o caracterizam. Em algumas localidades, encontram-se comunidades carentes com residências construídas de material de baixo custo nas proximidades do rio, sujeitas às cheias do rio ou em áreas de encostas suscetíveis a deslizamento de terra. A dimensão do bairro e os diferentes processos de formação que se sucederam em seu espaço geram diferentes problemáticas e criam diferentes imagens do bairro, que pode ser aprazível e nostálgico, mas também vulnerável e repulsivo, surgindo o questionamento: de qual Várzea estamos falando? O Movimento Salve o Casarão da Várzea e a República Independente da Várzea são movimentos que mediante as suas intencionalidades fortificam os laços dos moradores no espaço a partir da categoria do lugar, consolidando o apeço pelo bairro nas suas relações cotidianas, no entanto, mesmo com a sua relevância, esses movimentos não estão presentes em toda a extensão do bairro, mas em apenas uma localidade, podendo vir a criar uma imagem do bairro que se difere da sua configuração no todo.

Palavras-chave: Movimentos de bairro; Bairro da Várzea; Lugar.

REFERÊNCIAS

ANTÔNIO, SILVA. Salve o Casarão da Várzea. **Vitruvius**, Recife, 17 set. 2017. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/17.198/6389>. Acesso em: 12 set. 2024.

CARLOS, Ana Fani. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012.

SOUZA, Marcelo Lopes. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias, GOMES, Paulo César da Costa, CORRÊA, Roberto Lobato (Orgs.). **Geografia**: conceitos e temas. 15. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.



A AGRICULTURA FAMILIAR E COMÉRCIO LOCAL: O PAPEL DAS FEIRAS LIVRES EM SANTANA DO MATOS/RN

Maria Loiza Alves Felipe

Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia pela UERN/CAA, marialoiza@alu.uern.br

Gennefyr Mabel da Cunha da Silva

Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia pela UERN/CAA, gennefymabel@alu.uern.br

Lucas Victorio Albuquerque

Graduando do curso de Licenciatura em Geografia pela UERN/CAA, lucasvictorio@alu.uern.br

Maria Nicolly Fernandes de Assis

Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia pela UERN/CAA, marianicolly@alu.uern.br

INTRODUÇÃO

A agricultura familiar surge do desenvolvimento de pequenas propriedades rurais formadas por famílias agricultoras, sendo responsável grande parte dos empregos no campo. No Brasil, segundo a EMBRAPA (2006), a agricultura familiar ocupa 80,9 milhões de hectares. Globalmente, mais de 80% dos alimentos são produzidos por propriedades familiares, de acordo com a ONU (2022).

Esta proposta de trabalho teve como propósito evidenciar o papel das feiras livres no município em questão e no estado, bem como o desenvolvimento do comércio local e seu papel no suporte às feiras livres. O objetivo geral deste trabalho é analisar o papel das feiras livres no município de Santana dos Matos, Rio Grande do Norte, e sua importância para o desenvolvimento da agricultura familiar, destacando o impacto na economia local e intra regional.

Desta forma, inicialmente entendemos que a agricultura familiar se apresenta em um cenário de resistência ao processo de globalização do mercado e do agronegócio, que vem atingindo, por um longo tempo, as produções de pequenos e médios produtores nos setores agrícolas e da fruticultura. Um dos objetivos específicos do trabalho é identificar os principais desafios enfrentados pelos pequenos



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

120

e médios produtores na comercialização de seus produtos nas feiras livres. Os inúmeros desafios que esses produtores enfrentam na comercialização de seus produtos são revertidos através das feiras livres, onde estes encontram as condições necessárias para sua subsistência e resistem às pressões da competitividade das grandes empresas.

Neste sentido, nota-se que as feiras livres apresentam um papel fundamental no desenvolvimento da economia de pequenos produtores locais e regionais, por meio da comercialização de produtos in natura (frutas, legumes e hortaliças), artesanato, entre outros. Outro elemento importante a destacar é a associação do médio e pequeno produtor, que dialogam e contribuem no processo de comercialização de seus produtos, além de garantir uma rede de apoio que gera canais de acesso aos produtos entre diversas localidades.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho foi estruturada com base em uma abordagem que envolve tanto a pesquisa de campo quanto a pesquisa bibliográfica. Inicialmente, foi realizada uma pesquisa de campo na feira livre de Santana do Matos/RN, onde se aplicou um questionário destinado a coletar dados que destacam a relevância do papel das feiras para comercialização e subsistência dos agricultores familiares, além disto, foram realizadas entrevistas com comerciantes locais, focando em compreender a dinâmica de uma "rede de apoio" entre os produtores da região.

REFERENCIAL TEÓRICO

As feiras livres são um campo rico em diversidade cultural e repleta de contexto social e histórico. Para a geografia, analisar as relações espaciais nas quais as feiras livres exercem nos espaços em que se encontram, é uma tarefa teórica importante para se compreender entre outros elementos do espaço geográfico. Com isso, torna-se necessário, pensarmos o contexto em que a agricultura se constrói a partir da necessidade de subsistência, e transforma para além de seu propósito.

Conforme a lei de nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a agricultura familiar é amparada pelo estabelecimento de diretrizes, conceitos e instrumentos que auxiliam para a formulação da “Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais” (Brasil, 2006).



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

Segundo Carvalho e Grossi (2009), em diálogo com Chiarello, Orłowski, Wackulicz (2008), temos que:

A agricultura familiar tem como objetivo em seu sistema de produção a diversificação de cultura que permite aos produtores produção de alimentos e renda os doze meses do ano. Esse segmento de produção é significativo devido a sua função ambiental, econômica e social. Ambientalmente, a maneira de utilização da terra pode ter efeitos positivos ou nocivos ao meio ambiente; referente os aspectos econômicos, a agricultura familiar atua como uma atividade de sobrevivência das famílias, sendo fonte de trabalho e renda, com relação ao quesito social ela pode certificar a melhoria na qualidade de vida das pessoas (Carvalho; Grossi, 2009, p. 299 *apud* Chiarello, Orłowski, Wackulicz, 2008).

De acordo com o trabalho de Azevedo e Nunes (2013), em diálogo sobre o papel das Feiras da Agricultura Familiar no RN, é possível notar como durante um longo processo de construção social que a agricultura na qual iniciou sobre atividades de subsistência, visando à sobrevivência e ao sustento das comunidades locais, manteve suas raízes na produção em pequena escala, com foco na sustentabilidade e na preservação dos recursos naturais. Ao longo do tempo, enquanto algumas práticas evoluíram para atender às demandas de mercados globais, a agricultura familiar continua a desempenhar um papel crucial na segurança alimentar, na valorização da cultura local e na manutenção das economias regionais, especialmente em contextos como o das feiras livres.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Neste contexto, podemos observar como o papel integrador das feiras livres dentro deste cooperativismo regional em que a agricultura familiar junto com o comércio local é capaz de gerar, partimos do ponto, em analisar como se desenvolve esse processo por meio da relação entre produtores e os consumidores das feiras como observamos na pesquisa de campo. Neste contexto, a integração regional-local, os dados, evidenciam uma mobilização entre agricultores, que realizam suas atividades em outros municípios.

Foi observado em campo que grande parte dos agricultores que participam da feira livre em Santana do Matos percorre entre 50 e 100 km para comercializar seus produtos, já que pertencem a outros municípios. Essa integração entre os municípios



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

ocorre por meio de diversos tipos de transporte, incluindo transportes próprios, rodoviárias, transportadoras, carroças, entre outros. De acordo com os dados levantados, muitos desses produtores atuam nas feiras livres há, em média, 12 anos. Os produtos comercializados são, em sua maioria, frutas e legumes provenientes da agricultura familiar, tanto para consumo quanto para revenda. No entanto, destacam-se também produtos de artesanato, vestuário, cosméticos e itens processados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, foi observado o papel integrador das atividades de comércio local por meio das feiras livres, que tem como principal agente atuante, os agricultores familiares e autônomos artesãos. Com base na pesquisa realizada, entendemos o papel fundamental para a economia regional das feiras livres, que tem o potencial de associar o pequeno e o médio agricultor, trazendo uma contribuição significativa para a economia e a sociedade em que estão inseridos.

Sendo assim, a relação apresentada neste trabalho, entre o comércio local e as feiras livres demonstra que esse processo é fundamental para assegurar a possibilidade de criação da segurança alimentar de muitas famílias, em comunhão com o ambiente e as relações culturais regionais. Alcançou uma resposta importante que evidencia a luta diária desses trabalhadores do setor da agricultura familiar, entre uma rede de apoio e cooperativismo, para a da pesquisa geográfica, a construção deste debate se mostra essencial, no desenvolvimento e construção de um pensamento crítico sobre tal temática.

Palavras-chave: Comércio local; Agricultura familiar; Feiras livres, Santana dos Matos/RN.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Melina B. A.; NUNES, Emanuel Márcio. **Feiras Da Agricultura Familiar: Um Estudo Na Rede Xique-Xique Nos Territórios Açú-Mossoró E Sertão Do Apodi (RN)**. Pau dos Ferros: GeoTemas, v 3, n. 2(3), p. 59-74, jul./dez., 2013.

BRASIL. lei de nº 11.326, de 24 de julho de 2006. **Lei da Agricultura Familiar (2006)**. Publicação Original [Diário Oficial da União de 25/07/2006] (p. 1, col. 2). Disponível em: [https://legis.senado.leg.br/norma/572111#:~:text=Estabelece%20as%20diretrizes%20para%20a,Familiar%20e%20Empreendimentos%20Familiares%20Rurais.&text=AUTOR%3A%20DEPUTADO%20ASIS%20MIGUEL%20DO,PT%2FPR\)%20%2D%20PL](https://legis.senado.leg.br/norma/572111#:~:text=Estabelece%20as%20diretrizes%20para%20a,Familiar%20e%20Empreendimentos%20Familiares%20Rurais.&text=AUTOR%3A%20DEPUTADO%20ASIS%20MIGUEL%20DO,PT%2FPR)%20%2D%20PL). Acesso: 05/2024.

CARVALHO, F. F.; GROSSI, S. F. A importância das feiras livres e seus impactos na agricultura familiar. **Interface Tecnológica** - v. 16 n. 2 (2019).



22 out a
25 out
2024

REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco



EMBRAPA. Agricultura familiar. Disponível em: Sobre o tema - Portal Embrapa Acesso: 16/2024.

Organização das Nações Unidas (ONU). **Agricultura familiar**. Disponível em: <https://lacosdoagro.com/agricultura-familiar-no-brasil/>. Acesso: 16/2024.

Realização



Parceria



Apoio



Financiamento





EIXO 3

Risco e vulnerabilidade socioambiental nos múltiplos territórios

RESUMOS SIMPLES



COMUNIDADE INDÍGENA TREMembÉ DO ENGENHO: LUTA PELO DIREITO À TERRA E A IDENTIDADE

Jackson Antonio Lopes da Silva

Graduando, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE).
jackson.lopes@ufpe.br

O presente resumo tem como objeto de estudo o território da Comunidade Indígena Tremembé do Engenho, localizada no município de São José de Ribamar, Maranhão. O objetivo desta pesquisa é analisar a resiliência da comunidade Tremembé do Engenho frente às ameaças do modelo econômico capitalista ao seu território. A comunidade enfrenta pressões decorrentes da expansão urbana, uma vez que seu território não é formalmente reconhecido como indígena. Como resultado, empreendimentos residenciais e industriais têm avançado sobre a região de proteção indígena, levando à perda de território e afetando a preservação cultural e ambiental da comunidade. Segundo Cavalcante et al., (2019), embora a legislação que garante os direitos dos povos indígenas esteja formalmente estabelecida, na prática, ela não proporciona a proteção necessária para esses territórios. Nesse sentido, as comunidades indígenas continuam enfrentando ameaças e violações relacionadas ao seu território. Giacometti e Floriani (2022), discorrem que a estrutura capitalista promove conflitos socioambientais em territórios indígenas devido aos bens naturais preservados em sua espacialidade. Segundo Coelho (2019), o território Tremembé tem sido historicamente alvo de várias práticas ilegais, como grilagem de terras, loteamentos não autorizados e venda irregular de terrenos, além de violência contra os moradores indígenas. Para Diegues (1994), a resiliência das comunidades tradicionais atua como um meio de resistência ao avanço dos métodos capitalistas nos ecossistemas naturais. Como ação metodológica esta pesquisa utiliza o NDVI e o NDRE (Índices de Desenvolvimento de Vegetação Normalizada). Os índices permitiram coletar dados obtidos por sensoriamento remoto, a qual serviram para mapear a cobertura vegetal do Território Indígena Tremembé, e em seu entorno. No Resultados e discussões será realizado um comparativo dos espaços preservados pelo Território Indígena com os territórios alterados artificialmente. Os resultados obtidos mostram que as áreas com maiores índices de biomassa vegetal estão localizadas dentro do território da comunidade indígena. Em contraste, as áreas com baixos índices de biomassa vegetal estão relacionadas aos empreendimentos urbanos, o que evidencia a degradação ambiental resultante da expansão urbana. A perda de biodiversidade do ecossistema do território Tremembé se configura como um ataque à etnicidade do povo Tremembé do Engenho. Culturalmente, a natureza representa para os indígenas muito mais do que um meio de subsistência. Representa o suporte da vida social e está diretamente ligada aos sistemas de crenças e conhecimentos, além de uma relação histórica (Souza et al., 2015, p. 88). A conclusão desta pesquisa destaca a resiliência do povo Tremembé do Engenho na defesa de



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

seu patrimônio material e imaterial, que está sob ameaça devido a um sistema dominante orientado para a exploração intensiva dos bens naturais e culturais.

Palavras-Chaves: Comunidade Indígena; Conflitos Socioambientais; Etnicidade; Preservação.

REFERÊNCIAS

CAVALCANTE, C. LEITÃO, R. OLIVEIRA, R. DANTAS, F. **Povos Indígenas e Direitos Humanos: Luta por Reconhecimento.** Direitos Fundamentais & Justiça | Belo Horizonte, ano 16, n. 46, p. 205-221, jan./jun. 2022

COELHO, E. **“NÓS SOMOS UMA RESISTÊNCIA, NÃO SÓ NO BRASIL, MAS NO MUNDO”:** a luta dos Tremembé do Engenho. Anais. IX Jornada Internacional de Políticas Públicas. Universidade Federal do Maranhão (UEMA), 2019.

DIEGUES, A. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** NUPAUB, São Paulo, 1994.

GIACOMETTI, R. FLORIANI, D. **Conflitos Socioambientais e Disputas sobre Terras Indígenas.** Sociologia: Relações, Interações e Culturas. Conhecimento Livre, Piracanjuba- GO, cap 2, p. 15-39, 2022.

SOUZA, A. LIMA, A. MELLO, M. OLIVEIRA, E. **A relação dos Indígenas com a Natureza como Contribuição à Sustentabilidade Ambiental: Uma Revisão de Literatura.** Revista Destaques Acadêmicos, Vol. 7, N. 2, 2015 - CCHS/UNIVATES.



EIXO 3

Risco e vulnerabilidade socioambiental nos múltiplos territórios

RESUMOS EXPANDIDOS



URBANIZAÇÃO, PERIFERIZAÇÃO E POBREZA NA CIDADE DO ASSÚ/RN: UM OLHAR VOLTADO AO TERRITÓRIO

Vitória Rodrigues Antunes

Discente pela universidade estadual do Rio Grande do Norte – UERN. rodriguesantunes@alu.uern.br

Gizelly Bárbara Nascimento Costa

Discente pela universidade estadual do Rio Grande do Norte – UERN. gizellybarbara@alu.uern.br

Maria Clara dos Santos Gonzaga

Discente pela universidade do estado do Rio Grande do Norte – UERN. clarinhasantuos@gmail.com

INTRODUÇÃO

O crescimento urbano da cidade de Assú/RN passou por diversas transformações estruturais que permitiram o surgimento de áreas periféricas ao redor do centro comercial e residencial. Diante disso, o centro urbano de Assú modificou-se de maneira significativa, tanto na parte econômica quanto na social, refletindo todo o processo de organização. Em Assú, no Rio Grande do Norte, também é notória a presença de desigualdades e exclusão, sendo estes componentes responsáveis por influenciar a morfologia das cidades. Com a chegada dessa população, também surgiram várias problemáticas, como a desestruturação dos centros comerciais, o que possibilitou o surgimento da periferização.

Estas áreas periféricas são denominadas favelas, comunidades, entre outros tipos de dominação, que apresentam condições de insalubridade para a sobrevivência e outros tipos de situações precárias de moradia. Assim, a própria população local começou a construir desordenadamente e a se aglomerar nessas áreas. Diante disso, observa-se a problemática de estudar esses processos, que ocorrem diante de nossos olhos, mas muitas vezes estão camuflados, ou nós mesmos optamos por ignorá-los. No entanto, é fundamental observarmos a importância do estudo e a relevância deste trabalho, pois tende a tencionar questões que auxiliam no desenvolvimento de discussões teóricas. O surgimento das periferias ocorre geralmente em torno de



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

centros comerciais, e em Assú/RN não foi diferente. A cidade desenvolveu-se ao redor da praça da Igreja Católica Matriz, onde está situado o quadrante central da cidade; todo o comércio concentrava-se ao redor da igreja. O surgimento de áreas periféricas na cidade aconteceu de forma rápida e desordenada, impulsionado pelas desigualdades sociais, políticas e econômicas. Diante do contexto apresentado, o objetivo geral deste trabalho é analisar o processo de urbanização e periferização da cidade, bem como suas implicações no fenômeno de precarização territorial. A metodologia foi desenvolvida da seguinte forma: pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, partindo dos conceitos de território, urbanização, periferização e pobreza, que vêm sendo debatidos ao longo dos anos, sempre enfatizando "o olhar geográfico" desse processo na cidade de Assú/RN. "A periferia surge quando ocorre uma alta elevação no valor dos terrenos no centro da cidade, fazendo com que os moradores com menor poder aquisitivo busquem moradias com valores acessíveis, porém, em áreas distantes e desprovidas de infraestrutura" (SILVA, 2007). Partindo desse pressuposto, observa-se que, na cidade de Assú/RN, esse processo torna-se visível ao comparar o centro com as áreas de maior índice de vulnerabilidade social. A alta concentração de poder no centro da cidade, no que diz respeito aos comércios e à maior circulação de renda e fluxo de pessoas, leva à valorização dos terrenos e imóveis.

METODOLOGIA

Os procedimentos metodológicos para a obtenção dos resultados deste trabalho foram realizados por meio de levantamentos bibliográficos sobre autores que discutem o tema em análise, bem como os conceitos e temas abordados, analisando-os de forma metódica e por meio de fichamentos.

TERRITÓRIO E URBANIZAÇÃO

A urbanização é um processo recorrente que vem ocorrendo ao longo do tempo por diversos fatores sociais, econômicos e culturais, especialmente desde o século XIX. Esse fenômeno tem sido impulsionado pela migração do campo para a cidade e pelo advento da modernização agrária, que trouxe como consequência o deslocamento das pessoas da zona rural para a urbana, resultante do êxodo rural.



URBANIZAÇÃO NA DÉCADA DE 90

Na década de 1990, houve um aumento significativo no processo de urbanização, que atingiu cada lugar com intensidades diferentes. Todo esse processo é resultado de alterações no espaço, que, por consequência, geram a dispersão dos centros urbanos pelo território, o que provoca uma desaceleração no crescimento dos grandes centros comerciais. Com isso, também se observa o crescimento das áreas periféricas, devido à discrepância e fragmentação ocorridas no processo de urbanização, que divide esses espaços, muitas vezes negligenciados social e economicamente. Esse fenômeno torna-se ainda mais evidente quando se considera uma realidade mais próxima, como a cidade de Assú, localizada no oeste do Rio Grande do Norte. Assú é considerada uma cidade de médio porte que vem se expandindo com essa nova urbanização, especialmente no que se refere à ocupação espacial que ocorre nessas regiões. Todas essas mudanças, juntamente com as desigualdades sociais e econômicas que elas acarretam, resultam em pobreza, afetando indivíduos que enfrentam dificuldades e acabam em situações precárias. A desigualdade social ocorre devido à falta de políticas públicas, má distribuição de renda e condições de trabalho inadequadas. Essas questões de pobreza tornam-se ainda mais evidentes nas periferias, pois não são oferecidas a esses indivíduos as condições de acessibilidade necessárias para uma vida melhor, o que acaba gerando fome, desnutrição e decadência alimentar.

UM BREVE ENTENDIMENTO SOBRE A ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DE ASSÚ/RN

Esses diversos acontecimentos estão relacionados às mais variadas formas de organização do espaço territorial, que se modificam de acordo com a sociedade e as relações de poder econômico exercidas. Essas mudanças ocorrem ao longo das fases históricas da cidade. Assú teve sua formação reconhecida por aspectos específicos e, na metade do século XIX, conquistou sua emancipação política em 1845, o que lhe concedeu certa autonomia, permitindo-lhe interagir de diversas maneiras com o país. Vale ressaltar que Assú possui importância e relevância nas esferas sociais, econômicas e políticas. Um exemplo disso é a produção de carnaúba, que, no início



do século passado, teve grande destaque na região imediata de Assú, especialmente na própria cidade, sem perder suas particularidades.

ANALISANDO A POBREZA EM ASSÚ/RN

“A pobreza é um fenômeno de múltiplas dimensões, sendo diagnosticada não somente do ponto de vista da renda, mas também pela exclusão ao acesso à saúde, à educação, à terra, à política, entre outros” (CARNEIRO, PEREIRA, p. 02). Dessa forma, observamos que a pobreza é um processo político que pode se manifestar de diversa. formas em nosso cotidiano, seja pela ausência de políticas públicas que afetam a saúde, a educação e até mesmo o direito à terra. Os autores destacam que a pobreza é um fenômeno de fragmentação econômico-social e geográfica, pois ela tende a se reproduzir como um "ciclo vicioso" (CARNEIRO, PEREIRA, p. 02). Isso significa que essa fragmentação provoca a reprodução contínua da pobreza, intensificando as desigualdades sociais e, assim, recriando-se diariamente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os processos que ocorrem para a formação desses centros comerciais urbanos são bastante complexos. Este breve resumo apresenta um apanhado de informações sobre o processo de urbanização e periferização de forma sintética, abordando questões como política, economia e sociedade, mas sempre com maior aprofundamento no que se refere à Geografia. Partindo desse entendimento, observamos que, ao longo do tempo, conquista-se autonomia e poder nesse território. Como consequência, aumenta a desigualdade e a má distribuição econômica, o que propicia a criação de áreas afastadas do centro comercial, desprovidas de direitos básicos, como saúde, educação e segurança. Vale salientar que não é apenas por se localizarem distantes do centro que são consideradas áreas periféricas, mas sim pelo fato de haver uma fragmentação territorial e social dentro da própria cidade, o que caracteriza não só Assú, mas o Brasil como um todo.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, P. A. S.; PEREIRA, Mirlei Fachini Vicente. **Território da desigualdade: pobreza, fome e concentração fundiária no Brasil contemporâneo.** Geografia (Rio Claro. Impresso), Rio Claro, v. 30, p. 255-270, 2005.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco



SANTOS, M. A. Por uma geografia cidadã: por uma epistemologia da existência. **Boletim Paulista de Geografia**, n. 21, p. 7-14, 1996. SILVA, K. O. A periferização causada pela desigual urbanização brasileira. Revista Urutágua, Maringá, 2007.

Realização



Parceria



Apoio



Financiamento





A GÊNESE DO RISCO: À CRESCENTE DOS CENTROS LOGÍSTICOS NO BAIRRO DA MURIBECA, JABOATÃO DOS GUARARAPES – PE

Júlia Vitória Avelino Figueira

Graduanda em Licenciatura Geografia, Universidade Federal de Pernambuco(UFPE). julia.figueira@ufpe.br

As chuvas intensas que atingem a Região Metropolitana do Recife, especialmente o município de Jaboatão dos Guararapes, têm causado impactos severos nos últimos anos e revelam racismo ambiental que os moradores constantemente denunciam. Com a alta precipitação, deslizamentos de terra, alagamentos e enchentes se tornaram eventos recorrentes, afetando diretamente a população. Segundo o Brasil de Fato, em 2022, mais de 120 pessoas morreram em decorrência de desastres relacionados às chuvas em Pernambuco, sendo Jaboatão dos Guararapes um dos municípios mais atingidos, com 64 óbitos segundo. As enchentes e os deslizamentos de terra deixaram milhares de famílias desalojadas, e mais de 9 mil pessoas foram diretamente afetadas apenas no recorte em Jaboatão. Esses números evidenciam a vulnerabilidade dessas áreas, no bairro de Muribeca e ao redor, revela-se um agente determinante para o aumento das enchentes na área, a instalação sob aterramentos em área de várzea de empreendimentos logísticos que destaco os seguintes: Armazena 1 e 2, IGL Logística, CD Carrefour, BRC LOG- Pernambuco, Condomínio Logístico Monte dos Guararapes, Jataúba Terminal Logístico, Condomínio terminal logístico JMF, Solution Logistica, ALC Log Serviços e consultoria, Condomínio Industrial, Long Place, Atacamax, Condomínio Jataúba e CD Grupo Petrópolis. A partir disso, é possível ver o modo como a expansão dos empreendimentos de cunho logístico-industrial fundamenta a devastação provocada pelo capital sobre o ambiente natural desenrola-se a partir da narrativa de um processo abarrotado de contradições em nome “progresso” induzida pelas forças produtivas, assim, gerando invasões de territórios produzindo novos jogos de poder com crises sucessivas socioambientais



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

recaindo de forma desproporcional e atingido populações negras, pobres e periféricas afetadas por essa degradação ambiental, com isso, Muribeca guarda um processo contraditório importantíssimo para se desvendar. Sendo assim, o objetivo é refletir o racismo ambiental e a injustiça ambiental na região de Muribeca, abordando como a lógica destrutiva do capital e a expansão de condomínios dos centros logísticos agravam a vulnerabilidade socioambiental. A partir dessa análise, buscamos compreender de que maneira as dinâmicas de poder envolvidas e como se desenrola a produção do espaço dessa área, especialmente por meio de empreendimentos logísticos e industriais, que intensificam as desigualdades territoriais e expõem populações a riscos ambientais anunciados e articulados. O estudo também visa revelar as contradições desse modelo de desenvolvimento, que, em nome do progresso econômico provoca uma devastação ambiental significativa, reforçando um cenário de injustiça socioambiental dentro da periferia. No estudo feito deu-se sob a ótica de uma pesquisa bibliográfica, como momento fundamental do processo de pesquisa a necessária revisão bibliográfica que está permeando todo o percurso de estudo em paralelo à realização de trabalhos de campo, utilização de ferramentas da geotecnologia, o Google Earth Pro, para mostrar em comparativo a expansão dos negócios logísticos dos últimos 10 anos. Neste particular, dedicamos, para além de bibliografias, mais imediatamente conectadas ao meu objeto empírico, a partir da ritmanálise que, de acordo com Lefebvre, vai além da coleta de dados quantitativos; ela exige uma experiência sensível e qualitativa no cotidiano do espaço estudado. Por fim, procurando as principais abordagens conceituais dos autores que se interligam com as dinâmicas observadas em Muribeca. Autores indispensáveis para o aprofundamento da discussão conceitual sobre a produção do espaço na periferia urbana e consequente produção dos empreendimentos logísticos e suas implicações objetivas na ocorrência empírica. Destaco as contribuições de David Harvey, enquanto no trato das contradições do “progresso”, recorri a Michael Löwy e Rachel Zacarias. Nos pressupostos ao tratar de injustiça e racismo ambiental, por sua vez, encontram suas bases no pensamento de Selene Herculano. Em Muribeca, nota-se um movimento, uma crescente; era a territorialização de empreendimentos logísticos e, a mesmo, o aumento das inundações e a comunidade em situação de risco devido



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

aos aterramentos de grandes extensões no entorno do canal do Rio Jaboatão, e, inclusive, dentro dos cursos do mesmo. Razão disso era a lógica de circulação de mercadorias, em nome do progresso e da geração de emprego (Cavalcante, 2020). Harvey (2005) acrescenta que a permanente necessidade capitalista em implementar a circulação da produção acaba por promover ajustes espaciais, como a preservação de locais especiais e a destruição de outros. A partir daí, constata-se que essas práticas das iniciativas privadas não ocorrem por acaso, é algo sistêmico. Conforme Corrêa (1986), a periferia urbana tem sido objeto de práticas territoriais das classes dominantes. Com isso, um questionamento: por que essa área de estudo tornou-se atrativa para estes negócios? Além disso, devemos olhar os sujeitos que vivem nas periferias. O processo de degradação territorial acontece onde existem pessoas vulnerabilizadas ou compostas de população negra que sofrem através injustiças ambientais, assim, o território é invadido pelo capital e pela força produtivas atravessando todo o modo de vida, territorializações dos sujeitos, identidades ou até a vida como foi o caso das enchentes ocorridas em 2022 no município. Assim, Herculano (2008) destaca que o racismo ambiental é uma forma específica de injustiça ambiental que não afeta a todos de maneira uniforme, mas dirige grupos específicos. Ela menciona situações tradicionais, como ribeirinhos, extrativistas, geraizeiros, pescadores, pantaneiros, caiçaras, vazanteiros, ciganos, pomeranos, comunidades de terreiro e quilombolas, entre outros. Esses grupos enfrentam a invasão de construções que os deslocam de seus territórios e desestabilizam suas culturas. A autora observa que esse tipo de acometimento acontece também nos espaços urbanos, em relação às pessoas que residem em locais que são próximos das indústrias que poluem e dos espaços que são depósitos de despejo químico. No caso do bairro, como foi reprisado, esse movimento ocorre mediante aterramentos em área de várzea e canais do Rio. Assim, fica evidente como a relação capital e natureza é unilateral, de acordo com Zacarias (2009) Tudo isso vem demonstrando a lógica destrutiva do processo de acumulação do capital, um processo que destrói o trabalho, a natureza, a vida, ocasionando uma crise estrutural do capital. As intensas chuvas que impactam a Região Metropolitana do Recife, especialmente em Jaboatão dos Guararapes, evidenciam não apenas uma crise ambiental, mas um caso de racismo



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

ambiental que atinge de forma desproporcional às populações vulneráveis, predominantemente negras e periféricas. A expansão de empreendimentos logísticos em Muribeca, aliada à lógica do “progresso” econômico, resultou em manipulação territorial, retirada de matas ciliares e em desastres socioambientais, como as enchentes de 2022, que deslocaram milhares de famílias e desestruturaram casas. O estudo revela que essa realidade não é acidental, mas sim fruto de práticas sistemáticas que priorizam a acumulação de capital ao custo da vida e ao território dos grupos marginalizados. Assim, a análise das dinâmicas de poder e a interseção entre capital e natureza são fundamentais para entender as injustiças sociais e ambientais presentes na região, exigindo uma reflexão crítica.

Palavras-chave: Conflitos; Muribeca; Racismo Ambiental; Logístico-industrial.

REFERÊNCIAS

CORRÊA, Roberto Lobato. **A periferia urbana**. Geosul, v. 1, n. 2, p. 70-78, 1986.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

HERCULANO, Selene. **O clamor por justiça ambiental e contra o racismo ambiental**. INTERFACEHS: Revista de Gestão Integrada em Saúde do Trabalho e Meio Ambiente, v. 3, n. 1, jan.-abr. 2008.

LÖWY, Michael. **Ecologia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 2005.

LEFEBVRE, Henri. **Rhythmanalysis: space, time and everyday life**. New York: Bloomsbury Academic, 2013.

ZACARIAS, Rachel. A lógica destrutiva do processo de acumulação do capital e a destruição ambiental. **Praia Vermelha**, v. 19, n. 2, p. 1-170, jul.-dez. 2009.

Brasil de Fato. **Chuvas em Pernambuco: moradores de Jaboatão alertam sobre risco de deslizamentos há 30 anos**. 13 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2022/06/13/chuvas-em-pernambuco-moradores-de-jaboatao-alertam-sobre-risco-de-deslizamentos-ha-30-anos>.



PLANEJAMENTO URBANO NA CIDADE DE ASSÚ: UMA ANÁLISE A PARTIR DO SANEAMENTO BÁSICO

Vitória Rodrigues Antunes

Graduanda do curso de licenciatura em geografia pela UERN/CAA. rodriguesantunes@alu.uern.br

Gizelly Bárbara Nascimento Costa

Graduanda do curso de licenciatura em geografia pela UERN/CAA. gizellybarbara@alu.uern.br

Maria Clara dos Santos Gonzaga

Graduanda do curso de licenciatura em geografia pela UERN/CAA. claragonzaga@alu.uern.br

Zenis Bezerra Freire

Docente pela universidade do estado do Rio Grande do Norte. zenisbeserra@uern.br

INTRODUÇÃO

O planejamento urbano é uma atividade que se remete ao futuro, uma vez que busca prever a evolução dos processos, problemas e dificuldades gerados agora. Segundo Marcelo Lopes de Souza, o Planejamento urbano teria a missão de criar condições de sobrevivência do sistema a longo prazo – mesmo que fosse necessário em alguns momentos ir contra os interesses imediatos de alguns capitalistas ou mesmo de frações inteiras da classe capitalista. Com isso, podemos dizer que o planejamento urbano é de grande importância para organização e desenvolvimento da cidade pois visa a melhora das áreas urbanas que já existem e as que serão criadas posteriormente, pois servirão como base para melhorar a qualidade de vida dos moradores dessas cidades. A partir da ideia de planejamento urbano em sua perspectiva voltada ao futuro, visando propiciar melhor qualidade de vida, justiça social e ambiental e democratização das práticas de gestão, aborda o Plano de Saneamento Básico (PSB) da cidade de Assú/RN que será a base para a nossa análise. De acordo com a OMS (Organização Mundial de Saúde), “O Saneamento



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

básico é o controle de todos os fatores ambientais que podem exercer efeitos nocivos sobre o bem-estar físico, mental e social de cada indivíduo”. Desta forma, podemos dizer que o saneamento básico é essencial para as melhorias na qualidade de vida dos indivíduos dentro de uma sociedade. No entanto, quando sua implementação é feita de maneira errada ou mal articulada, pode gerar muitas consequências e problemas ambientais, sociais e econômicos.

METODOLOGIA

A metodologia desse trabalho consiste em fazer pesquisas bibliográficas para obter uma base mais concreta a respeito do tema abordado no ensaio, para que assim, possamos problematizar e dialogar a partir de tópicos no decorrer do texto, levantando questões sobre o porquê do saneamento básico na cidade de Assú é tão precário? Qual a importância do saneamento básico? Que consequências são trazidas por uma má implementação? Quais políticas públicas podem amenizar esses problemas? E qual o papel da população nesse contexto? Tais questionamentos são importantes para que possamos entender o porquê esse saneamento gera tantos riscos para o ambiente e para sociedade e buscar formas de melhorar e amenizar esses problemas.

REFERENCIAL TEÓRICO

Segundo Barros (1995) o saneamento básico é "conjunto de obras, equipamentos e serviços destinados ao abastecimento de água potável de uma comunidade para fins de consumo doméstico, serviços públicos, consumo industrial e outros usos". É fundamental que haja um sistema de saneamento básico para a manutenção da qualidade de vida dos sujeitos que vivem em uma região, através de serviços que a população tem direito que são assegurados pela lei nº 11.445/2007, tais serviços são o abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos e limpeza urbana, da constituição brasileira. Então, nota-se que o saneamento básico é imprescindível para que a população e o meio ambiente tenham saúde, tendo em vista que sem o tratamento da água inadequado, pode causar doenças e gerar aumento na mortalidade.

Marcelo Lopes de Souza, acredita que: "A reforma urbana, por outro lado, vai além de intervenções físicas no espaço. Ela representa uma transformação da



sociedade e do espaço, tendo por objetivos melhorar a qualidade de vida da população, elevar o nível de justiça social e democratizar as práticas de gestão e planejamento". Através disso, percebe-se o planejamento urbano de uma cidade deve pensar primeiramente no bem-estar dos sujeitos que ali irão viver, pensando nisso, o saneamento básico é uma política de saúde pública que não pode ser deixada de lado.

CONSEQUÊNCIAS DA MÁ IMPLEMENTAÇÃO DO SANEAMENTO BÁSICO

A maioria dos problemas sanitários que afetam a população mundial estão intrinsecamente relacionados com o meio ambiente. Um exemplo disso é a diarreia que, com mais de quatro bilhões de casos por ano, é uma das doenças que mais aflige a humanidade, já que causa 30% das mortes de crianças com menos de um ano de idade. Entre as causas dessa doença destacam-se as condições inadequadas de saneamento (GUIMARÃES, CARVALHO e SILVA, 2007). Sendo assim, a má implementação do saneamento básico em uma cidade, pode gerar muitos transtornos para os sujeitos que ali vivem. Não basta apenas ser implementado o saneamento básico, mas que essa ação do governo seja realmente efetiva nas cidades, para que todas as pessoas possam ter acesso a limpeza das ruas, o tratamento da água e esgoto deve alcançar a todos. Para Marcelo Lopes de Souza, o ambiente não pode ser reduzido ao “meio ambiente”, à natureza não humana. Ele não é meramente algo que “nos envolve”, um envoltório: o ambiente somos também nós, seres humanos, histórica e culturalmente situados. Trazendo para a perspectiva de Assú e de como o planejamento urbano interfere no ambiente, podemos ver que a implementação do saneamento básico não ocorreu da maneira que os cidadãos esperavam e nos deparamos constantemente com a falta de água em bairros específicos e as vezes até mesmo em toda a cidade, a coleta de lixo que muitas vezes é feita de maneira incorreta, alguns bairros há a presença de esgoto a céu aberto causando mal cheiro, acúmulo de resíduos, e a presença de insetos indesejáveis. Um exemplo resultante da má implementação desse saneamento básico pode ser refletido na rua Dr. Ernesto da Fonseca, localizada no bairro Dom Elizeu, fica por trás de estabelecimentos comerciais, mesmo assim possui um esgoto a céu aberto, que faz com que tenha odores fortes em toda a rua. Essas falhas podem ocasionar doenças nos sujeitos, pois



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

quando chove há um acúmulo de resíduos nas ruas, alagam as casas e o esgoto se espalha.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No decorrer desse trabalho observou-se que existe uma falha no sistema de saneamento básico da cidade de Assú, proveniente de diversos fatores, como: falha durante a elaboração do plano diretor do saneamento básico até chegar na má implementação do mesmo, também a falta de políticas públicas por parte tanto da prefeitura quanto da população da cidade, onde tal fato acaba agravando mais os problemas já existentes na estrutura. Ao observar essas falhas percebemos que essa debilidade e falta de investimento ocasiona problemas tanto no âmbito ambiental quanto no social da cidade em questão, ocasionando inúmeros problemas. Esse trabalho procura fazer apenas uma prévia discussão e analisar os problemas abordado gerando assim futuros trabalhos nessa área com novas visões e novas soluções.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eventualmente para que a cidade tenha um projeto de saneamento, é necessário que haja um plano diretor que rege a cidade, nele constam as necessidades das pessoas que vivem na zona urbana, onde contém as cláusulas que precisam ser seguidas para que essa política pública venha a ser efetiva, como por exemplo, no art.36 -1 (SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO, 2022), diz “que a prestação de serviço de esgoto é competência do município”. Na 4ª cláusula destaca que é necessário ter os equipamentos necessários para que haja a implementação nas áreas necessárias, estabelecido pelo poder executivo. Além do tratamento da água e esgoto, a cidade deve atender com os serviços de coleta do lixo domiciliar em todas as ruas da cidade, como consta no artigo 38 – do plano diretor da cidade de Assú. Não é apenas o saneamento básico que deve se tornar eficaz na cidade, mas também é necessária a conscientização da população sobre os seus deveres como cidadão.

REFERÊNCIAS

BARROS, R. T. V. *et al.* **Saneamento. Belo Horizonte**: Escola de Engenharia da UFMG, 1995. (Manual de saneamento e proteção ambiental para os municípios – volume 2).



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

DE SOUZA, M. L. **Ambientes e Territórios: Uma Introdução à Ecologia Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil Editora SA, 2019.

RIBEIRO, Julia Werneck; ROOKE, Juliana Maria Scoralick. **Saneamento básico e sua relação com o meio ambiente e a saúde pública**. 2010. Trabalho de conclusão de curso (Especialização em análise ambiental) - Universidade Federal de Juiz de fora, Juiz de fora, 2010.

SECRETARIA MUNICIPAL DO GOVERNO. Prefeitura Municipal do Assú. **Plano diretor do Assú**. Registro em: 19 set. 2022.

SOUZA, Marcelo Lopes. **Planejamento urbano e ativismos sociais**. [S. l.]: Unesp, 2004. 136 p. v. 1.



COMO INTERVENÇÕES PÚBLICAS ACENTUAM DESIGUALDADE: A PONTE ENGENHEIRO JAIME GUSMÃO E O DESLOCAMENTO DA COMUNIDADE VILA ESPERANÇA

Estevão Henrique dos Santos Macena Souza

Universidade Federal de Pernambuco
estevao.souza@ufpe.br

Filipe Nascimento Ferreira da Silva

Universidade Federal de Pernambuco
filipe.nfsilva@ufpe.br

Ilayra Gabriela da Silva Nunes

Universidade Federal de Pernambuco
ilayra.gabriela@ufpe.br

Camilla Aryana da Silva Monte

Universidade Federal de Pernambuco
camillamonte15@gmail.com

As pontes têm um papel fundamental na cidade do Recife, conhecida por sua geografia marcada por rios e canais. Elas conectam as várias ilhas e regiões da cidade, sendo essenciais para a mobilidade de seus habitantes. Historicamente, essas estruturas permitiram a expansão urbana, facilitando o fluxo de pessoas, mercadorias e serviços entre diferentes partes da cidade. Além de sua importância para o transporte, as pontes no Recife também possuem valor simbólico e cultural, sendo marcos arquitetônicos que integram a paisagem urbana e representam a conexão entre a tradição e a modernidade. Entretanto, a implantação dessas infraestruturas está ligada a alguma finalidade que pode se relacionar com o ganho social, de interesse de um segmento do mercado ou classe social. Isso porque o espaço urbano é construído e modificado por meio da articulação e do interesse dos agentes sociais que o compõem, seja atribuindo novas áreas, configurando dinâmicas, criando novas infraestruturas ou renovando áreas em prol da acumulação do capital (Correa, 1989). Dentro da conjuntura urbana, o Estado é o principal agente, sendo responsável por intercalar e equilibrar os interesses dos outros agentes, porém quando é analisada a política urbana, ou melhor, a sua aplicação, é evidente que os interesses das classes sociais de maior poder aquisitivo prevalecem, sobretudo na obtenção de áreas onde é possível acumular riqueza através da crescente construção habitacional. No Recife, o mercado imobiliário se expande para áreas que antes eram vistas como espaços destinados à periferia, uma vez que a expansão de terras e aumento da especulação imobiliária fizeram com que esses espaços se tornassem atrativos ao interesse do



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

setor imobiliário, que começa a pressionar o Estado para desenvolver mecanismos para incorporação e venda. Dentro desses mecanismos, temos o aperfeiçoamento ou desenvolvimento de infraestruturas que acabam valorizando, dando suporte a instalação ou se tornando aparelhos coercitivos para a população residente no local. A construção da Ponte Engenheiro Jaime Gusmão, que resultou na expulsão de famílias da Vila Esperança com o discurso de melhoramento da mobilidade urbana, enquanto trabalha o solo para a chegada da verticalização urbana, é um exemplo notório desse movimento. A comunidade que adquiriu o status de Zona Especial de Interesse Social (ZEIS) em 1994 ao invés de receber investimentos no desenvolvimento do espaço, recebe intimações para a retirada dos residentes com a publicação do decreto nº 34.603 publicado em maio de 2021 e modificado pelo decreto nº 36.432 de 2023 que determina a desapropriação das áreas demarcadas para a construção da Ponte Viaduto Engenheiro Jaime Gusmão, sobre o Rio Capibaribe. Esta pesquisa tem como objetivo analisar os impactos socioespaciais da construção da Ponte Engenho Gusmão sobre a comunidade Vila Esperança, no Recife, com ênfase nas dinâmicas de exclusão e desigualdade geradas pelas políticas públicas de intervenção urbana. A pesquisa busca compreender como essas políticas contribuem para o deslocamento forçado de moradores de baixa renda, a reconfiguração socioeconômica da área e o fortalecimento de processos de gentrificação, além de explorar as respostas e formas de resistência da comunidade afetada diante dessas transformações. A metodologia da pesquisa foi dividida em duas principais etapas. Primeiro, foi realizada uma revisão bibliográfica e documental para fornecer o contexto teórico e histórico necessário. Essa etapa incluiu a análise de livros, artigos acadêmicos, teses, e documentos oficiais sobre intervenções urbanas no Recife e projeto da construção da Ponte Engenho Gusmão. Também foram examinados relatórios técnicos e estudos de impacto ambiental relacionados ao projeto. Essa revisão ajudará a entender as políticas públicas envolvidas e seus objetivos, além de contextualizar a situação da comunidade Vila Esperança. Na segunda etapa, foram coletados dados qualitativos e quantitativos. A coleta qualitativa envolveu relatos de moradores da Vila Esperança, representantes comunitários e profissionais envolvidos nas intervenções, além de observações de campo para documentar as mudanças no ambiente urbano. Dados quantitativos serão obtidos através de levantamentos e análises estatísticas das condições socioeconômicas e habitacionais da área antes e após a construção da ponte. Essa combinação de métodos permitirá uma análise abrangente dos impactos das intervenções urbanas, focando a exclusão e desigualdade geradas e as formas de resistência da comunidade. Para compreender como o poder público pode influenciar o deslocamento de comunidades de baixa renda por meio de intervenções urbanas, é necessário analisar a relação entre capitalismo e espaço urbano. O capitalismo molda profundamente as cidades, criando e acentuando desigualdades espaciais. Guimarães (2013) discute que a dinâmica



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

capitalista não só promove o crescimento urbano, mas também estabelece um padrão de desenvolvimento que frequentemente marginaliza comunidades vulneráveis. Esse padrão muitas vezes se manifesta em processos como a gentrificação, onde a transformação das áreas urbanas pode resultar na expulsão dos residentes originais. O conceito de gentrificação, abordado por Smith (1996), é crucial para entender como as políticas urbanas podem promover a substituição dos moradores de baixa renda por residentes mais abastados. A gentrificação envolve a renovação de áreas deterioradas e a valorização imobiliária, frequentemente levando ao aumento dos custos de vida e ao deslocamento dos moradores que não podem arcar com os novos preços. Zukin (1995) observa que a reestruturação dos espaços públicos frequentemente resulta na exclusão dos residentes habituais, facilitando a entrada de grupos econômicos mais poderosos e alterando a configuração social das áreas afetadas. Roberto Lobato Corrêa (2008) contribui para essa discussão ao abordar a "cidade fragmentada" e como as intervenções urbanas podem intensificar a segregação espacial. Corrêa argumenta que a fragmentação das cidades pode ser exacerbada por intervenções que priorizam os interesses de grupos econômicos poderosos, resultando na exclusão das comunidades menos favorecidas. A construção da Ponte Engenho Gusmão teve um impacto significativo sobre a comunidade Vila Esperança, resultando no deslocamento de uma parte considerável da população. Embora tenha sido realizada a construção de habitações sociais para realocar os moradores afetados, uma parcela da comunidade não foi atendida adequadamente por essas medidas. A compensação financeira oferecida foi considerada insuficiente para cobrir os custos reais de realocação, o que levou muitos residentes a procurar moradia em bairros mais distantes e periféricos. Como resultado, essas pessoas enfrentam dificuldades adicionais relacionadas ao acesso a serviços essenciais e oportunidades de emprego, acentuando a exclusão social e a desigualdade. Esses deslocamentos forçados para áreas periféricas evidenciam como a compensação inadequada e a falta de habitação social suficiente podem exacerbar a vulnerabilidade das populações afetadas por intervenções urbanas.

Palavras Chaves: Políticas Públicas de Exclusão; Vila Esperança; Ponte Engenheiro Jaime Gusmão; Recife.

REFERÊNCIAS

SMITH, N. **The New Urban Frontier. Gentrification and the Revanchist City**, London, Routledge, 1996.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano**. São Paulo, Editora Ática, 1989.

ZUKIN, Sharon. **The Culture of Cities**. Massachusetts: Blackwell Publishing, 1995

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. A questão urbana na dinâmica de reprodução capitalista. **Argumentum**, Vitória (ES), v. 5, n. 1, p. 180-196, jan./jun. 2013.



COMUNIDADE SETE MOCAMBOS: UMA ANÁLISE DAS VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS

Anneliese Paes Leme

Mestranda, Universidade Federal de Pernambuco
annepleme@gmail.com

Augusto Rodrigo Bezerra da Silva

Doutorando, Universidade Federal de Pernambuco
augustorodrigo96@gmail.com

A comunidade Sete Mocambos, localizada no bairro da Várzea, zona oeste do Recife, vem enfrentando desafios que atravessam problemas sociopolíticos e ambientais que ameaçam a sua permanência no território e os expõe a situações de vulnerabilidade. No contexto de urgência para adaptação às mudanças climáticas que nosso século enfrenta, a permanência e resiliência dos territórios marginalizados é um desafio presente na realidade da cidade do Recife. De modo que, estudos que revelem a articulação desses fatores para a compreensão da vulnerabilidade, bem como a capacidade de resposta frente aos riscos, se tornam fundamentais. Portanto, este trabalho tem como objetivo compreender a vulnerabilidade do local, a partir da relação entre a exposição aos riscos e a capacidade de resposta da comunidade Sete Mocambos.

O presente trabalho foi desenvolvido no contexto da disciplina extensionista “OFICINA T02: Fortalecimento de práticas comunitárias de resiliência urbana”, do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano MDU/UFPE, em parceria com outros programas. Caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa e exploratória, utilizando um estudo de caso. A metodologia utilizada contou com quatro procedimentos principais: pesquisa bibliográfica, levantamento de informações físicas do sítio, observações e conversas informais com moradores. Para a caracterização do sítio de estudo, recorreu-se a fontes secundárias para levantamento de dados de relevo, topografia, hidrografia e caracterização microclimática, tais quais artigos científicos, software para geração de curvas de nível a partir de imagens e dados



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

georreferenciados, e dados brutos da Agência Nacional de Águas e Climas - APAC, e do *site* Meteostat. Buscou-se um aporte teórico a partir das propostas de Jatobá (2011), Diniz e Pessoa (2022) e Cutter (1996).

A comunidade Sete Mocambos tem sua origem desde os tempos do antigo engenho São João Batista, num contexto de formação econômica de latifúndio agroexportador escravista. Habitada a algumas décadas por cerca de 224 famílias, predominantemente racializadas, a comunidade vem vivenciando as pressões da especulação imobiliária, que ameaçam a permanência no local, uma vez que convive cotidianamente com o impacto do Grupo Cornélio Brennand no território e seus avanços imobiliários. Para além disso, fatores ambientais da localização da comunidade alertam para a suscetibilidade ao risco ambiental, intensificadas pelas alterações climáticas.

Por estar inserida na bacia do Capibaribe, às margens do rio, a comunidade vive uma relação cotidiana com as águas, estabelecendo assim aspectos da cidade “anfíbia” (Diniz; Pessoa, 2022), caracterizada por áreas baixas e inundáveis. Conforme observado em campo e a partir do levantamento e análise dos aspectos físicos da comunidade, constatou-se que as casas mais próximas da margem são as mais vulneráveis a enchentes e instabilidade do solo, além de serem as mais precárias em termos de infraestrutura.

Além disso, a parte impermeabilizada da comunidade também está suscetível a alagamentos, tendo em vista as condições de drenagem do local, construída pelos próprios moradores. Assim, com esgotos a céu aberto, além do descarte incorreto de lixo e esgoto no rio, formam pontos de alagamentos durante as chuvas, onde as águas pluviais misturam-se com os resíduos líquidos, criando fatores de risco. De maneira geral, os riscos relacionados à infraestrutura na comunidade estão caracterizados principalmente pela precariedade da rede de saneamento básico, amplificando o risco a doenças e à saúde pública, tornando a população ainda mais vulnerável, principalmente no período historicamente chuvoso da cidade de março a agosto.

Ainda, segundo relato dos moradores, as construções de novos empreendimentos no entorno impactam em outras proporções as margens do rio, com o acúmulo de entulhos de obras, contribuindo para o assoreamento do rio e a



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

mudança de tipologia da área. Nesse sentido, a localização geográfica da comunidade é impactada pela precariedade da infraestrutura disponível, o que afeta diretamente a capacidade de resposta para situações de risco e, conseqüentemente, aumenta a vulnerabilidade da comunidade que no atual contexto de mudanças climáticas tende a se agravar.

Cutter (1996) define vulnerabilidade como a probabilidade de que um indivíduo ou grupo seja afetado por um risco e Jatobá (2011) afirma que para além da exposição ao risco, a vulnerabilidade também é caracterizada pela incipiente estrutura de oportunidades e pela capacidade de resposta que esse grupo possui diante de situações extremas. Diante dessa realidade, a partir de informações coletadas em campo, constata-se que na comunidade não são ofertados muitos equipamentos de educação, saúde e segurança em suas proximidades, coisas que são fundamentais na estrutura de oportunidades, e afetam a vida cotidiana das pessoas que vivem na comunidade.

A responsabilidade primária pela provisão de infraestrutura adequada é do Estado. Embora a Comunidade Sete Mocambos tenha desenvolvido formas próprias de resiliência, a negligência do poder público continua a ser um fator significativo que intensifica as vulnerabilidades da população, configurando uma situação de racismo ambiental, “que se ampara no reconhecimento do Estado Racial e na ação institucional deliberada que resulta em exposição desproporcional das populações negras e indígenas, as mantendo permanentemente em condições vulneráveis” (Belmont, 2023, p. 23).

Considera-se, portanto, que a vulnerabilidade da Comunidade Sete Mocambos está intrinsecamente ligada à sua localização geográfica, à pressão imobiliária e à infraestrutura precária. Assim, a exposição a riscos inclui as características geomorfológicas do sítio, a incerteza de permanência devido às pressões imobiliárias, a precariedade e a ausência de infraestrutura adequada para lidar com eventos climáticos extremos, como alagamentos e enchentes, principalmente no período chuvoso da cidade, entre os meses de março e agosto.

Além disso, as estruturas de oportunidades na comunidade são limitadas, com acesso restrito a serviços básicos de saneamento, saúde, educação e lazer. Tais



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

limitações, além de prejudicarem a capacidade de resposta da comunidade, expõem a institucionalidade que regula as condições de vida às quais a população está suscetível, marcadas pela ausência do Estado, apresentando-se como uma manifestação do racismo e da discriminação racial em seus territórios.

Não obstante, a comunidade ainda demonstra capacidade de resposta através de iniciativas de autoconstrução, adaptações habitacionais e parcerias institucionais. Os trabalhos extensionistas com a Universidade Federal de Pernambuco, a participação comunitária ativa e a busca por soluções adaptativas demonstram um potencial de resiliência, embora ainda limitado pelos recursos disponíveis, pela especulação imobiliária e racismo ambiental.

Palavras-Chave: Recife; vulnerabilidade socioambiental; riscos; resiliência; mudanças climáticas.

REFERÊNCIAS

BELMONT, M. **Racismo Ambiental e Emergência Climática no Brasil**. São Paulo: Oralituras Editora. 2023. Disponível em: <https://educacao.cemaden.gov.br/wp-content/uploads/2024/06/Racismo-Ambiental-E-Emergencia-Climatica.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2024

CUTTER, S. L. Vulnerability to Environmental Hazards. **Progress In Human Geography**, 20,4, p. 529–39, 1996

DINIZ, Fabiano; PESSOA, Ronaldo. Para enfrentar a vulnerabilidade numa cidade anfíbia. Resiliência, adaptação e promoção da equidade diante da crise climática. In SOUZA, Maria Angela.; DINIZ, Fabiano.; ROCHA, Danielle. **Reforma Urbana e Direito à Cidade - Recife**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 267 p., 2022. Disponível em: <https://www.observatoriodasmetroles.net.br/reforma-urbana-e-direito-a-cidade-recife/>. Acesso em: 29 abr. 2024.

JATOBÁ, Sérgio Ulisses Silva. Urbanização, meio ambiente e vulnerabilidade social. 2011. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea): Boletim regional, urbano e ambiental**, [s.l.], vol. 05, 2011. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/5567?locale=pt_BR. Acesso em: 29 abr. 2024.



DINÂMICAS DE LEGITIMAÇÃO DO CATIMBÓ E SEUS IMPACTOS NO ESPAÇO PÚBLICO

Claúdio Ubiratan Gonçalves

Doutor, UFPE, biragrario@gmail.com

Elis Indiane Primo Souza

Graduanda, UFPE, elis.indiane@ufpe.br

A Jurema Sagrada é um complexo de concepções e representações culturais praticadas pelas populações mais pobres de remanescentes dos antigos aldeamentos indígenas, dentre seus símbolos mais característicos estão a bebida advinda da árvore que recebe o seu mesmo nome, a “cachimbada ou fumaçada”. Suas práticas foram denominadas de Catimbó e estiveram atreladas a crimes de delitos estipulados pelo Código Penal de 1940 (Silva, 2007). Estes fatores levaram o seu uso a ser realizado às escondidas nas casas de Xangô, terreiros de candomblé da nação Nagô de Pernambuco. Neste trabalho, buscamos compreender o uso da jurema em contexto urbano nos terreiros de Xangô do Recife, por intermédio das suas dinâmicas de autoafirmação e legitimação do Catimbó no espaço público. O uso da Jurema está presente em cerca de 71% dos terreiros localizados no contexto urbano da cidade do Recife, estas comunidades estão em sua grande maioria em ambientes de tensão e conflito representados pelas áreas de alta vulnerabilidade socioambiental da capital (Rodrigues, 2014). Utilizamos uma pesquisa qualitativa, que segundo Triviños (1987) trabalha os dados buscando seu significado, possuindo como base a percepção do fenômeno dentro do seu contexto. Assim, através de uma análise exploratória das dinâmicas de legitimação do uso da jurema, a pesquisa consistiu-se em um levantamento bibliográfico das discussões acerca do Catimbó, através do qual buscamos evidenciar as disputas que erigiram algumas ideologias norteadoras da construção de um Estado republicano e da consolidação do campo das ciências sociais no país, na passagem do século XIX para o XX, que impediram esta tradição



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

de legitimar-se na esfera pública enquanto cultura religiosa. Mediante pesquisa participante, foi realizado um campo teórico-metodológico no Terreiro São Sebastião, espaço ao qual tivemos nosso primeiro contato com as práticas da Jurema Sagrada e suas atuações na comunidade. O terreiro está localizado no bairro do Jiquiá, zona oeste do Recife, que entre os anos de 1985 e 2019, tiveram os seus alagamentos potencializados nas regiões jusantes do rio Jiquiá. O levantamento realizado pela Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana (EMLURB) apontou que dos 71 pontos críticos de alagamentos apresentados na cidade, 11 deles estão localizados na bacia do rio Jiquiá. Deste modo, os seus moradores estão bastante susceptíveis às mudanças climáticas, à medida que hoje este espaço está em ruínas, característica decorrente do processo de reprimarização da economia em nosso país com a desindustrialização, que levou a antiga fábrica Iolanda (que deu o pontapé inicial da urbanização do bairro, através da formação das vilas operárias) a falência, deixando como consequência a impermeabilização e o desmatamento de vastas áreas de manguezais e a pauperização dos trabalhadores. Compreendemos como vulnerabilidade socioambiental a integração das dimensões sociais e ambientais na identificação e análise da vulnerabilidade. Mendonça (2004) aponta que esta categoria é utilizada a partir do pressuposto de uma concepção de impactos e riscos ambientais ao qual observa-se uma maior complexidade dos problemas atinentes aos contextos urbanos, a partir do qual novas perspectivas têm sido lançadas para o entendimento deles. No estudo de caso do Jiquiá, esta vulnerabilidade é dependente dos fatores sociais, culturais, econômicos, tecnológicos e ambientais e as suas relações com o ambiente físico-natural, que envolve, portanto, uma dinâmica social e ambiental. Desta maneira, descrevemos este processo e investigamos os impactos das atuais reivindicações do Catimbó, enquanto Jurema Sagrada nestes espaços, visto que estes terreiros de maneira expoente, atuam dentro das comunidades, à medida que estão em articulação buscando defender a permanência de suas práticas tradicionais religiosas em seus espaços constituídos por elementos sagrados, como a árvore da Jurema Sagrada e outros elementos bioculturais preservados por essas comunidades, averiguamos isto no Terreiro São Sebastião, de maneira que a memória biocultural nestes espaços de árvores, plantas, ervas e saberes afro-indígenas que persistem em



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

meio a uma ambiência de devastação e crescente urbanização. Não à toa que para manter o pé de Jurema em pé plantado na praça em frente a casa os filhos e filhas de santo foram levados a realizar um ato político para impedir que o projeto da prefeitura de reconstrução da praça demolisse as árvores e a Jurema Sagrada. Combinando uma luta pela patrimonialização da árvore da jurema e em defesa dos elementos sagrados afro-indígenas, com a luta contra a degradação do meio ambiente e a desarborização da cidade. Com isso, mapeamos as demandas estruturais, atividade que é de relevância para a elaboração de políticas públicas que envolvam povos e comunidades tradicionais, que em sua grande maioria estão localizados nestas áreas negligenciadas pelos órgãos públicos, constituindo-se como de alta vulnerabilidade socioambiental. Dentre suas reivindicações estão a preservação da árvore da jurema e seus ambientes de matas, estes imprescindíveis às práticas catimbozeiras e que estão cada vez mais difíceis e escassos, em decorrência as dificuldades que a urbanização oferece, dentre as quais os a de encontrar espaços onde a jurema possa ser cultivada e mantida . A antropóloga Rodrigues (2014) constatou que a invisibilidade da jurema é sinônimo do apagamento da questão indígena e sua atual busca de visibilidade dialoga com o processo de construção de uma “identidade juremeira” por intermédio de agentes históricos que vem transformando o uso da jurema em estratégia de luta política e corroborando para constituição de políticas públicas no contexto recifense urbano e contemporâneo. No decorrer do campo, através de observações diretas e participante as práticas litúrgicas públicas e secretas, Encontros e Atos Políticas, elencamos como principais expressões da Jurema Sagrada em Pernambuco o Ato Político da Jurema Sagrada organizada pelo Terreiro São Sebastião em defesa da árvore da jurema como patrimônio histórico, cultural e artístico do Recife, o movimento Manajé, palavra Tupi-Guarani que significa “reunião do povo, o ajuntamento”, que atualmente possui como presidente Arlindo da Silva Luna, conhecido como Padrinho Arlindo Luna, que reside na cidade do Paulista, e é líder da Tenda de Jurema do Mestre Rei Malunguinho; o Kipupa Malunguinho, evento festivo sagrado organizado pela organização não governamental Quilombo Cultural Malunguinho de Abreu e Lima, e a Organização dos Terreiros de Juremeiros de Pernambuco. Dentre estas organizações o Kipupa Malunguinho é o que se



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

destaca em nível de visibilidade nacional e produções acadêmicas, é um evento que ocorre desde 2006, os outros movimentos foram constituídos mais recentemente. Assim, percebemos a emergência da abordagem do tema apresentado e destacamos estas crescentes manifestações sociais, principalmente entre os integrantes mais jovens destas casas que conseguem conectar essas ações locais em uma rede política de articulação estadual e até mesmo nacional. Através destes discursos de legitimação a jurema garante a sua sobrevivência mesmo que em um espaço de precarização e subjugação representado pelas comunidades periféricas urbanas da região metropolitana do Recife. Deste modo, as dinâmicas de legitimação que a Jurema Sagrada vem construindo caracterizam-se como um importante processo de construção dos usos e sentidos de sua identidade cultural. De acordo com Kabengele Munanga (1988), a identidade é uma realidade complexa que engloba fatores históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, políticos, ideológicos e raciais. Logo, não deve ser construída, mas recuperada em seus diferentes graus de consciência dentro destes contextos em que a lucidez histórica foi diluída nas questões de sobrevivência, que segundo o autor desembocam num outro tipo de identidade, representada pela consciência dos oprimidos economicamente e discriminados racialmente (Munanga, 1988, p.143-146). Logo, mesmo diante de situações políticas adversas e criminalizações, por meio do Catimbó o uso da jurema continuou reproduzindo-se e perpetuando seus saberes sagrados dentro das comunidades em que se localizam e atualmente este processo de resgate está gerando impacto nestes novo ambiente de tensões, conflitos e ineficácia das políticas públicas. Em um cenário preliminar observado, registramos a necessidade de redistribuição dos espaços sagrados, diante das tensões exercidas pelas organizações vinda por parte dos juremeiros que reivindicam sua autonomia de práxis e o seu reconhecimento no campo do saber. A Jurema Sagrada hoje ainda sofre com os ataques de violência motivados pelo racismo religioso sofridos pelas comunidades de terreiro, e suas práticas e especificidades recifenses dentro das casas de Xangô ainda são pouco exploradas e registradas.

PALAVRAS-CHAVES: Dinâmicas de legitimação; Catimbó; Jurema Sagrada; Espaço Público; Vulnerabilidade socioambiental;



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

REFERÊNCIAS

- BRANDÃO, Maria do Carmo. **Localização dos xangôs na cidade do Recife**. CLIO. Série Arqueológica (UFPE), Recife, v. 11, p. 42-56, 1998.
- BRANDÃO, Maria do Carmo; RIOS, L. F. **O catimbó-jurema em Pernambuco**. Revista de Antropologia (PPGA/UFPE), Recife, v. 13, p. 38-52, 1998.
- BASTIDE, Roger. **Imagens do Nordeste Místico em Branco e Preto**. Rio de Janeiro: Empresa gráfica O Cruzeiro, 1945.
- CAMPOS; JORON. 2018. **Jurema: Culto, Religião e Espaço Público**. Estudos de Religião, Vol. 32, n. 1, pp. 45-60, 2018.
- CASCUDO, Luís da Câmara. **Meleagro: Pesquisas do catimbó e notas da magia branca no Brasil**. Rio de Janeiro: Agir, 1978.
- FERNANDES, A. G. **Xangôs do Nordeste**. Civilização Brasileira. 1937.
- KABENGELE MUNANGA. **Negritude: usos e sentidos**. 4. ed., 2. reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- MENDONÇA, F. A. **Riscos, vulnerabilidade e abordagem socioambiental urbana: uma reflexão a partir da RMC e de Curitiba**. Desenvolvimento e Meio Ambiente, Curitiba: Ed. da UFPR, n.10, p.139-148, jul./dez. 2004.
- MOTTA, R. Religiões Afro-recifenses: ensaio de classificação. In: CAROSO, Carlos; BACELAR, Jeferson (Orgs.). **Faces da tradição Afro-brasileira**. Rio de Janeiro: Pallas, 1999, p. 17-35.
- RODRIGUES, M. G. CAMPOS, R. B. C. **Caminhos da visibilidade: a ascensão do culto da Jurema no campo religioso do Recife**. Afro-Ásia, Salvador, n. 47, 2013.
- RODRIGUES, Michelle Gonçalves. **Da invisibilidade à visibilidade da Jurema: a religião como potencialidade política**. 2014. Tese (Programa de Pós-Graduação em Antropologia) Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2014.
- SILVA, Armando Corrêa da. **Geografia e Lugar Social**. São Paulo: Contexto, 1991.
- SILVA, Vagner Gonçalves da. **Intolerância religiosa: impactos do neopentecostalismo no Campo religioso afro-brasileiro**. São Paulo: Edusp, 2007.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: a Pesquisa Qualitativa em Educação – O Positivismo, A Fenomenologia, O Marxismo**. TRIVIÑOS. São Paulo: Atlas, 2009.



DESIGUALDADES SOCIOTERRITORIAIS E RELAÇÕES DE GÊNERO NO ACESSO AOS SERVIÇOS DE SAÚDE DE ALTA-COMPLEXIDADE:

UMA ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS MULHERES
RURAIS DA 11ª COORDENADORIA REGIONAL DA
SAÚDE DE ERECHIM

Paula Vanessa de Faria Lindo

Docente, Universidade Federal da Fronteira Sul/campus
Erechim. paula.lindo@uffs.edu.br

Lorena Lima de Moraes

Docente, Universidade Federal Rural de Pernambuco/ Unidade
Acadêmica de Serra Talhada (UFRPE-UAST)
lorena.moraes@ufrpe.br

As premissas de que a saúde no Brasil é um direito de todos no Brasil, garantido por lei, e de que o Estado, através de suas políticas públicas, organiza o território, impactando diretamente a distribuição de recursos e serviços, constituem a base para as discussões deste trabalho. No Brasil, enfrentamos um cenário de insuficiência orçamentária e uma distribuição desigual de tecnologia médica, que nos leva a questionar as profundas desigualdades socioterritoriais e de gênero quanto ao acesso aos serviços de saúde de alta complexidade, concentrados principalmente nos grandes centros urbanos. Estudos recentes apontam que as populações rurais enfrentam desafios desproporcionais no acesso a serviços de saúde de alta complexidade, uma situação exacerbada pela falta de políticas de saúde adequadas para alguns territórios (Vianna et al., 2005). Esta concentração limita o acesso das populações rurais, incluindo povos do campo e populações tradicionais e negras, especialmente as mulheres, que muitas vezes são as principais responsáveis pelo cuidado das pessoas enfermas da família. A necessidade de uma análise interseccional que considere relações de gênero, raça, etnia e local de moradia se



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

possui 18 Coordenadorias Regionais de Saúde (CRS) responsáveis pelo acompanhamento de 30 regiões de saúde, sendo que o território, foco desse estudo, são os municípios pertencentes à 11ª CRS, composto por 33 municípios³. O que nos leva a pergunta central: quais são os principais desafios de mobilidade e acesso aos serviços de saúde para tratamento de doenças de alta complexidade, enfrentados pela população rural de Erechim e do seu entorno, tendo em vista a concentração da oferta de serviços e equipamentos para tratamento? Tomamos como referência o geógrafo Milton Santos que nos alerta que, para parte da população, a rede de serviços não é real, o que torna os cidadãos diminuídos e incompletos; há cidadãos prisioneiros do lugar, dos preços e das carências locais (Santos, 1998). Essa situação é agravada pela distância geográfica entre as áreas rurais e urbanas, bem como pela precariedade da infraestrutura das vias e do transporte. Então, qual a situação da população rural do referido recorte espacial? Além disso, a invisibilidade das populações rurais, tradicionais e negras, especialmente das mulheres, que desempenham o papel de cuidadoras familiares, amplifica os desafios de acesso aos serviços de saúde. Portanto, compreender e abordar esses desafios é essencial para garantir o acesso equitativo e oportuno aos serviços de saúde para todas as comunidades, independentemente de sua localização geográfica ou identidade social. Aprofundaremos a compreensão sobre: gênero (Silva, 2003, 2007, 2007b e Lindo, 2021); interseccionalidade (Collins; Bilge, 2021) e os estudos sobre a proposta metodológica para Classificação dos Espaços do Rural (IBGE, 2023). Este trabalho também se classifica como uma pesquisa aplicada. Entrevistaremos e elaboraremos mapas da situação geográfica enfrentadas pela população rural, ou seja, um tipo de estudo que “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos” (SILVA & MENEZES, 2001, p. 20). Garantir que a população tenha acesso aos serviços de saúde no Brasil é essencial para fornecer

³ A saber: Aratiba, Áurea, Barão de Cotegipe, Barra do Rio Azul, Benjamin Constant do Sul, Campinas do Sul, Carlos Gomes, Centenário, Charrua, Cruzaltense, Entre Rios do Sul, Erebang, Erechim, Erval Grande, Estação, Faxinalzinho, Florianópolis, Gaurama, Getúlio Vargas, Ipiranga do Sul, Itatiba do Sul, Jacutinga, Marcelino Ramos, Mariano Moro, Nonoai, Paulo Bento, Ponte Preta, Quatro Irmãos, Rio dos Índios, São Valentim, Severiano de Almeida, Três Arroios e Viadutos. Importante destacar que 31 destes municípios pertencem a região imediata de Erechim (IBGE), sendo Nonoai e Rio dos Índios os dois municípios a mais que compõem a 11ª CRS.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

assistência eficaz e garantir a efetividade do Sistema Único de Saúde (SUS). Não é novidade que as políticas públicas são implementadas no território, agora a questão é, além da implementação no território o modo como a política acontece indica, direciona e redireciona os usos do território. “Diferentemente de uma interpretação conservadora, território não é refúgio, receptáculo passivo, contêiner, recipiente, abrigo ou superfície, que simplesmente acolhe ou condiciona o que nele está contido” (BRANDÃO, 2013, p.13). Isso significa que abordagem territorial não pode ser mera descrição dos objetos inerentes e individualizados de sua estrutura. Será fundamental investigar a localização que os serviços de saúde desempenham em relação ao acesso, bem como se constrói a narrativa espacial e escalar das relações socioterritoriais. Daí é interessante questionar: quem usa o território e serviços de saúde pública e quais os conflitos estabelecidos? A pesquisa apresentada visa abordar as profundas desigualdades socioterritoriais e de gênero no acesso aos serviços de saúde de alta complexidade nas áreas rurais, enfatizando a necessidade de uma abordagem interseccional que considera raça, gênero, etnia e localização geográfica. Os resultados esperados do estudo incluem a contribuição significativa para o diagnóstico das desigualdades socioespaciais relacionadas a questões de gênero, fortalecendo a colaboração entre a Universidade e o poder público municipal para efetivar mudanças práticas e políticas. Através dessas ações, o projeto não só ilumina as complexidades das disparidades de saúde, mas também propõe caminhos para uma intervenção social e política mais eficaz e inclusiva.

Palavras-chave: Acesso à saúde; deslocamento; doença de alta-complexidade; população rural; relações de gênero

REFERÊNCIAS

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

CRENSHAW, Kimberlé. **Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero**. Rev. Estud. Fem., v. 10, n. 172, p. 171-188, 2002.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território**. In: SPOSITO, E. S. Produção do Espaço e Redefinições Regionais: a construção de uma temática. Presidente Prudente: FCT/Unesp/Gasper, 2005, p.35-53.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, María L. **O Brasil: Território e Sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record. 2001.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

SILVA, Joseli Maria. Um ensaio sobre as potencialidades do uso do conceito de gênero na análise geográfica. **Revista de História Regional** 8(1): p. 31-45, Verão 2003.

SILVA, Joseli Maria.. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. In: **Geosul** (UFSC), 2007 b, vol. 22, p. 117-134.

VIANNA, S. M. et al Atenção de alta complexidade no sus: desigualdades no acesso e no financiamento. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA, Ministério da Saúde Brasília, fev. 2005.

Realização



Parceria



Apoio



Financiamento





EIXO 4

Patrimônio e territórios: diálogos e conflitos

RESUMOS SIMPLES



CONSTRUINDO UMA TAPERA: URBANIZAÇÃO, MEMÓRIA E COTIDIANO EM FLORIANÓPOLIS (SC)

Fabiano Bernardes-Silveira

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Milton Luz da Conceição

Universidade federal de Santa Catarina (UFSC)

“A leitura do mundo precede a leitura da palavra”, afirmou Paulo Freire em 1989 quando observava que a “linguagem e a realidade se prendem dinamicamente”. Neste contexto, os assentamentos humanos tornam-se a manifestação do modo de vida e da ocupação do território por um conjunto de pessoas.

A história dos lugares manifesta-se nas marcas deixadas no espaço e nas trajetórias de vida de seus habitantes. Essa relação socioterritorial incorpora a história oral e o cotidiano na constituição da memória coletiva. A memória, ao contrário da história, não é um conhecimento produzido de maneira intencional, mas sim uma interpretação do passado no presente. O desfecho histórico resulta da organização de informações sobre o contexto em que os eventos ocorreram, proporcionando uma sistematização dos fatos. Esse processo também envolve a construção de identidades por grupos sociais, que se apropriam do território como um espaço de reprodução material e simbólica. Tais aspectos se refletem nas edificações, na pavimentação, nas alterações feitas por meio de aterros, nas pinturas das fachadas das construções e até mesmo no traçado das ruas.

Em Florianópolis, capital do estado de Santa Catarina, na ilha ou na porção continental, vias tortuosas e as longas e estreitas servidões são heranças de um município que se urbanizou a partir de antigos núcleos rurais. Um exemplo foi a política de criação de Freguesias, subdividindo o território em parcelas menores para auxiliar na defesa do povoado, originando os atuais Distritos Administrativos.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

À medida que a capital se transforma e as atividades principais se expandem além do bairro Centro, uma urbanização polinuclear é impulsionada. Esse modelo se sobrepõe às zonas rurais do município, como é o caso da comunidade da Tapera, localizada na zona sul da ilha, cuja população foi removida do local denominado como Caiacanga Mirim. O que conhecemos hoje como Tapera, territorialmente era relatado como Caiacanga Mirim, também ocupado por povos indígenas. A Tapera enreda caminhos e memórias de seus habitantes.

A pesquisa qualitativa adota o método dialético e a observação participante para investigar a história oral da comunidade. A técnica de entrevistas semiestruturadas permite flexibilizar o diálogo, promovendo descobertas que não emergiriam em métodos mais estruturados. Além disso, o estudo baseia-se em fontes documentais e históricas para complementar a análise. A interação entre o pesquisador e os dados reforça o caráter dinâmico da pesquisa, produzindo uma narrativa, demonstrando interesses pelos vestígios semiocultos da vida cotidiana coletiva, considerando que o ato de contar histórias pressupõe ouvintes.

Esta síntese apresentativa da pesquisa de dissertação de mestrado, a partir da metodologia exploratório-descritiva ao entrevistar moradores da Tapera e Caiacanga Mirim entre os anos de 2019 e 2020, demonstra como a relação memória-território possibilita compreender dinâmicas de poder e resistência no contexto urbano (almejando um planejamento para além de suas atribuições tecnocráticas); objetivo principal debatido na pesquisa.

Assim, é necessário apreender passado e presente, transformando o cotidiano em pesquisa crítica, ponderando que cada lugar está num entrelaçamento com o mundo. Teríamos, então, a ideia de lugares cunhando memórias e relações de afeto, contínuas e em transitoriedade.

Palavras-chave: memória; história oral; território; cotidiano; urbanismo.



EIXO 4

Patrimônio e territórios: diálogos e conflitos

RESUMOS EXPANDIDO



UMA CORRIDA CONTRA O TEMPO: INICIATIVAS EMERGÊNCIAS PARA PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL NO PARQUE METROPOLITANO ARMANDO DE HOLANDA CAVALCANTI E ARREDORES - CABO DE SANTO AGOSTINHO – PE

Lucas Alves da Rocha

Doutorando em arqueologia, UFPE.
lucas-alves170@hotmail.com

Izabela Pereira de Lima

Doutoranda em arqueologia, UFPE.
izabelapereiradelima@hotmail.com

Henry Sócrates Lavalle Sullas

Professor do departamento de arqueologia, UFPE
henry.lavalle@ufpe.br

Clara Diana Figuerôa Santos

Professora do departamento de arqueologia, UFPE
clara.diana@ufpe.br

A questão do conflito e o patrimônio vem sendo debatida com uma grande ênfase nos últimos anos, as mudanças na mentalidade da sociedade atual é um dos fatores primordiais para que essas discussões, antes o que era considera algo hegemônico, no qual o patrimônio representava uma certa camada da sociedade, sofreu um serio abalado com as mudanças dentro da sociedade, grupos antes renegados as margens da sociedade e da história, ganhavam espaço e exigiam o que era de direito, porém isso gerou ondas conflitantes entre os blocos.

O pensamento descolonial e a valorização de grupos tradicionais é uma das mudanças mais radicais nas últimas décadas na questão da preservação do patrimônio, seja ele material ou imaterial, dando a voz ativas em eventos e encontros antes exclusivos para acadêmicos, incentivando a formação de membros destas comunidades dentro do meio acadêmicos para assim criar pontes entre a academia e a sociedade, fazendo assim a desconstrução da falácia da academia isolada e



Contudo, foi possível perceber, que tais pesquisas aranhavam somente a superfície do patrimônio do local, ações como participação da semana do patrimônio de Pernambuco, abriram um novo horizonte no qual as “comunidades”, pois foi possível perceber uma fragmentação dentro do conjunto de moradores da localidade, e alguns deste grupos conseguiram expressar sua ânsia para serem ouvidos e compreender que faziam parte do patrimônio que eles desconheciam, quase imitando um evento retratado no século XVIII pelo poeta alemão Goethe. (Poulet, 2012)

Esse evento é que a comunidade via o visitante (Goethe) como um intruso e denunciou como sendo um espião as autoridades, pois quem iria se interessar por ruínas antigas, os moradores pensavam. No caso do parque é um quase oposto, os nativos têm uma visão sobre os bens culturais, mas poucas vezes são ouvidos e isso cria um conflito entre órgãos gestores e a comunidade, algo que já é bem grave devido algumas ações dos responsáveis do parque.

O presente estudo tem como objetivo demonstrar, não só a necessidade de uma ampliação das pesquisas sobre o patrimônio na região, como também trazer orientações aos pesquisadores que irão estudar a área (e outras similares) para não serem surpreendidos ou terem uma visão negativa acerca dos habitantes da localidade, ou eles mesmo serem retardados como vilões, devidos as ações que aquela comunidades sofreram. Graças a novas descobertas, como a realizadas pelo Museu Suape, da UFPE, hoje existe uma nova chance de aproximar essas “comunidades” e de compreender melhor a dinâmica acerca da preservação dos bens culturais e dos conflitos que eles estão envolvidos.

Palavras-chaves: Arqueologia; Patrimonio cultural; Comunidades tradicionais; Conflitos; Parque metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti

REFERÊNCIAS

POULOT, D. **Uma história do patrimônio no ocidente**. São Paulo: Liberdade, 2012.

ROCHA, L. A. **Preservação, Patrimônio e arqueologia**: O Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré, uma fortificação seiscentista, Pernambuco, Brasil. 2017. 147p. Graduação (Graduação em Arqueologia.) Recife, UFPE: 2017

ROCHA, A. L. **Visualizar para preservar**: uma proposta de protocolo de reconhecimento de estruturas em terra, através do estudo do Forte Real de Nossa Senhora de Nazaré, Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti, PE-Brasil. Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação (mestrado em Arqueologia). 200 p. Recife: UFPE. 2023.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

ROCHA, L. A; LIMA, I. P. **Vivendo o patrimônio**: pesquisas arqueológicas e educação patrimonial no Parque Metropolitano Armando de Holanda Cavalcanti – Cabo de Santo Agostinho. Apresentação em banner no 1º Simpósio de Arqueologia e Patrimônio do Laboratório de Preservação Patrimonial da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF). São Raimundo Nonato, 2019.

SANTOS, C. D. F. **A moradia do século XVII ao XIX em Pernambuco**: uma proposta metodológica da Arqueometria para a Arqueologia da Arquitetura em contribuição à Conservação do Patrimônio Edificado. Tese (doutorado em Arqueologia) 250p. Recife. UFPE, 2023

SILVA, C. P. **Comparação entre plataformas de aquisição de imagem e indicação de danos nas estruturas do Forte Castelo do Mar e Quartel Velho – Cabo de Santo Agostinho – PE**. Graduação (Graduação em Arqueologia.), Recife. UFPE, 2019

SILVA, C. P. **Forte Castelo do Mar**: Uma leitura através do tempo. 150p. Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação (mestrado em Arqueologia). Recife. UFPE, 2024

SZKAWO, J ; RATTON, J. R. (Orgs.). **Dicionário dos negacionismo no Brasil**. Recife: CEPE, 2021

ZUNGUENE, C, D. **Conflitos e tensões na fiscalização do patrimônio cultural edificado pelo Iphan em Ouro Preto e GACIM na Ilha de Moçambique**. Dissertação (mestrado em preservação do patrimônio). Ouro preto. IPHAN, 2019



PATRIMÔNIO RURAL E MEMÓRIA DO SERTÃO: CONSTRUINDO UM INVENTÁRIO DAS CASAS DE FARINHA DO ALTO OESTE POTIGUAR (1980-2023)

Emanuele de Freitas Freire

PGH (UFRPE). emanuele.ffreire@ufrpe.br

O presente trabalho se propõe a desenvolver uma discussão a respeito das casas de farinha sob uma perspectiva patrimonial, tendo como recorte territorial a chamada região do Alto Oeste Potiguar, localizada no interior do estado do Rio Grande do Norte. Assim, por compreender o valor material e simbólico das casas de farinha no contexto das comunidades rurais sertanejas, esta pesquisa objetiva-se essencialmente a investigar a sociabilidade rural desenvolvida no contexto das casas de farinha, na passagem do século XXI (1980-2023), bem como, discutir a importância desses espaços, enquanto patrimônios culturais, como também os desafios e possibilidades que envolvem a sua preservação.

Nesse sentido, é importante caracterizar o objeto central desta análise, entende-se por casa de farinha, ou engenho de farinha, os estabelecimentos em que se extrai da mandioca a própria farinha, além de outros alimentos derivados desse vegetal. Esse processo de obtenção dos principais produtos e subprodutos da mandioca é popularmente conhecido como “farinhada”. É interessante ressaltar que, no contexto tradicional das casas de farinha sertanejas vinculadas à pequena propriedade, esse momento das farinhadas não se restringia a uma atividade meramente econômica, tornando-se também, uma ocasião de confraternização e compartilhamento entre as comunidades rurais.

Diante disso, o presente estudo pretende evidenciar, a partir de seu recorte temático, um pouco da realidade e das características que envolvem a vivência e a cultura sertaneja do meio rural, visto que tais espaços e seus sujeitos trazem consigo uma significativa contribuição para a produção historiográfica, além de representarem



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

168

um pedaço de Brasil que, por vezes, ainda permanece oculto em suas particularidades e nuances, e passa despercebido no que diz respeito à políticas de preservação e valorização de seus patrimônios.

Compreende-se, portanto, os ambientes das casas de farinha enquanto espaços que agregam uma rica diversidade de personagens e saberes que ajudam a entender a respeito do cotidiano e dos modos de vida das comunidades rurais do sertão potiguar, visto que o acontecimento da farinhada estava associado não somente à realização de uma atividade com fins de subsistência, mas significava também um momento de confraternização, troca e sociabilidade entre a comunidade e demais moradores da região.

Portanto, ao investigar o processo de desaparecimento dos engenhos de farinha, e ainda seu potencial enquanto patrimônio, cabe perceber essencialmente as relações de memória que os moradores estabelecem com esses espaços e práticas. Assim, fundamentando-se de algumas das considerações sobre memória apresentadas pelo filósofo Paul Ricœur (2010) em *A memória, a história, o esquecimento*, é possível analisar e discutir esse fenômeno aplicando-o no contexto desta pesquisa.

Segundo Ricœur (2010), a memória possui uma ambiciosa pretensão de ser fiel ao passado, ao passo que, ao fenômeno do esquecimento se associa a ideia de oposição à memória, de disfunção, uma vez que este se caracteriza como uma de suas fragilidades. No entanto, não somente a intenção de verdade está associada ao fenômeno mnemônico, uma vez que Ricœur também aponta o reconhecimento como um complemento associado à recordação.

Partindo disso, ao afirmar que “o momento da recordação é então o do reconhecimento” (Ricœur, 2010, p 57), o filósofo francês apresenta algumas colocações sobre a associação entre os lugares e a memória. Uma vez que o “recordar” também passa pelo “reconhecer”, de modo que há uma relação que se estabelece entre a memória e o lugar ao qual ela está associada.

Dessa maneira, os lugares funcionam como uma espécie de referencial ao qual determinado acontecimento pode ser associado, uma vez que, a memória evoca



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

o lugar ao qual pertence. Nesse sentido, o estreito vínculo entre o tempo e o espaço se percebe claramente no percurso da rememoração. Assim, é possível afirmar que os lugares conseguem se conectar com as memórias de um modo próprio, de maneira que, a origem do que se compreende por “lugares de memória” reside justamente nessa familiaridade existente entre lugar e memória.

A expressão “lugar de memória” foi forjada pelo historiador francês Pierre Nora (1993) que caracteriza esses elementos em três dimensões. Nora explica que “são lugares, com efeito nos três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional, simultaneamente” (Nora, 1993, p 21). Portanto, mesmo que a princípio um determinado objeto possua um caráter essencialmente funcional ou material, o caráter de “lugar de memória” surge mediante a atribuição de uma carga simbólica a esse objeto. Assim, retomando as colocações de Ricœur, o autor destaca a potencialidade desses espaços como monumentos, ou ainda, enquanto documentos que, em sua materialidade, servem como um testemunho concreto de algo que já se passou.

Portanto, mediante as considerações de Paul Ricœur, compreende-se que as casas de farinha do sertão potiguar podem ser percebidas como lugares de memória em potencial, ao comportarem em seus espaços memórias de práticas ancestrais de suas respectivas comunidades, que comumente se fazem presentes nas narrativas daqueles que, em algum momento de suas vidas, compartilharam desses lugares, atribuindo-lhes significados diversos.

Diante disso, e considerando o que propõe o Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), instrumento forjado pelo IPHAN com o objetivo de possibilitar a preservação de bens culturais de naturezas diversas, a metodologia empregada no presente trabalho propõe a construção de um inventário das Casas de Farinha, tomando como base justamente o INRC.

O INRC tem como base dois objetivos principais, são eles: “identificar e documentar bens culturais, de qualquer natureza, para atender à demanda pelo reconhecimento de bens representativos da diversidade e pluralidade culturais dos grupos formadores da sociedade”; e ainda, “apreender os sentidos e significados atribuídos ao patrimônio cultural pelos moradores de sítios tombados, tratando-os como intérpretes legítimos da cultura local e como parceiros preferenciais de sua



preservação.” (IPHAN, 2000). A proposta do INRC se subdivide em algumas etapas fundamentais, as quais serão aplicadas neste estudo de acordo com as possibilidades, essas etapas destacadas pelo IPHAN são: levantamento preliminar, identificação e documentação. Em cada uma dessas etapas é primordial que haja participação e engajamento das comunidades, de modo que, uma vez que os sujeitos integram ativamente desse processo, amplia-se a possibilidade de diálogo entre a academia e o público em geral.

Portanto, tendo em vista que o inventário se constitui mediante a reunião dos mais diversos tipos de documentos e registros que caracterizam determinado bem cultural, é preciso enfatizar que os diferentes tipos de fontes que serão trabalhados nesta pesquisa demandam um trato metodológico próprio, de acordo com suas especificidades.

Em suma, o presente trabalho propõe-se a construir, na perspectiva de um inventário, uma discussão que enfatize o valor simbólico das casas de farinha, e as possibilidades de compreender esses espaços e suas práticas enquanto patrimônios culturais com os quais se identificam as comunidades rurais a que pertencem.

Palavras-chave: Casa de Farinha; Patrimônio Cultural; Comunidades rurais.

REFERÊNCIAS

BACKX, Isabela. Patrimônio Arqueológico. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p. 28-31.

CASCUDO, Luís da Câmara. A Rainha do Brasil. In: CASCUDO, Luís da Câmara. **A História da Alimentação no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1967. p. 92-106. Disponível em: <https://bdor.sibi.ufrj.br/bitstream/doc/370/1/323%20PDF%20-%20OCR%20-%20RED.pdf>. Acesso em: 14 set. 2023.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Lisboa: Arte & Comunicação, 2014.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, v. 34, p. 147-165, 2012.

FERRÃO, André Munhoz de Argollo. Patrimônio Rural. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p. 73-75.

IBGE. **Coronel João Pessoa**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rn/coronel-joao-pessoa/panorama>. Acesso em: 14 ago. 2023.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL: **Manual do INRC**. Brasília: Iphan, 2000. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Manual_do_INRC.pdf. Acesso em: 19 nov. 2024.

IPHAN. **20 anos do INRC**. Brasília: Iphan, 2022.

NORA, P.; AUN KHOURY, T. Y. **ENTRE MEMÓRIA E HISTÓRIA: A PROBLEMÁTICA DOS LUGARES**. Projeto História : Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, [S. l.], v. 10, 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>. Acesso em: 07 set. 2023.

PAES, Tereza. Prefácio. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas-Sp: Editora da Unicamp, 2020. p. 12-17.

PELEGRINI, Sandra. Patrimônio Imaterial. In: CARVALHO, Aline; MENEGUELLO, Cristina (org.). **Dicionário Temático de Patrimônio: debates contemporâneos**. Campinas: Editora Unicamp, 2020. p. 63-64.

RICŒUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas: Editora Unicamp, 2010.



A MORTE DE AFRICANOS NOVOS: LUGARES DE MEMÓRIA NA FREGUESIA DO SANTÍSSIMO SACRAMENTO DE SANTO ANTÔNIO (1820-1831)

Nicolý Maria Caetano Lima

Graduanda do curso de licenciatura em História pela UFRPE.
PIC da UFRPE. nicoly.maria@ufrpe.br

Luanna Maria Ventura dos Santos Oliveira

Orientadora: Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Mestra pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) e Licenciada em História pela Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). Atualmente está vinculada ao Programa de pós-graduação em História da UFRPE como bolsista PNPd da CAPES/UFRPE. luannaventura@gmail.com

Suely Creusa Cordeiro de Almeida

Coorientadora: Doutora em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Profa. Titular do Departamento de História da UFRPE. Atualmente está vinculada aos Programas de pós-graduação em História da UFRPE e UFPE. suely.almeida@ufrpe.br

Essa apresentação tem como objetivo ampliar o debate em torno do passado escravista do Porto do Recife, com ênfase nas igrejas da Freguesia que receberam enterramentos dos corpos de pessoas africanas entre 1820 e 1831, a fim de compreender como eram realizados os enterramentos desses escravizados, chamados na época de africanos “novos”, devido a recém-chegada deles no Porto do Recife. Buscamos com essa apresentação ampliar os lugares de memória do comércio atlântico de povos africanos escravizados que viveram, morreram e foram sepultados na Freguesia do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, no coração do Recife.

A relevância da pesquisa se dá, principalmente por três motivos: o primeiro deles é o desconhecimento dos enterramentos destes africanos nas igrejas católicas por parte da historiografia pernambucana, o segundo é o contexto comparativo com a cidade do Rio de Janeiro, que possuía cemitérios específicos para os enterramentos desses escravizados, também conhecidos como “pretos novos” pela historiografia



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

nacional. E o terceiro motivo está relacionado ao resgate da memória desse passado escravista relacionado a cidade do Recife, como forma de compreender a dinâmica social, religiosa e territorial no início do Oitocentos, com intuito de trazer visibilidade para o passado escravista do Bairro de Santo Antônio, enfatizando a necessidade de reparação histórica sobre a maior tragédia da humanidade que foi o comércio atlântico de escravizados.

A metodologia utilizada na pesquisa está pautada principalmente no Paradigma Indiciário de Carlo Ginzburg que permite a construção do passado com base em pequenas pistas, indícios, e vestígios que foram deixados ao longo do tempo. No caso desta pesquisa, a fonte que será utilizada para reconstruir esse passado, são os assentos de óbito da Freguesia, que eram acondicionados na Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, mas hoje em dia estão salvaguardados na Cúria Metropolitana. Também utilizaremos o acervo do Diário de Pernambuco, depositado na hemeroteca digital da Biblioteca Nacional.

Além disso, também é utilizado o conceito de “Lugares de Memória” do historiador francês Pierre Nora, que defende um processo de “historicização da memória”, ao passo de que a memória é antecessora a escrita da história, portanto, precisa haver um processo de se escrever essas memórias para se tornarem parte da nossa historiografia.

Por fim, também será utilizado o instrumento da educação patrimonial como forma de resgatar as memórias traumáticas da escravidão e as violações dos direitos humanos, a fim de ampliar esse debate para a educação básica, em prol da construção de uma sociedade antirracista. Ademais, esse instrumento também possibilita uma devolutiva da pesquisa para a sociedade, fazendo com que essa produção acadêmica saia dos muros da academia e possam chegar a todas as massas de uma forma didática e explicativa.

Para compreender o referencial teórico, é preciso compreender que essa pesquisa possui várias nuances. Primeiramente, para compreender a lógica social da primeira metade do oitocentos e a forma que seriam trabalhados os assentos, foi utilizada a obra do historiador Gian Carlo de Melo Silva, chamada “Um só corpo, uma

**REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS**

Universidade Federal Rural de Pernambuco

só carne : casamento, cotidiano e mestiçagem no Recife colonial 1790 - 1800”(SILVA, 2014).

O contexto religioso do período é voltado a atuação das irmandades leigas estabelecidas no Recife, que eram diversas e possuíam um papel assistencialista na vida e na morte das pessoas que compunham a freguesia. Portanto, como forma de entender essa questão, foi utilizada a obra organizada pela historiadora Suely Almeida, intitulada “Entre o Céu e a Terra: Irmandade Leigas em Pernambuco”, a qual permite compreender a atuação das irmandades, de acordo com suas diferenças e seus diversos papéis sociais por meio dos historiadores especialistas em irmandades(ALMEIDA, 2019).

Para compreender o processo da morte e os enterramentos durante o século XIX, utilizamos as obras dos historiadores João José Reis e Vanessa Sial, os autores analisaram com excelência a maneira que a morte era retratada numa questão mais ritualística, no caso do livro de Reis, chamado “A Morte é uma Festa”, abordando o episódio da Cemiterada, na Bahia (REIS, 1991), e analisando a transferência dos enterramentos das igrejas para o cemitério público do Recife, a dissertação de Sial, chamada “Das igrejas ao cemitério: políticas públicas sobre a morte no Recife do Século XIX” (SIAL, 2005) e o referencial para demonstrar a negociação existente entre as autoridades locais e as irmandades leigas para evitar revoltas.

Por fim, a comparação entre Recife e Rio de Janeiro só é possível através do diálogo com a dissertação do historiador Júlio Cesar Medeiros da Silva Pereira, intitulada “À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro” e da tese da historiadora Cláudia Rodrigues, intitulada “Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro-séculos XVIII e XIX.”

Para compreender a problemática, é preciso saber que desde o medievo, havia uma prática de enterramento dentro das igrejas, em um contexto de morte barroca. Essa prática veio para o Brasil junto com a colonização portuguesa e continuou sendo uma prática frequente até a metade do século XIX. O processo de secularização da morte iniciou-se diferente dependendo das províncias, com a criação de cemitérios públicos temas desenvolvidos pela historiografia citada anteriormente. Mas antes

**REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS**

Universidade Federal Rural de Pernambuco

desse processo de secularização, grande quantidade de pessoas foram enterradas dentro das igrejas ou em cemitérios anexos a elas.

Na cidade do Rio de Janeiro, os enterramentos dos africanos novos foram realizados primeiramente no cemitério dos pretos novos no Largo de Santa Rita, no centro da cidade do Rio de Janeiro e posteriormente foi transferido para o Valongo (PEREIRA, 2007). No entanto, no Recife foi constatada uma realidade diferente por meio das pesquisas de pós-doutoramento desenvolvidas pela historiadora Luanna Oliveira, que argumenta que ao invés de haver cemitérios exclusivos para o enterramento dos pretos novos, foi identificada uma documentação que comprova que esses enterramentos eram, na verdade, pulverizados entre as freguesias de Santo Antônio e da Boa Vista. De acordo com nossas pesquisas os assentos de óbitos, foi constatado que há enterramentos de escravizados novos em cemitérios anexos a Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio, na Igreja de Santa Cruz, entre outras igrejas que estão sendo levantadas na documentação.

Na historiografia o istmo era apontado como lugar de enterramento, principalmente ao redor da Cruz do Patrão, tema abordado pela arqueóloga Ana Catarina Torre Ramos. No entanto, devido a mudança de lugar da Cruz do Patrão devido ao arrombamento do Istmo, não foi possível encontrar nas escavações da atual cruz do patrão os corpos dos africanos novos, mas foi localizado diversos objetos de religião africana enterrados ao redor da Cruz do Patrão que servia durante o século XIX de baliza para os navios entrarem no Porto do Recife (RAMOS, 2008).

Entretanto, por mais que essa prática fosse comum na época, atualmente no centro do Recife não existem monumentos que ressaltem a memória desses africanos novos e desses contextos cemiteriais espalhados ao longo da cidade do Recife, contribuindo assim para o apagamento dessa história e memória.

Nesse caso, faz-se necessário discutir a respeito da temática como forma de resgate da memória social, no intuito de compreender as dinâmicas entre a religião, a sociedade e o território, ressaltar a existência e a presença de africanos novos nesses contextos em que a maioria das pessoas não sabem que eles estiveram, além de fazer uma história local, que evita generalizações e ressalta as singularidades e



particularidades de Pernambuco. No caso desta pesquisa, busca diferenciar a realidade carioca da realidade recifense no contexto do patrimônio cemiterial.

Palavras-chave: Escravidão; Memória Social; Lugares de Memória.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Suely C. Cordeiro de. **Entre o Céu e a Terra:** Irmandade Leigas em Pernambuco. Recife: editora Universitária/UFRPE, 2019.

DE CARVALHO, Marcus JM; ALBUQUERQUE, Aline Emanuelle De Biase. Os desembarques de cativos africanos e as rotinas médicas no Porto do Recife antes de 1831. **Almanack**, p. 44-64, 2016.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas e sinais:** morfologia e história. Tradução de Federico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

NORA, Pierre *et al.* Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História:** Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História, v. 10, 1993.

RAMOS, Ana Catarina Torres. Além dos mortos da Cruz do Patrão: simbolismo e tradição no uso do espaço no Recife. **Clio Série Arqueológica**, v. 1, p. 1-12, 2008.

REIS, João José. **A morte é uma festa:** ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo, Companhia das Letras, 1991.

SIAL, Vanessa de Castro. **Das igrejas ao cemitério:** políticas públicas sobre a morte no Recife do século XIX. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP, 2005.

SILVA, Gian Carlos de Melo. **Um só corpo, uma só carne:** casamentos, cotidiano e mestiçagem no Recife colonial(1790-1800). 2ed. Maceió: EDUFAL, 2014.



PRODUÇÃO DE SAL: O USO DAS INDÚSTRIAS SALINEIRAS NO TERRITÓRIO DO MUNICÍPIO DE MACAU/RN

Maria Clara dos Santos Gonzaga

Graduanda do curso de Licenciatura em Geografia pela UERN/CAA, claragonzaga@alu.uern.br

Francivan Miguel da Silva

Graduando do curso de Licenciatura em Geografia pela UERN/CAA, francivanmiguel@alu.uern.br

Luiz Felipe Dantas da Silva da Cruz

Graduando do curso de Licenciatura em Geografia pela UERN/CAA, felipecruz@alu.uern.br

Zenis Bezerra Freire

Docente pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, zenisbezerra@uern.br

INTRODUÇÃO

A pesquisa investiga a produção de sal nas indústrias salineiras de Macau/RN, que desempenham um papel crucial para a economia local e regional. Essas indústrias utilizam recursos naturais, como a água do mar, e têm impacto econômico positivo, gerando empregos diretos e indiretos e sustentando muitas famílias. No entanto, a produção de sal também enfrenta desafios ambientais, como salinização do solo e contaminação da água, além de questões de trabalho precarizado, exigindo medidas de mitigação e controle. De acordo com (Santos, 2008) “[...] partir da consciência da época em vivemos” deve-se tomar consciência de uma instância para sociedade que contém e é contida pelas demais instâncias que compõem a sociedade, por isso é importante, retratar o passado histórico nesta pesquisa. Para isso voltamos aos anos de 1960 a 1970, período que é centralizado o meio técnico-científico-informacional que foi o uso da tecnologia ou para sermos, mais específicos, pela intensificação de objetos técnicos modernos e da ciência no processo de transformação do espaço geográfico, além para de um intenso fluxo. Como o geógrafo (Santos, 2008), afirma que “o mundo se encontra organizado em subespaços articulados dentro da lógica global”.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

apenas a extração, mas também beneficiamento, embalagem e distribuição, impactando diversos setores econômicos. Para entender essa atividade, é importante usar o conceito de circuito espacial para analisar as dinâmicas geográficas do processo. As indústrias salineiras desempenham um papel crucial nesse contexto, não apenas como geradoras de empregos e riqueza, mas também como parte integrante da identidade cultural e econômica da região, como a estruturalização do território local, de acordo com (Santos, 2001 p.254), “[...] essa nova estruturação segmenta o território, os compartimentos mais ativos são aqueles aptos os produtos exigidos pelo chamado mercado mundial. Porque é preciso ligar num único processo as parcelas do trabalho desenvolvidas em lugares distantes, impõe-se mais cooperação entre pontos do território [...]”. Como a presença também as etapas da produção de sal, desde o Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente (IDEMA), à empresa salinas do município, a Salinas do Nordeste S.A (SALINOR) e os órgãos públicos e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE) e o sindicato da Extração do Sal no Estado do Rio Grande do Norte (SIESAL).

Um caminho seria a totalidade concreta como ela se apresenta neste período de globalização – uma totalidade empírica – para examinar as relações efetivas entre a Totalidade mundo e os Lugares. Isso equivale a revisitar o movimento do universal para o particular e vice-versa, reexaminando, sob esse ângulo, o papel dos eventos e da divisão do trabalho como uma mediação indispensável (SANTOS, 2008d, p.115).

Milton Santos afirma que, para entender a globalização, é preciso analisar como as estruturas globais se manifestam localmente. Ele propõe uma abordagem dialética que considera tanto o global quanto o local, com a divisão do trabalho mediando essa interação. Isso ajuda a compreender as dinâmicas sociais, econômicas e políticas, especialmente em um mundo onde as fronteiras entre o global e o local são fluidas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

De acordo com a Katinsky “[...] da documentação disponível, transparece a constância, ainda que brutalmente prejudicada, da produção das salinas brasileiras durante o Período Colonial. Na ausência de documentos mais pormenorizados, supomos que os processos coloniais reproduziam as técnicas desenvolvidas tradicionalmente em Portugal. (KATINSKY, p.100)”. No entanto, é muito importante



AS CARTOGRAFIAS DO “NORDESTE”: FORMAÇÃO, REGIONALIZAÇÃO E TRANSFORMAÇÃO SOCIOESPACIAL

Mateus de Almeida Prado Sampaio

Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente de São Paulo
(SVMA/SP), Pós-Doutor em Geografia (USP e UNESP)
mapas@usp.br

Introdução

Esta comunicação aborda a evolução da definição e da delimitação do Nordeste enquanto região brasileira e de sua respectiva cartografia. Para tanto terá como base algumas obras clássicas da geografia brasileira. Destacamos as seguintes obras e autores: “Aspectos da influência da canna sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil” (FREYRE, 1937); “A operação Nordeste” (FURTADO, 1959); “A terra e o homem no Nordeste” (ANDRADE, 1963); “Geografia econômica do Nordeste o espaço e a economia nordestina” (ANDRADE, 1974); “O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste” (ANDRADE, 1975); “Geografia do Brasil - v. 2. Região Nordeste” (IBGE, 1977) e “Regionalização agrária do Nordeste” (MELO, 1978). Uma parte desses estudos conta com a elaboração de mapas temáticos regionais, que serão analisados comparativamente. Tais definições e entendimentos regionais serão posteriormente confrontados com a proposta publicada em artigo da Revista Geografia em Atos, do Departamento de Geografia (FCT, UNESP, Presidente Prudente), intitulado “Oeste da Bahia: agricultura globalizada, desterritorialização e movimentos políticos emancipatórios” (SAMPAIO, 2019). O intuito (justificativa) é promover o debate sobre como são dinâmicos os processos de formação e transformação socioespacial e, conseqüentemente também, o de regionalização, sobretudo enfatizando o movimento de desenvolvimento agropecuário no extremo oeste da região, o MATOPIBA (PEREIRA, 2019), conforme definido pelo Decreto Presidencial n. 8.447, de 06 de maio de 2015. Tal desenvolvimento faz com que novas



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

contradições surjam e velhas contradições se acirrem na ininterrupta (re)construção do espaço geográfico e suas expressões territoriais. Neste sentido, esta comunicação não tem por objetivo apresentar uma definição pronta e acabada acerca da grande região geográfica nordestina, mas apenas problematizar esta questão promovendo um debate junto aos participantes do Seminário.

Referencial Teórico

Nesta comunicação compartilhamos do entendimento de que fronteiras e territórios regionais são criações eminentemente históricas e, portanto, cambiantes. São estabelecidos sobre relações sociais e estão diretamente subordinados às práticas do exercício do poder, podendo ser ou não legitimadas pelo Estado. Enquanto construção social espaço e temporalmente delimitada, toda região é arbitrária. Configuram “uma construção mental” feita por “conceitos sintéticos e abstratos” que em última análise conformam “um feixe imagético e discursivo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1994, p. 9 e 11) ligado a ideia de legitimação da posse do espaço. Recentemente a expansão do meio técnico-científico-informacional (SANTOS, 1994) e da agricultura científica globalizada (ELIAS, 2013) têm colaborado para a descaracterização de um padrão regional típico e a emergência de um novo modelo regional. Quanto ao conceito de região e regionalização, adotou-se as premissas de “arte-fato” (HAESBAERT, 2010), que varia ao longo do tempo histórico (GRATALOUP, 1991, 2003).

Metodologia

Para tanto esta pesquisa envolveu a leitura das definições clássicas na literatura vinculadas à região Nordeste, assim como ao processo de negação desses aspectos em determinada parcela de seu território. A revisão da cartografia regional existente, assim como a elaboração de novos mapas a partir da Cartografia Geográfica Crítica (GIRARDI, 2008) são etapas centrais da pesquisa.

Resultados e Discussão

Com a expansão da atividade agropecuária transnacional na região (ALVES, 2005, 2015) certos traços regionais antigos estão sendo paulatina ou abruptamente substituídos por novas feições (HAESBAERT, 1996, 1997). Estas envolvem, inclusive, movimentos emancipacionistas de cunho municipal, estadual e, eventualmente, até



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

mesmo macrorregional. Atestam tal perspectiva os Projetos de Decretos Legislativos (PDC) solicitando realização de plebiscitos para a criação dos Estados do Gurguéia (PDC 439/1994, de Paes Landim do PFL/PI), do Rio São Francisco (PDC 631/1998, de Gonzaga Patriota do PSB/PE) e do Maranhão do Sul (PDC 947/2001, de Sebastião Madeira do PSDB/MA). Na mesma esteira encontram-se o PDC 159/1992 para a criação do Estado de Carajás (de autoria de Giovanni Queiroz, do PDT) e o PDC 495/2003, para a criação do Estado do Mato Grosso do Norte (autoria de Rogerio Silva, do PPS).

Considerações Finais

A hipótese desse trabalho é a de que estaria se conformando a macrorregião Centro Norte do Brasil, promovendo uma metafórica “des-nordestinação” de uma parcela territorialmente significativa da região Nordeste do Brasil. É, entretanto, apenas mais uma hipótese a ser debatida no Seminário Redescobrimo o Brasil organizado pela UFRPE.

Palavras-chave: regionalização; cartografia analítica; MATOPIBA

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JUNIOR, Durval Muniz. **O engenho anti-moderno:** a invenção do Nordeste e outras artes. 1994. Tese (Doutorado em História) – IFCH/UNICAMP, Campinas.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. Barreiras/Luiz Eduardo Magalhães (BA), Balsas (MA), Uruçui/Bom Jesus (PI): as novas cidades para o agronegócio nos cerrados Nordestinos. Presidente Prudente: **III Simpósio Nacional de Geografia Agrária – II Simpósio Internacional de Geografia Agrária**, 2005.

ALVES, Vicente Eudes Lemos. (Org.). **Modernização e regionalização nos cerrados do Centro-Norte do Brasil:** Oeste da Bahia, Sul do Maranhão e do Piauí e Leste de Tocantins. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

ANDRADE, Manuel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste.** São Paulo: Brasiliense, 1963.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Geografia econômica do Nordeste o espaço e a economia nordestina.** São Paulo : Editora Atlas, 1974.

ANDRADE, Manuel Correia de. **O processo de ocupação do espaço regional do Nordeste.** Recife : SUDENE, 1975.

ELIAS, Denise. Regiões produtivas: notas teóricas e metodológicas. *In:* ADÃO, J. B.; SILVA, C. A. da; ARRUZZO, R. C. **Espaço e energia – mudanças no paradigma sucoenergético.** Rio de Janeiro: Lamparina, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Aspectos da influência da canna sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1937.

FURTADO, Celso. **Operação Nordeste.** Rio de Janeiro: MEC, 1959.



REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco

GIRARDI, Eduardo Paulon. **Proposição teórico-metodológica de uma cartografia geográfica crítica e sua aplicação no desenvolvimento do atlas da questão agrária brasileira**. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) FCT/UNESP, Presidente Prudente.

GRATALOUP, Christian. **Les régions du temps. Périodes: la construction du temps historique**. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales e Histoire au Présent, 1991.

GRATALOUP, Christian. Os períodos do espaço. **EspacesTemps**, [s.l.], n. 82-83, p. 80-86, 2003. Tradução de T. Leon, revisão técnica de R. Haesbaer.

HAESBAERT, Rogério. “Gaúchos” e baianos no “novo” Nordeste: entre a globalização econômica e a reinvenção das identidades territoriais. In: CASTRO, Iná Elias de, GOMES, Paulo César da Costa e CORRÊA, Roberto Lobato (Org's.). **Brasil: questões atuais da reorganização do território**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, pp. 367-418.

HAESBAERT, Rogério. **Des-Territorialização e Identidade: a rede “gaúcha” no Nordeste**. Niterói: EDUFF, 1997.

HAESBERT (UFF), Rogério. Região, regionalização e regionalidade: questões contemporâneas. **ANTARES: Letras e Humanidades**, [S. l.], n. 3, p. 02–24, 2010.

IBGE. Geografia do Brasil. V. II Região Nordeste. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

MELO, Mário Lacerda de. **Regionalização Agrária do Nordeste**. Recife: SUDENE, 1978.

PEREIRA, Lorena Izá. MATOPIBA: dos ajustes espaciais do agronegócio ao território de esperança do campesinato. **Revista NERA**. Presidente Prudente: v. 22, n. 47, edição especial Dossiê MATOPIBA, 2019.

SANTOS, Milton. **Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico científico e informacional**. São Paulo: Hucitec, 1994.

SAMPAIO, M. de A. P. Oeste da Bahia: agricultura globalizada, desterritorialização e movimentos políticos emancipatórios. In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online)** - 60 anos do curso de Geografia da FCT/UNESP: memórias e desafios - v. 08, n. 15, p. 8-32, dez/2019.



Homenagem à Professora
Dra. Rosa Ester Rossini

ISBN: 978-85-79464-70-6



Anais do Seminário

REDESCOBRINDO O BRASIL: DIÁLOGOS SOCIOTERRITORIAIS

Universidade Federal Rural de Pernambuco | 2024

Realização



Parceria



Apoio



Financiamento

